UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE DOUTORADO
INTERINSTITUCIONAL (DINTER) ENTRE A
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)
E O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE
PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR)

OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL:

um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste

CRISTIANNE MARIA BARBOSA CARNEIRO

RIO DE JANEIRO

2017

CRISTIANNE MARIA BARBOSA CARNEIRO

OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL:

um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alberto de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2017

CIP - Catalogação na Publicação

B289f

Barbosa Carneiro, Cristianne Maria
Os fios (in)visíveis do comércio informal: um estudo sobre shoppings populares no Nordeste / Cristianne Maria Barbosa Carneiro. -- Rio de Janeiro, 2017.
190 f.

Orientador: Alberto de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

1. Setor informal (Economia). 2. Trabalho informal (Paraíba). 3. Espaços públicos. 4. Espaço urbano. I. Oliveira, Alberto de, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANNE MARIA BARBOSA CARNEIRO

OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL:

um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 14/02/2017

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Alberto de Oliveira (orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____
Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

_____
Profª. Drª. Nelma Gusmão de Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

_____
Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

_____
Prof. Dr. Adrianno Oliveira Rodrigues
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me ajudado “a combater o bom combate”.

Aos meus Pais, Maria Aparecida e Moaci Carneiro, mestres na vida e na profissão, minha eterna gratidão.

Às minhas Filhas, Mariana e Beatriz, companheiras inseparáveis na estrada da vida.

Aos meus Irmãos, André, Daniella e Lucianna, pelo incentivo dado, cada um a sua maneira.

Aos Amigos, Dóris, Ana, Norma, Saneide, Adriana e Milson, pela ajuda na travessia.

Ao meu Orientador Prof^{o} Dr. Alberto de Oliveira, pela competente orientação.

Aos Professores do Dinter aqui representados: pelos Professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) – Prof^{o} Dr. Mauro Kleiman, Prof^{o} Dr. Hermes Tavares e Prof^{o} Dr. Carlos Brandão – pelas contribuições teóricas em sala de aula e pelos Professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Prof^{o} Dr. Cidoval Moraes e Prof^{o} Dr. Luciano Albino, pelo comprometimento com o Programa.

Aos Professores que participaram da Qualificação: Prof^{a} Dr^{a}. Hipólita Siqueira (IPPUR/UFRJ) e Prof^{o} Dr. Helion Povoa (IPPUR/UFRJ), pelas valiosas sugestões.

Aos Professores da Banca Final de Defesa: Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal (UFRJ), Profª Drª Nelma Gusmão de Oliveira (UESB), Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Prof. Dr. Adrianno Oliveira Rodrigues (UFRRJ), pela honrosa participação.

A todos os colegas do Doutorado, cujos nomes guardo em meu coração.

A todos os trabalhadores que participaram da pesquisa de campo, pela esperança no amanhã.

"É preciso pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado, tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação das diversas porções do país".

(Tânia Bacelar, 2000)

RESUMO

Esta tese de doutorado que tem como título: **OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL:** um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste insere-se na linha de estudo que relaciona trabalho e espaço do Programa de Doutorado Interinstitucional entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo dessa tese é investigar os significados que a ideia de shopping popular pode assumir em diferentes contextos espaciais, econômicos e políticos, o que abre caminho para a utilização desses significados para justificar políticas públicas que não apenas afetam o desenho do espaço urbano, bem como o uso de recursos públicos. Para tanto, a partir das experiências observadas nos estados da Paraíba e Pernambuco. A importância teórica e prática da questão de pesquisa consiste no fato de que, os shoppings populares, fazem parte da cotidianidade da vida de homens e mulheres, das camadas sociais de mais baixa renda no Nordeste, seja na condição de comerciantes, seja na qualidade de consumidores. O referencial teórico que baliza o estudo é o da teoria social crítica, por compreender as contradições presentes no fenômeno. Os resultados obtidos na pesquisa de campo, indicam que o termo shopping popular é usado para apresentar diferentes combinações e articulações das atividades comerciais desenvolvidas no espaço publico urbano e apresenta diferentes configurações institucionais, de conflitos e de resultados nas cidades investigadas, revelando que este espaço não ampara suficientemente o trabalhador urbano, mas ao contrário, vem atender a reprodução do capital.

Palavras-chave: Trabalho informal. Shoppings populares. Espaço urbano.

ABSTRACT

This thesis is entitled: THE VISIBLE YARNS OF INFORMAL TRADE: a study of the popular shopping malls in the Northeast is part of the study line that relates the work and space of the Interinstitutional Doctoral Program between the State University of Paraíba (UEPB) and the Urban and Regional Planning and Research Institute (IPPUR) of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The purpose of this thesis is to investigate the meanings that the idea of popular shopping can assume in different spatial, economic and political contexts, which opens the way to the use of these meanings to justify public policies that not only affect the design of the urban space, The use of public resources. Therefore, from the experiences observed in the states of Paraíba and Pernambuco. The theoretical and practical importance of the research question is that popular shopping malls are part of the everyday life of men and women, of the lower income social classes in the Northeast, whether as traders or as Consumers. The theoretical framework that studies the study is that of critical social theory, because it understands the contradictions present in the phenomenon. The results obtained in field research indicate that the term popular shopping is used to present different combinations and articulations of commercial activities developed in the urban public space and presents different institutional configurations, conflicts and results in the cities investigated, revealing that this space does not Sufficiently protects the urban worker, but on the contrary, comes to attend the reproduction of capital.

Keywords: Informal work. Popular shopping malls. Urban space.

LISTA DE SIGLAS

ABCF	Associação Brasileira de Combate a Falsificação
AGEFEPE	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco
ART	Artigo
BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste
CAGED	Cadastro Geral de Empregos
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNM	Confederação Nacional dos Munícipios
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CPB	Código Penal Brasileiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EC	Emenda Constitucional
EC	Estatuto da Cidade
ED	Edição
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAE	Instituto Brasileiro de Economia
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras
IE	Instituto de Economia
IMD	*International Institute for Management Development*
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LC	Lei Complementar
MEI	Micro – Empreendedor Individual
MNM	Movimento Nacional de Munícipios
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PB	Paraíba
PCL	Projeto de Lei
PDM	Plano Diretor Municipal
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PDV	Plano de Demissão Voluntária

PE	Pernambuco
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Plano de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REGIC	Registro Geral das Cidades
RF	Receita Federal
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço de Aprendizagem Industrial
SINTRACI	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEPE	Universidade Estadual de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL 17

2.1 O nascimento do mercado de trabalho brasileiro 17

2.2 O Brasil dos anos 1930 aos 1980: a consolidação de um mercado de trabalho heterogêneo 22

2.3 A legislação trabalhista como suporte do processo de acumulação no Brasil 30

3 O BRASIL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO E A QUESTÃO DO EXCEDENTE DE FORÇA DE TRABALHO 52

3.1 A massa urbana sobrante: marginalidade e circuito inferior 52

3.2 Crescimento econômico e informalidade no mercado de trabalho 65

4 O RENASCIMENTO DO LIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO 74

4.1 A reestruturação produtiva e o mercado de trabalho na década de 1990: abertura econômica, modernização conservadora e redução do Estado 74

4.2 Os anos 2000: crédito farto, *commodities* e gastos sociais 86

4.3 A proteção do trabalho por conta própria: o desemprego e a auto ocupação na atualidade 91

5 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA URBANA 99

5.1 A reorientação da política regional no Brasil 99

5.2 Os novos parâmetros da política urbana no Brasil 102

6 AS EXPERIÊNCIAS DE SHOPPING POPULAR NO NORDESTE 108

6.1 Dos camelódromos aos shoppings populares 108

6.2 Informalidade e contrabando no Brasil: entre o custo social e o custo tributário 114

6.3 A experiência dos shoppings populares na Paraíba 118

6.3.1 O Shopping Popular Dorgival Terceiro Neto - o “Terceirão” (João Pessoa) ... 119

6.3.2 O Shopping Popular Edson Diniz (Campina Grande) 122

6.3.3 A representação dos trabalhadores no Shopping Popular Edson Diniz 126

6.3.4 A relação com o setor público – Campina Grande 131

6.4 As feiras da Sulanca em Pernambuco.....134

6.5 A experiência dos shoppings populares em Pernambuco.....140

6.5.1 Shopping Popular Moda Center (Santa Cruz do Capibaribe).....140

6.5.2 Shopping Popular Parque das Feiras (Toritama) 144

6.5.3 Polo Comercial de Caruaru 146

6.5.4 A relação com o setor público - Caruaru 152

6.5.5 Campina Grande/PB e Caruaru/PE: prazer em conhecê-las! 155

7 CONCLUSÃO 163

REFERÊNCIAS.....169

ANEXOS 181

1 INTRODUÇÃO

Todo começo é difícil em qualquer ciência.
Karl Marx

Esta tese de doutorado que tem como título: **OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste** insere-se na linha de estudo que relaciona trabalho e espaço do Programa do Doutorado Interinstitucional entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A pesquisa dará continuidade ao estudo sobre shopping popular iniciada no Mestrado em Desenvolvimento Regional da UEPB. A dissertação de mestrado intitulada - *Verso e reverso do trabalho informal: uma análise do aparato legal que (des)ampara os trabalhadores do* Shopping *Terceirão em João Pessoa-PB*, aborda a questão do amparo legal dos trabalhadores de rua que foram transferidos das vias públicas para os shoppings populares, espaços públicos formais que abrigam atividades informais.

O objetivo desta tese é investigar os significados que a ideia de shopping popular pode assumir em diferentes contextos espaciais, econômicos e políticos, o que abre caminho para a utilização desses significados para justificar políticas públicas que não apenas afetam o desenho do espaço urbano, bem como o uso de recursos públicos. Além disso, a pesquisa buscou demonstrar que o apelo em torno dos shoppings populares combina elementos, ao mesmo tempo, de complementaridade e de conflito que variam de acordo com as circunstâncias nas quais esses empreendimentos são construídos.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os shoppings populares fazem parte da cotidianidade da vida de homens e mulheres das camadas sociais de mais baixa renda no Brasil, seja na condição de comerciantes, seja na qualidade de consumidores. No Brasil, o comércio informal está restringido à fração de comerciantes e consumidores que tem poucas possibilidades de acesso aos espaços de demanda do mercado formal e a ausência de proteção social é uma característica importante presente no fenômeno.

O que se observa a partir de pesquisa anterior, é que os shoppings populares são importantes espaços de comércio para região, visto que, abrigam grande

quantidade de trabalhadores e abarcam largo fluxo de mercadorias. No entanto, os trabalhadores desses espaços, permanecem, na sua maioria, desamparados por lei, ou seja, a transferência dos trabalhadores de rua para os shoppings populares tem conferido uma aparência de formalidade, mas visto além da aparência, o problema da informalidade permanece.

Quanto às mercadorias comercializadas nestes espaços, elas estão dentro de um processo de relações e fluxos de mercadorias e de valores que circulam, de forma alternada entre o circuito regular (em termos fiscais) e o circuito ilegal, numa alternância de métodos, instrumentos e agentes cujo desenho e funcionamento nem sempre pode ser compreendido pelas autoridades fiscais e criminais do país.

A ambição materializada nessa tese está na junção de discussões usualmente travadas em diferentes áreas do conhecimento, a saber: (i) a questão da exploração do trabalho, na Sociologia; (ii) a questão da disputa do espaço urbano, no Planejamento Urbano e no Urbanismo; (iii) a questão da proteção legal ao trabalhador, no Direito. Além disso, a tese inclui também discussões sobre a dinâmica econômica, os desafios do contrabando de mercadorias e seus impactos sobre a arrecadação, além, naturalmente, da questão da informalidade do trabalho.

O objeto desta pesquisa são as experiências de cidades selecionadas dos estados da Paraíba e Pernambuco. Esses lugares foram escolhidos em razão de comportarem diferentes configurações de uso do significado de shopping popular, bem como por integrarem cidades importantes destes estados do ponto de vista econômico. Investimentos públicos (ou subsídios) foram destinados para a construção (ou reforma) de equipamentos urbanos voltados para abrigar atividades comerciais que, originalmente, eram (e ainda são) conduzidas por trabalhadores situados na base da pirâmide social. Assim, do ponto de vista do discurso oficial, trata-se, pois, de organizar o espaço urbano e criar oportunidades de geração de emprego e renda.

No entanto, como se verá a seguir, os desdobramentos tomaram rumos opostos quando comparada a experiência de Campina Grande e João Pessoa na Paraíba e as três principais cidades do território da Sulanca em Pernambuco, quais sejam: Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru.

Embora aspectos ligados à organização urbana tenham sido analisados, a pesquisa concentrou as atenções no relacionamento dos atores ligados aos

shoppings populares com o setor público, bem como na relação com os trabalhadores.

A ideia de shopping popular está associada à convergência de fenômenos que estão presentes em diferentes dimensões da análise social do contexto brasileiro, bem como da posição relativa do país na divisão regional do trabalho. Portanto, refletir sobre o shopping popular implica na investigação dos mecanismos através dos quais a força de trabalho disponível no Brasil vem sendo historicamente incorporada na dinâmica capitalista, assim como quais têm sido os meios utilizados pelo Estado e pelos capitalistas para lidar com a força de trabalho excedente, notadamente no que tange à gestão do espaço público nas cidades.

Naturalmente, os avanços (e retrocessos) da inserção do Brasil na economia mundial refletem os legados primordiais do processo de formação do país e, consequentemente, da maneira pela qual os trabalhadores foram incorporados às economias. Dentre os diferentes aportes teóricos que explicam tal processo vale destacar: as categorias conceituais da marginalidades e circuito inferior.

A questão central no debate sobre marginalidades consiste no fato de que os processos de desenvolvimento nacionais não integraram parcelas significativas da população aos novos padrões produtivos e de consumo do meio urbano. Ademais, o modelo de modernização adotado pelos países dependentes destruiu as formas de produção, provocando o crescimento desordenado das cidades e a exclusão.

Quanto a adoção do conceito de circuito inferior*, este* se justifica, pois, trata-se da estrutura que acolhe as pessoas que não foram, por razões diversas, absorvidas no circuito moderno, que por sua vez, é incapaz de fornecer empregos a todos os trabalhadores urbanos. A análise de alguns elementos fundamentais para compreender a economia urbana nas cidades dos países subdesenvolvidos, revela a interdependência entre pobreza, carência de capital e dificuldade de acesso ao consumo.

Mas, afinal, o que é um shopping popular? Embora a discussão levada a cabo nessa tese venha a revelar, mais adiante, a complexidade por trás dos shoppings populares, como uma primeira aproximação é possível identificar os shoppings populares como espaços formais construídos pelo poder público ou pelo capital privado que abriga atividades de comercialização de produtos voltados para o público de baixa renda, majoritariamente por meios informais, o que inclui, em determinados casos, mercadorias obtidas de maneira ilícita. Nesses espaços é

possível encontrar, entre outros produtos, eletro-eletrônicos (computadores portáteis, câmeras fotográficas, filmadoras, impressoras e celulares), roupas, tênis, brinquedos, relógios, óculos, cd's, dvd's, etc.

Para Carneiro (2012), o perfil dos trabalhadores dos shoppings populares é diferente entre si: o ambulante ou o camelô que cansou de fugir do fiscal e quer regularizar o comércio; pessoas que perderam o emprego com carteira assinada e usaram a indenização para comprar um *box* e investir no seu comércio; donos de pequenas confecções que não tem capital para montar uma grande loja e, por fim, pessoas que sonham montar o próprio negócio.

Nestes espaços é perceptível empreendimentos de propriedade de empresas formalmente instaladas nas cidades estudadas, de forma atender, simultaneamente, consumidores de diferentes perfis de renda. Tal situação carrega certa ironia, posto que uma das justificativas desses empresários para retirar os vendedores ambulantes das ruas seria a concorrência desleal, posto que os ambulantes não arcariam com a carga tributária recolhida pelos negócios formalmente estabelecidos. No entanto, a partir da institucionalização dos shoppings populares, parte desses empresários passam a competir nos mesmos espaços para o qual os ambulantes foram banidos.

Para o poder público, a construção de shoppings populares resolve alguns problemas urbanos: a questão da mobilidade de pedestres e carros, a eterna "briga" entre os lojistas formais e camelôs/ambulantes, porque para os grandes comerciantes os ambulantes "atrapalham" o comércio e, por último, a revitalização de espaços abandonados nos centros das cidades brasileiras. O modelo está presente em todo Brasil, especialmente nas grandes cidades. No Nordeste, citam-se ainda os exemplos: do Shopping Popular da Boa Vista em Recife[1], como também o Shopping Popular Edson Diniz, em Campina Grande.

Cumpre registrar, entretanto, que a transferência dos trabalhadores de rua para esses espaços, nem sempre acontece de forma pacífica, pois para muitos trabalhadores a desocupação das vias públicas significa a "morte" do seu pequeno comércio (CARNEIRO, 2012).

---

[1] Em Recife, 50 camelôs se reuniram e solicitou ao Poder Legislativo um maior engajamento no sentido de pressionar a Prefeitura do Recife para construção de mais Shopping Popular, vez que, os ambulantes reunidos e mobilizados foram retirados das ruas do centro da cidade pela Prefeitura (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2011).

O percurso metodológico da pesquisa de campo se apoiou na abordagem teórico-metodológica crítica, por ser este o método que permite examinar o objeto de estudo em suas contradições, levando-se em conta os determinantes históricos, econômicos e sociais.

No tocante aos procedimentos metodológicos, destaca-se: revisão bibliográfica, estudo documental e pesquisa de campo.

O *lócus* da pesquisa foi: na Paraíba, nas cidades de Campina Grande (Shopping Popular Edson Diniz) e João Pessoa (Shopping Popular “Terceirão”). Em Pernambuco, nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe (Moda Center), Toritama (Parque das Feiras) e Caruaru (Polo de Caruaru). Os sujeitos pesquisados foram os trabalhadores destes espaços.

Quanto ao instrumento usado na pesquisa de campo foi a entrevista semi-estruturada. A escolha deste instrumento justifica-se para facilitar o registro de elementos subjetivos não captados pelo método apenas quantitativo.

O presente trabalho é composto pela introdução, cinco capítulos e conclusão. O primeiro capítulo estuda a formação do mercado de trabalho no Brasil e demonstra de que maneira a legislação trabalhista contribuiu no processo de acumulação. O segundo capítulo trata da questão do excedente de força de trabalho e analisa a absorção da massa trabalhadora sobrante a partir das categorias conceituais da marginalidades e circuito inferior. O terceiro capítulo estuda o processo de reestruturação produtiva e os rebatimentos no mercado de trabalho brasileiro. Ainda neste capítulo, é feito uma breve análise da atual situação dos trabalhadores que se refugiaram no trabalho por conta própria. O quarto capítulo trata dos novos parâmetros da política urbana no Brasil. Nesse capítulo, questões relativas ao desenvolvimento regional são abordadas, pois embora, a tese esteja focada nos shoppings populares, a discussão das feiras da Sulanca exige uma reflexão da escala regional. Por fim, no quinto capítulo, estão presentes os dados qualitativos da pesquisa de campo.

2 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

2.1 O nascimento do mercado de trabalho brasileiro

A formação econômica e social brasileira inscreveu-se dentro do modo de produção capitalista, não conhecendo, por isto, as particularidades do modo de produção feudal (PRADO JÚNIOR, 2008). Do ponto de vista econômico, o Brasil teve o sentido de sua colonização direcionada para as necessidades do mercado exterior, sendo povoado conservando:

> [...] um acentuado caráter mercantil, será a empresa do colono branco, que reúne a natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina na Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 29).

Deste modo, depreende-se que, desde os processos de povoamento e colonização, o Brasil apresenta as características de uma economia capitalista dependente. Do ponto de vista das relações de poder, a sociedade brasileira foi marcada por relações baseadas na dominação tradicional, podendo acrescentar-se ainda a dominação patrimonialista. Esta modalidade de dominação decorre do poder do proprietário, da centralização da comunidade doméstica, sendo uma tendência patrimonial tratar todas as relações de dominação como propriedade do senhor, de forma semelhante ao poder e à propriedade doméstica (PRADO JUNIOR, 2008).

Esta forma de dominação que está presente no Brasil, desde seu descobrimento, estende-se até à contemporaneidade, perpassando as diferentes configurações assumidas pelo Estado. A consolidação da formação do mercado de trabalho no Brasil dá-se no período da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a proibição efetiva do tráfico (Lei Eusébio de Queiroz – 1850), com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885), sendo estas determinantes para a Abolição da Escravatura em 1888.

As leis provinciais relacionadas às diversas modalidades de mão-de-obra no mercado de trabalho contribuíram para o surgimento de frações da população (ex-escravos, imigrantes e trabalhadores livres) que, juntos, formaram a base da força de trabalho no país (BUARQUE DE HOLANDA, 1973). O papel do Estado e das

elites agrárias, naquele momento, foi determinante na elaboração dos regulamentos jurídicos que deram forma ao processo de construção do mercado de trabalho no Brasil.

Inicialmente, pode-se citar a importância da aprovação da Lei de Terras em 1850, publicada quinze dias após a publicação da lei que regulamentou a extinção do tráfico. Esta publicação conjunta dessas duas leis não foi por acaso, num contexto de necessidade de manutenção da ordem pós-extinção do tráfico de escravos. A Lei de Terras surge para organizar e controlar o trabalho livre, visto que, a escravidão estava com os dias contados. Ademais, os recursos angariados com a venda das terras seriam usados para financiar a importação de colonos livres.

A legitimação das elites agrárias via a regulamentação jurídica dos mercados de terras e de trabalho foi construindo, paulatinamente, o mercado de trabalho nacional. A adoção do trabalho livre com a Abolição cria um cenário de incerteza para os novos vendedores da força de trabalho no pós-escravidão, como observou Furtado (1989, p.173): “a propriedade da força de trabalho, ao passar, do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um ativo que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade”.

O conjunto da legislação referente ao fim da escravidão (Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário e a Lei Áurea) associada à Lei de Terras teve como objetivo regulamentar as relações de trabalho dos trabalhadores agrícolas nacionais e estrangeiros. Neste sentido, pretendia-se de um lado atrair os imigrantes em um contexto de esgotamento da produção usando mão-de-obra escrava, sem, contudo, enfraquecer o poder dos empregadores (a elite agrária); e, de outro, “aproveitar” o potencial dos novos trabalhadores nacionais: livres e libertos. No período histórico entre 1888 até 1898, o Brasil atraiu um percentual significativo de imigrantes, sobretudo, italianos. Neste sentido, atesta Barbosa:

> A introdução dos imigrantes se daria com recursos públicos mediante contratos estabelecidos entre o setor privado e as companhias de navegação. A partir do momento em que se punha nas mãos do agenciador, o emigrante se tornava parte das engrenagens de um poderoso mercado internacional de trabalho. Onde quer que haja uma grande demanda de trabalho, de um lado, e uma população ignorante das condições de trabalho no país escolhido, lá estava o agenciador a prosperar, soldando as partes do novo mercado. O verdadeiro sentido da imigração não estava na transferência de trabalhadores de uma sociedade para outra, mas na coisificação da pessoa, fazendo surgir uma nova forma de tráfico humano (BARBOSA, 2003, p. 138)

Vale registrar que o processo de construção do mercado de trabalho apresenta especificadores regionais significativas. Podem-se observar vários paradigmas de transição, conforme o quadro seguinte:

QUADRO 1 - ESPECIFICIDADES REGIONAIS NA TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO ASSALARIADO

REGIAO	ATIVIDADE
SUDESTE	Forte concentração de latifúndio com plantio do café e início do processo de industrialização nas capitais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro.
SUL	Forte concentração de latifúndio dos charqueadores. Economia de subsistência aliado a um cenário de crescente especialização do trabalho: São Leopoldo (Indústria do couro); Santa Cruz (Indústria do fumo); Pomerode (Laticínios); Caxias do Sul (Vinho), Paraná (Mate).
NORDESTE	Forte concentração de latifúndio (senhores de engenhos). Produção de açúcar em Pernambuco. Produção de algodão na Paraíba. Produção de cacau na Bahia.

Fonte: BARBOSA (2003).

Particularmente no Nordeste, a transição para o mercado de trabalho assalariado foi lenta. Esta demora ocorreu, sobretudo, em razão dos vínculos patriarcais tão presentes na realidade nordestina. Os ex-escravos, bem como, os trabalhadores livres da região, foram transformados em “moradores” nos engenhos (CORREIA ANDRADE, 1983). Prado Júnior (2008, p. 285) classifica os chamados agregados ou moradores – formas inorgânicas da sociedade colonial brasileira os que: “se encostam a algum senhor poderoso, em troca de pequenos serviços, às vezes até unicamente de sua simples presença, adquirem o direito de viver a sua sombra e receber dele proteção e auxílio”.

Cotrim (2000), explica o forte legado histórico na formação do Nordeste a partir das capitanias hereditárias. Lembrando que em 1534 o rei de Portugal dividiu o Brasil em quinze grandes lotes (capitanias) e entregou aos donatários (pessoas de boas condições financeiras). Desses quinze lotes, nove estavam na região do Nordeste, o que facilitou o desenvolvimento do “mandonismo”, “clientelismo” e “autoritarismo” de famílias que se apropriaram em definitivo da região. Sendo esta elite agrária remanescente do Brasil-colônia, o grande enclave, na visão de Francisco de Oliveira (2003), para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Com o declínio da produção açucareira, o Nordeste entra em um contexto de economia estagnada, com forte diminuição de demanda de trabalho, produzindo uma massa excedente, subjugados ao clientelismo rural, como observa Barbosa:

> O gradualismo na construção do mercado de trabalho não foi uma opção consciente por parte das elites econômicas nordestinas. As contingências históricas – perda dos estoques de escravos, disponibilidade de uma exuberante massa populacional e demanda de trabalho reprimido – possibilitou aos fazendeiros manter o controle tradicional sobre o proletariado rural em gestação, apenas marginalmente inserido e subordinado a economia de mercado. Esta lentidão pode ser encarada como causa e efeito de uma economia pouco dinâmica, potencialmente capitalista, que continuava se expandido apenas horizontalmente e apresentando pouca diferenciação social (BARBOSA, 2003, p. 150).

Portanto, ao final do século XVIII, e início do XIX, emerge no Brasil um "conjunto de mercados de trabalho incompletos", pois não foram criadas as condições necessárias para a formação de um mercado de trabalho sólido e articulado. Ao contrário, foi gestado um mercado de trabalho fragmentado, aprisionado a suas características regionais e distantes entre si (Cano, 2002). Vale registrar que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959) faz uma análise do caso do Nordeste. Este compreende a região através das suas principais economias: a produção do açúcar (na faixa litorânea onde se cultivava a cana-de-açúcar e se localizavam os engenhos) e a zona de criação de gado (no interior do Nordeste). Versiani observa que:

> O setor açucareiro tinha, assim, a natureza de um enclave econômico na colônia, transacionando basicamente com o exterior. Não haveria mercado para o desenvolvimento agrícola. Em contraste, a zona de criação de gado, no interior do Nordeste, tinha alta capacidade de reter contingentes adicionais de população, tanto derivados do crescimento vegetativo, quanto da absorção daquele excedente (VERSIANI, 2009 apud FURTADO, 2009).

É importante observar que o fim do trabalho escravo e a adoção do trabalho livre não foi uma ruptura brusca, eles foram de fato, uma transição para várias formas de dependência (FLORESTAN FERNANDES, 1987). Ademais, o processo de construção do mercado de trabalho brasileiro, não aconteceu de forma espontânea, e nem historicamente linear, ao contrário, ele se deu-se com características bem particulares: indelével herança da escravidão; um modelo de mercado criado pelas elites econômicas dominantes de cada região, marcado pela fragmentação das características regionais de sorte a reforça no futuro a divisão inter-regional do trabalho.

Essas características descritas propiciaram e influenciaram o gradual crescimento urbano-industrial com mercados "satelizados". Nesse contexto, surge de

um lado a conexão do complexo econômico agrário-exportador às economias centrais e de outro lado, a vinculação do setor “arcaico” ao “moderno” (FLORESTAN FERNANDES, 1987).

Na virada do século XX, o avanço da industrialização modificou o equilíbrio do poder no país, obrigando as elites agrárias a ceder espaço em favor do emergente capitalismo urbano-industrial. Fez-se necessário, portanto, redefinir as formas de utilização da força de trabalho disponível no país. A necessidade de braços para a manufatura requeria a criação de instrumentos e instituições capazes de disciplinar a força de trabalho a fim de atender as expectativas do capital industrial.

O ajustamento da força de trabalho, do ambiente rural para o ambiente urbano-industrial, não implicou apenas no treinamento da mão de obra, mas, também, no estabelecimento de novos hábitos e padrões de conduta. Igualmente importante foi o controle da força de trabalho no ambiente urbano, pois, ao contrário do espaço rural, a mão de obra urbana estava mais “vulnerável” à influência exercida pelos sindicatos de trabalhadores. Para tanto, foi construído um arcabouço institucional e legal para disciplinar a força de trabalho aos novos requerimentos exigidos pela industrialização.

As organizações patronais, com o apoio do Estado, desenvolveram instituições voltadas para o treinamento da mão de obra e ajustamento às novas rotinas de trabalho que estão presentes na atualidade por meio do chamado sistema “S”, formado pelas organizações ligadas a Indústria (SESI/SENAI) e Comércio (SESC). No entanto, a legislação trabalhista foi fundamental para busca da disciplina da força de trabalho, bem como para o ajustamento das condições de trabalho ao processo de acumulação.

Em suma, além do caráter retardatário da economia brasileira, fator determinante da inserção do país no mercado internacional, o início da industrialização brasileira ocorreu em meio a certa abundância de mão de obra que estava dispersa em atividades de subsistência no campo. Ao mesmo tempo, a política migratória baseada nos desejos de branqueamento da população, bem como nas necessidades de ajustamento da mão de obra em setores específicos reforçou a heterogeneidade do mercado de trabalho, seja do ponto de vista individual, seja sob a ótica regional.

2.2 O Brasil dos anos 1930 aos 1980: a consolidação de um mercado de trabalho heterogêneo

A formação gradual do mercado de trabalho brasileiro, desde o fim do trabalho escravo (1888) e a adoção do trabalho livre (com a chegada dos imigrantes estrangeiros), fez com que a realidade social do Brasil se tornasse complexa e heterogênea, já nas primeiras décadas do século XIX. A existência prolongada de um tipo servil no campo inviabilizou a constituição de um assalariamento pleno. No período após a Abolição adota-se o sistema do "regime de colono", em que o "trabalhador livre" agora colono estava vinculado a um contrato de uso da terra, com duração determinada pelo dono da propriedade, que mantinha sobre a terra seus direitos integrais, nada cedendo ao colono que não fosse mediante contrato (PRADO JR, 1987).

No início do século XX, o mercado de trabalho surge no Brasil, como uma possibilidade concreta. No entanto, ele se mostra ainda, fragmentado e restrito aos diferentes espaços regionais. Na região do Sudeste dinâmico, as relações de trabalho são diferentes no campo e nas áreas urbanas. No campo, prevalece o regime de colonato, porém o colono não é um assalariado, posto inexistir uma renda totalmente monetária. O trabalho assalariado, emergente, está presente na capital paulista, nela o mercado de trabalho é formado pela mão-de-obra imigrante proveniente dos cafezais do interior do estado ou oriunda da Europa propiciando o surgimento de uma classe operária urbana heterogênea, como identifica Barbosa (2003, p.164):

> A existência de uma estabilidade ocupacional congênita, de uma classe operária emergente profundamente heterogênea – mas indiferenciada em relação ao acesso a direitos básicos – e de uma superpopulação relativa de dimensões importantes ainda não criadas pelo capital explicam a especificidade deste mercado de trabalho, em face de estruturação no centro dinâmico, mas que já apontam para um dos seus traços constitutivos básicos: a constante formação de novos trabalhadores impondo uma baixa necessidade de reprodução da força de trabalho. Da escassez, passa-se ao desperdício de mão de obra.

Quanto ao Nordeste, importante observar que as relações entre o campo e a cidade são menos dinâmicas, pois a lógica do capital é reprodutiva para as elites agrárias nordestinas, posto que o trabalhador rural exerce atividades de subsistência. Neste contexto o mercado de trabalho, nas áreas urbanas, é tímido até

meados dos anos de 1930. Esta ausência da formação concreta do mercado de trabalho nordestino propícia a constituição de um exército de reserva nacional sob o domínio capitalista pós-1930.

Com a Revolução de 1930, fica evidente que a sociedade estava se tornando mais complexa, o que obrigava as oligarquias rurais e o mandonismo local a redefinir sua forma de dominação. De acordo com Sá (1974, p. 32 apud FLORESTAN FERNANDES, 2009, p. 26):

> [...] frente às modificações que se verificam na economia mais ampla e na economia regional, consequentemente, o sistema vai também modificando suas feições, assumindo outras formas de dominação local, se bem que, formas antigas de dominação coexistam com novas.

A partir da década de 1930 os proprietários rurais passam a dividir o poder com o empresariado emergente. Este período corresponde "à fase de formação e expansão do capitalismo competitivo" (BEHRING, 2003, p. 103), fixando as bases para a industrialização e se estende até à década de 1950. Neste período, tem-se a constituição de um mercado capitalista mais consolidado, mas ainda com fortes vínculos externos. Na verdade, a economia brasileira continua a se adaptar aos dinamismos das economias centrais. No dizer mais uma vez de Barbosa (2003, p. 164 – 165):

> As condições para a nacionalização do mercado encontram-se agora estabelecidas pelo capital. A internalização e a territorialização da oferta estão asseguradas, de um lado, pelas migrações internas, e de outro, pela regulação das condições de trabalho do proletariado urbano via estabelecimento de uma legislação social e trabalhista. Cria-se mão-de-obra para e pelo capital. Constituído o proletariado industrial, a sua reprodução permanece truncada. A expansão quantitativa e qualitativa do operariado encontra-se associada a manutenção de um expressivo subproletariado, conferindo características distintivas ao mundo do trabalho brasileiro.

O emprego urbano no Brasil cresceu a taxas elevadas durante o pós-guerra. Este processo de crescimento do trabalho urbano foi a contrapartida do lento crescimento do emprego agrícola. O processo migratório campo-cidade gerou profunda transformação na estrutura do emprego, como afirma Souza (1989, p. 30):

> Uma parte da população ativa deixa de estar vinculada a produção não tipicamente capitalista – a produção agrícola familiar – para tornar-se inicialmente desempregada e posteriormente mão-de-obra assalariada em

> empresas tipicamente capitalistas nas cidades. Há, portanto, uma 'transfiguração' da mão de obra da pequena produção em proletários.

Ao chegar à cidade, o trabalhador, antes rural, agora urbano, é absorvido primeiramente pelas empresas capitalistas como, por exemplo, na construção civil. No entanto, o mercado de trabalho não necessita e não comporta absorver todos os trabalhadores vindos do campo. Daí que uma parte desses trabalhadores é dispensada pelo sistema, dirigindo-se para os trabalhos "marginais".

O processo de migração campo-cidade foi expressivo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, como observa Brandão (2012, p. 134):

> Sem sedimentação na terra e na propriedade e sem direitos sociais, parcela expressiva da população migrou, expulsa da terra e/ou em busca de novas oportunidades deslocaram-se para as cidades 8 milhões de pessoas na década de 1950, 14 milhões na de 1960 e 17 milhões na de 1970.

Com base na tabela sobre o crescimento da população urbana elaborada por Brandão (2012, p. 141), observa-se que no período de 1940 a 1950 a taxa de crescimento foi de 3,84% ao ano, no período de 1950 a 1960 a taxa foi de 5,32%, no período de 1960 a 1970 a taxa foi de 5,15% e no período de 1970 a 1980 a taxa foi de 4,44%, conforme dados a seguir:

QUADRO 2 - POPULAÇÃO TOTAL: URBANA E RURAL – Brasil – 1940/1980

ANO	POPULAÇÃO (EM MILHARES)			TAXAS DE CRESCIMENTO %		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	41.236	12.880	28.356	2,33	3,84	1,58
1950	51.994	18.783	33.162	3,05	5,32	1,54
1960	70.191	31.534	38.657	2,87	5,15	0,60
1970	93.139	52.084	41.054	2,48	4,44	0,62
1980	119.002	80.436	38.566			

Fonte: BRANDÃO (2012, p. 141).

De acordo com esse autor, o grau de urbanização teve rápida aceleração no período de 1950 a 1980, saltando de 36,2% (1950) para 67,6% (1980). No período de 1970 a 1980, as regiões metropolitanas tiveram taxas elevadas de crescimento, em média 4,4% ao ano. A população concentrada nessas áreas passou de 23,7 milhões para 32,1 milhões (BRANDÃO, 2012, p. 142).

Nos anos de 1950, do ponto de vista da economia, tem-se a instauração do modelo desenvolvimentista. O Estado desenvolvimentista foi um grande projeto industrializante brasileiro, tendo Juscelino Kubitschek como seu principal

representante. Só que ao fazê-lo o fez de forma conservadora, contemplando os interesses da classe dominante, inclusive das oligarquias agrárias (BACELAR, 2000). Para esta autora, à medida que o país se industrializava, se desenvolvia a ampliação das fronteiras agrícolas feita pela expansão de terras, muitas vezes obtida pela violência contra os pequenos produtores agrícolas, inclusive praticando-se a expulsão de índios e não raro sendo cometidos crimes.

Historicamente, sabe-se, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, o movimento social avança no campo e na cidade, ao lado da intensa mobilização de setores de sociedade civil. Conforme Mota (2008), a burguesia nacional, dada a sua fragilidade estrutural, mostra-se incapaz de resolver suas tarefas e transfere para o Estado as medidas necessárias para o desenvolvimento da industrialização. O mesmo ocorre na crise de 1964, quando as frações dominantes delegam ao Estado as funções da dominação política, que foi realizado por meio da ditadura militar, a partir de 1964.

Neste período à medida que a urbanização aumentava, bem mais rápido que os postos de trabalho do “setor formal”, o subemprego urbano suscitava estratégias de sobrevivência. A partir da crise capitalista, que se instala nos meados da década de 1970 no Brasil, também se constata uma série de transformações vividas pela sociedade brasileira.

O ano de 1970 foi o auge do processo industrializante, iniciada entre as décadas de 1930 a 1950. Contudo, a região Sudeste concentra 81% da produção industrial do país, indicando forte concentração industrial na cidade de São Paulo, que destina 58% do total nacional (BRANDÃO, 2012). Segue quadro explicativo sobre a evolução industrial do Brasil na década de 1970 que impulsionou a urbanização no país.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970

ANO	COMPORTAMENTO DA ECONOMIA	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO
1969 a 1973	Nos primeiros anos da década, os do chamado “milagre”, a economia expandiu-se aceleradamente, apresentando um grande crescimento global.	11,5%
1974 a 1979	Este período foi marcado pela desaceleração econômica.	6,6%
1980 a 1981	A situação econômica do país ganhou contornos de dramaticidade. A política econômica adotada pelo governo, submetendo-se às determinações do FMI, o nível de investimento industrial no Brasil diminui o emprego passou a cair em termos absolutos a partir de 1980.	2,7%

Fonte: Organizado pela autora a partir de Souza (1989).

No início da década de 1970, a sociedade urbana de base industrial está consolidado com uma estrutura social complexa e com elevadas taxas de crescimento demográficos nas principais capitais do Brasil. A migração campo-cidade acelerou o processo de urbanização e transformou profundamente o mercado de trabalho, como atesta Souza (1989, p. 35-36):

> A expansão do número de ocupados em várias atividades não organizadas, especialmente nos serviços, foi a contrapartida desse elevado crescimento do emprego moderno. Observou-se uma notável expansão do emprego no comércio ambulante, em alguns serviços e, especialmente, no serviço doméstico. Ressalte-se que foi nas regiões mais desenvolvidas do país que esse crescimento foi maior.
> Esse fenômeno tem sua lógica: é nas áreas metropolitanas maiores e com maior proporção de pessoas de rendas altas e médias, que floresce a demanda por esse tipo de serviços. Isto não quer dizer que dentro da estrutura de emprego dessas cidades esse segmento de ocupados não tipicamente capitalistas seja importante. Ao contrário: é nas áreas metropolitanas das regiões mais atrasadas que é maior a proporção dessas categorias no emprego total.

Para compreender melhor a evolução no emprego industrial na década de 1970, segue quadro explicativo. De acordo com Souza (1989), já em 1970 a maioria dos trabalhadores brasileiros estava ocupada em atividades não agrícolas, conforme tabela produzida pelo autor:

QUADRO 4 – BRASIL: ESTRUTURA E CRESCIMENTO DO EMPREGO AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA

SETOR	Distribuição Percentual		Taxa média de crescimento anual 1950-1980
	1950	1980	
Agrícola	60	37	0,7%
Não-agrícola	40	63	5,0%
Total	100	100	3,1%

Fonte: Organizado pela autora a partir de Souza (1989).

Para Souza,

> Como resultado de um conjunto de fatores, o sistema econômico foi gerando, a cada momento, um novo contingente de trabalhadores – jovens em geral – que não tinham possibilidade de permanecer no campo. A sua subsistência dependia da possibilidade de encontrar trabalho assalariado em outras regiões [...] A maior parte do contingente de mão-de-obra expulso do campo, contudo, migrou para os centros urbanos, a procura de ocupações nas atividades não agrícolas (SOUZA, 1989, p. 26 e 27).

Importante registrar que o autor acima referenciado considera *atividades não agrícolas*: construção civil nas cidades, trabalhadores assalariados das grandes empresas, operários da indústria, sendo estes empregos tipicamente capitalistas.

Acrescenta-se, ainda, no *rol de atividades não agrícolas*, na categoria *empregos não tipicamente capitalistas*: trabalhadores autônomos, comércio ambulante, serviços pessoais, entre outros. Segue tabela acerca dessas modalidades de atividades urbanas.

QUADRO 5 – BRASIL: ESTRUTURA DO EMPREGO NÃO AGRÍCOLA: 1970

EMPREGOS	PERCENTAGENS
Emprego tipicamente capitalista	64%
Emprego não tipicamente capitalista	25%
Construção civil	11%
TOTAL	**100%**

Fonte: Unicamp/IE (1980) e Souza (1989)

Para o autor antes anotado, a expansão do acelerado processo de urbanização, fruto de uma industrialização concentrada, gerou um mercado de trabalho paralelo nas metrópoles brasileiras, baseado nos serviços (especialmente nos serviços domésticos) e o trabalho informal, que ele nomeia – *emprego no comércio ambulante*. Neste sentido, o autor indica que no processo de desaceleração econômica, em que o nível de emprego capitalista diminuiu, o número de pessoas que busca sua sobrevivência nas atividades “informais”, deprimindo a renda média de seus ocupados.

Para Souza (1989, p. 79), “se o ritmo de aumento no emprego diminui, uma parte das pessoas despedidas engrossa a fileira dos desempregados, outra se refugia nas atividades informais”.

A crise econômica internacional desencadeada ao final da década de 1970 gerou a diminuição do emprego industrial no Brasil. Isto se traduziu na elevação substancial no desemprego e no subemprego urbano; e mais na queda do nível de renda real da população, que significou também a diminuição do trabalho formal e o considerável aumento das formas *não tipicamente capitalista de organização.* Neste sentido, atesta Brandão (2012, p. 143):

> Assim, explodiram as demandas sociais (perante um Estado impotente para resolvê-las), a violência urbana, a *marginalidades* (no sentido do não pertencimento ao contexto social moderno e da não cidadania).

> (PACHECO, 1992), a criminalidade, a informalidade e a precarização do mercado de trabalho.

A partir da década de 1980, ocorre o estancamento da economia brasileira e o agravamento dos problemas sociais. Ao mesmo tempo, acelera-se a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, encerrando o “padrão desenvolvimentista” de sua atuação (BRANDÃO, 2012).

A respeito da crise ocorrida nos anos de 1980, Mota (2008, p. 64) destaca três aspectos: “a reestruturação produtiva em escala mundial; os mecanismos integrados de ajustes macroeconômicos; a rearticulação da hegemonia burguesa sob a influência do neoliberalismo”.

Há consenso entre os diferentes estudiosos que a partir dos anos de 1980 a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que experimenta “os ventos da redemocratização”, passa pela experiência de uma longa crise econômica que perdura até à primeira década do século XXI.

Segundo Mota (2008, p. 101),

> [...] o discurso da crise, ou sob a crise, é formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam, no caso brasileiro, até a segunda metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país.

Importante observar que algumas determinações econômicas em nível internacional repercutiram na sociedade e na economia brasileira na década de 1980. Contudo, nos anos de 1970 dois movimentos sincronizados trouxeram para os países dependentes, como é o caso do Brasil, pesado ônus: a crise do petróleo e o aumento das taxas de juros da dívida externa.

Vale registrar a opinião de Brandão (2012, p.172) quanto ao estancamento da economia brasileira nos anos de 1980:

> O estancamento da economia brasileira, a partir da década de 1980, precisa ser encarado não só como esgotamento de um padrão de acumulação, mas como a ruptura de alguns dos principais alicerces em que se erguia a vida nacional. Os recentes sinais de imobilismo e descenso social destroem uma das principais variáveis que “fechavam” nossa equação nacional.
> Assistimos a toda sorte de precarização, informalização, exclusão e marginalização, com a agravante de que agora se conta com o fim da legitimidade da proteção social.

Pochmann (1999), ao analisar o caso particular do Brasil, sobre os rebatimentos da crise no mercado de trabalho, na década de 1980, identifica trajetória diferente da observada entre as décadas de 1930 a 1970. Para este autor, neste período, havia até então a estruturação do mercado de trabalho via ampliação dos empregos com carteira assinada.

Contudo, nos anos de 1980, observou-se ruptura do funcionamento do mercado de trabalho, tornando-o cada vez menos estruturado. Em suma, embora a industrialização e a consequente urbanização tenham contribuído para absorver parcela expressiva da força de trabalho, a quebra do ritmo de crescimento da economia interrompeu esse processo.

É preciso ter em mente, entretanto, que o caráter heterogêneo do mercado de trabalho brasileiro permitiu que o avanço significativo da porcentagem de trabalhadores protegidos pela legislação trabalhista fosse acompanhado, *pari passu,* pela expansão do contingente de trabalhadores não amparados pelas normas legais. Tal situação, está relacionada à própria dinâmica do capitalismo que incorpora, modifica ou destrói relações de acordo com as necessidades do processo de acumulação.

É importante ter em mente que a legislação trabalhista também desempenhou importante papel no processo da industrialização brasileira pós – anos de 1930, pois ela serviu, entre outras funções, como instrumento de ajustamento ao processo de acumulação. Em alguns setores, o estabelecimento de salários de base contribuiu para a adequação dos salários aos níveis de produtividade e de lucro das empresas. Em certos casos, a flutuação dos salários de acordo com a escassez relativa de força de trabalho poderia inviabilizar a indústria nascente. Igualmente importantes foram os efeitos de transferência de renda inter-regional derivados da legislação trabalhista. Assim, de modo a completar a discussão sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, optou-se pela apresentação do papel desempenhado pela legislação trabalhista, objeto de análise do próximo item.

2.3 A legislação trabalhista como suporte do processo de acumulação no Brasil

As primeiras leis trabalhistas surgem em um contexto de conflitos entra a classe operária contra o domínio da oligarquia agro-exportadora em processo de decadência[2] e a burguesia industrial emergente. Neste sentido, a legislação trabalhista brasileira surge como um conjunto de correlações de forças e não como uma simples concessão do Estado.

Alguns fatores internos e externos foram determinantes na formação do direito do trabalho no Brasil. Dentre os fatores externos, sublinha-se a crescente elaboração de leis de proteção ao trabalhador de alguns países da Europa. Outro marco de influência externa foi o ingresso do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Versalhes em 1919 (NASCIMENTO, 2013).

Quanto aos fatores internos mais influentes destacam-se o movimento operário, com forte participação de imigrantes europeus com inspiração anarquistas e o surto industrial, efeito da Primeira Guerra Mundial, que contribuiu com surgimento de fábricas e operários. Ressalta-se que em 1919, estima-se que no Rio de Janeiro e em São Paulo, havia cerca de doze mil fábricas e, aproximadamente, trezentos mil operários (NASCIMENTO, 2013).

Em uma breve análise histórica das etapas da formação da legislação trabalhista no Brasil, percebe-se a articulação entre o Estado e o capital industrial, como forma de beneficiar a nova classe social emergente: a burguesia industrial. As décadas de 1920 e 1930 são caracterizadas pela ascensão da burguesia industrial que mantém o compromisso com o liberalismo econômico. Este período é marcado pela oposição entre a burguesia industrial e a oligarquia agro-exportadora (RIVERO, 2009). No entanto, o marco histórico que define o fim de um ciclo econômico e o início do outro é a Revolução de 1930 como destaca Oliveira (2003, p. 34 - 35).

---

[2] Esse processo de decadência da Oligarquia Agro–exportadora, com concentração no Nordeste, é minunciosamente explicado por Francisco de Oliveira na sua célebre obra *Elegia para uma Re(li)gião – Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. Em suas palavras, ele relata: “A última imagem que o país como um todo tinha da burguesia açucareira – têxtil do Nordeste, antes da emergência da SUDENE, era a de uma classe social perdulária, que esbanjava nos carnavais do Recife o financiamento recebido dias antes no Banco do Brasil, já sem nenhuma missão histórica a cumprir. Ironicamente, esse esbanjamento era sinal contraditório de decadência e não de vitalidade. Pilar da constituição de uma classe social burguesa *nacional*, sua decadência começa a aparecer, aos olhos da burguesia em expansão na “região” industrial de São Paulo, como um risco para a sobrevivência de todo o Brasil capitalista” (OLIVEIRA, 1981, p. 66 e 67).

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário – exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano – industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, tem o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrárias – exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.

Neste contexto foi introduzido na economia brasileira um novo modo de acumulação. Para o autor acima referenciado, a *destruição* das regras do jogo significava que os investimentos que eram tradicionalmente transferidos para agricultura, agora eram alocados para a indústria. A regulamentação das leis trabalhistas passou a desempenhar um papel de enorme significação, pois o Estado foi convocado a institucionalizar as "novas" regras do jogo, de modo a facilitar a instauração do novo modelo de acumulação, como registra Francisco de Oliveira:

> O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral e, especificamente a população que influía as cidades, necessitava ser transformada em 'exército de reserva'. [...], a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que *incrementando* o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados a situação de não qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de 'mercado livre', na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas, a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (OLIVEIRA F., 2003, p. 38)

Portanto, a legislação trabalhista desempenhou importante papel no processo da industrialização brasileira pós – anos de 1930, pois ela representou a ideologia da nova classe dominante – a burguesia industrial, no sentido de propiciar a formação de um enorme "exército de reserva" voltado para acumulação e também

ao unificar o salário mínimo das diferentes categorias operárias, colocou no mesmo nível salarial o trabalhador especializado e o não qualificado, gerando para o capital empresarial um enorme lucro.

Para Francisco de Oliveira (2003) a legislação brasileira serviu como ponte no processo de transição entre a hegemonia de uma classe – a dos proprietários rurais – e a de outra – a da burguesia industrial. Para o referido autor houve uma adequação da legislação que beneficiou certos setores da economia, como a agricultura e o setor emergente da indústria. Neste sentido, o direito a favor da indústria – corporativista – é a forma mais adequada para promover o complementariedade entre os dois setores, gerando a dualidade entre o “arcaico” e o “novo”.

O que é perceptível neste novo modelo de acumulação, é que, se os salários urbanos fossem determinados pela lógica do “mercado livre”, particularmente na indústria, poderia colocar em risco a viabilidade do processo de industrialização nascente. Ademais, a regulamentação das leis do trabalho ao nivelar salarialmente todas as categorias, interpretou o salário mínimo rigorosamente como salário de subsistência, ou seja, o valor mínimo pago pela quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender.

Esta complementariedade entre os dois setores dá-se porque o trabalhador rural atraído pelo salário mínimo das cidades se deslocava para os setores industriais urbanos, formando, por um lado uma imensa população operária (na sua maioria, sem consciência de classe), e por outro lado, um imenso exército industrial de reserva (OLIVEIRA, 2003).

Importante observar que as atividades urbanas, particularmente a indústria, pagavam salários mais altos que os rendimentos auferidos no campo, existindo de fato, uma relação provável entre os salários urbanos e a produtividade das atividades urbanas industriais, pois estas atividades tinham como base a alta taxa de exploração da força de trabalho.

A participação legal entre o Estado e a burguesia industrial culmina, na década de 1930, na Criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – na Era Vargas. Os períodos históricos de 1931 a 1934 e de 1946 a 1964, foram caracterizados pela forte influência dos sindicatos. No entanto, estes tinham uma autonomia restrita e o mercado estava sob a influência do Estado. Neste período foi

criado a Justiça do Trabalho (1939), com a finalidade de resolver os conflitos do mercado de trabalho (RIVERO, 2009).

Nesta nova fase de acumulação de base industrial, com o objetivo de resguardar os interesses da burguesia industrial, o Estado tem uma tríplice missão: regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital, diversificação do aparato produtivo e a reforma do sistema político para contemplar os novos detentores do poder.

Com a criação em 1931 do estatuto sobre sindicalização instalou-se, por fim, a ideologia corporativa. O Estado, por sua vez, totalmente comprometido com as classes dominantes, permitiu e criou todas as condições para o desenvolvimento da burguesia. A forma corporativista foi, portanto, o instrumento burguês de criação e expansão do industrialismo. Porém, os objetivos do corporativismo não garantiam o projeto modernizador e industrializante para o Brasil. Ademais, como o modelo econômico do liberalismo não tinha suportes sociais para impor uma “disciplina fordista” para classe trabalhadora, o corporativismo vai instrumentalizar esta disciplina, via a criação de um Código de Trabalho, para “enquadrar”, o trabalhador as novas exigências do mercado de trabalho.

Em 1930, Getúlio Vargas, atual presidente do país, propõe a criação de um Código de Trabalho, com o objetivo de começar o processo de modernização desencadeado pelo Estado, com poder de interferência na economia. Vargas usa a expressão “revolução pelo alto” para definir o processo de modernização brasileira pós-30. É possível “[...] acentuar que a modernização como “revolução pelo alto” não se associa a ideia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal” (VIANNA, 1976, p.173).

Do período entre 1920 até 1937, desenvolveu-se no Brasil, o “processo de modernização”. O crescimento urbano se concentra em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro (10% do total de habitantes do país estavam concentrados nessas capitais). Neste período, constata-se um aumento significativo da população urbana, como consequências das migrações internas (rural – urbano). Neste sentido, há a diminuição da força de trabalho estrangeira (presente no início do século), e o aumento da força de trabalho vindo, sobretudo do Nordeste para o Sudeste. Este deslocamento entre essas duas regiões, tem início nesse período e este fluxo tem continuidade até a década de 1980.

Do período entre 1930 a 1935, o Estado tentou desmobilizar a classe trabalhadora, desmontando suas organizações, reprimindo líderes sindicais e assumindo suas representações. Neste sentido, destaca Cardoso que:

> Vargas montou seu projeto desenvolvimentista a partir de uma ideia de um Estado forte, centralizador, empreendedor, capaz de patrocinar a industrialização acelerada. Essa ideia tinha como contrapartida no plano social, o controle das demandas do operariado industrial emergente (no contexto da ideologia de paz social), aperfeiçoou-se a legislação trabalhista por meio de atos de cúpula, baseados na legislação social e trabalhista dos países capitalistas ocidentais; de outro lado, regulou-se a minúcia o associacionismo operário e capitalista, tornando-o fortemente dependente da burocracia estatal e independente dos associados (CARDOSO, 1999, p. 28).

No ano de 1937, a ideologia do Estado Novo se consolidou. Neste contexto, a Constituição Federal deste mesmo ano, expressou a concepção política que embasava o Estado Novo e assinalou às restrições legalmente impositivas ao movimento sindical, visando o enquadramento dos sindicatos em categorias declaradas pelo Estado e proibindo a representatividade de mais de um sindicato de uma mesma categoria. Neste sentido, foi um retrocesso legal para a classe trabalhadora, que tinha o direito do *pluralismo sindical* resguardado na Constituição de 1934.

Ademais, a Constituição de 1937, colocou expresso no seu texto legal a proibição da greve, utilizando a justificativa deste ser antissocial e nocivo a economia e, proibiu também, a continuidade da elaboração de leis trabalhistas de modo amplo. Em 1940, foi publicado o Decreto Lei nº 2.377, obrigando todo empregado, sindicalizado ou não, a pagar anualmente ao seu sindicato o valor de um dia de trabalho, este valor descontado, automaticamente na folha de pagamento do trabalhador e depositado pelo empregador no Banco do Brasil. Desta forma, os sindicatos transformaram-se em filiais do poder público. Neste mesmo ano é criada a lei do salário mínimo, o cálculo aplicado na lei é resultante do somatório das despesas de um trabalhador com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Em 1943, toda a legislação trabalhista foi sistematizada na Consolidação das Leis Trabalhistas (vide quadro abaixo). Esta representou o conjunto de normas tutelares do trabalho, dos sindicatos, da previdência social e da Justiça do Trabalho.

A partir daqui, surge o Direito do Trabalho, que dava ao Estado uma face de bem-estar social e a Getúlio Vargas o título de “pai dos pobres”. Ianni destaca que:

> Desde 1943 Vargas compreendera que se tornava necessário encaminhar manobras e soluções, para que se realizasse a redemocratização das instituições políticas brasileiras [...]. Em contraposição as forças políticas que começavam a manifestar-se, o governo começou a movimentar os seus próprios recursos políticos [...]. Colocou-se como juiz do processo de reconversão política do país. Ao mesmo tempo mobilizou as massas urbanas, os ´trabalhadores do Brasil´ na campanha em favor da ´Constituinte com Getúlio´; campanha essa também conhecida como movimento ´queremista´. Para Vargas, tratava-se de realizar a mudança do regime politico apoiando-se nas mesmas forças políticas que estavam representadas no Estado Novo, para evitar que o poder politico fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e os seus aliados liberais e estrangeiros (IANNI, 1971, p.77).

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ENTRE 1889 E 1943

De 1889 até 1891	O mercado estava sob a influência do Estado. Nesta etapa, começou o projeto industrializante no Brasil que visava a constituição de um monopólio financeiro.
1889	Foi apresentado ao Governo Provisório projeto para regular o trabalho, que incluía salários, jornada, descanso semanal, férias anuais, aposentadora, e dispensa, no entanto o projeto não foi aprovado.
1890	Penalizou-se a greve, pois para o governo a greve atentava contra a liberdade de trabalho e a indústria.
1891	Regulamenta-se o trabalho do menor.
1903	Organização de sindicatos rurais
1906	O movimento operário reivindica que o Estado assumisse o papel de interlocutor de suas demandas protetoras e regulamentadoras do trabalho.
1907	Com base na Teoria Contratualistas francesa é instituído o direito de associação. A partir daqui, cria-se a possibilidade da classe trabalhadora através de suas diferentes categorias, convertem-se em entes coletivos, surgindo desta forma, os sindicatos urbanos.
1912	É reconstruída a Confederação Operária Brasileira, que denuncia o Congresso reformista como de “inspiração da burguesia exploradora”.
1913	Foi um ano de resistência dos trabalhadores contra a lei de expulsão dos trabalhadores estrangeiros.
1915 até 1917	Este período foi marcado por greves, pois os trabalhadores exigiam o aumento de salário e a diminuição da jornada de trabalho.
1918	As greves no Rio de Janeiro eram frequentes. Os trabalhadores reivindicavam a regulamentação do mercado de trabalho: seis dias de trabalho semanais, salário mínimo e jornada diária de oito horas.
1919	O Brasil assina o Tratado de Versalhes, que o obriga a cumprir recomendações a favor dos trabalhadores. Neste mesmo ano, é aprovada a lei de proteção por acidentes de trabalho.
1922	Fundação do Partido Comunista e a autonomia sindical consolidam-se em preceito constitucional.
1923	É legalmente instituído as caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários e é criado o Conselho Nacional do Trabalho. Ademais, o Congresso Nacional passa a legislar sobre o trabalho.
1925	É instituído por lei as condições de trabalho que garantem férias e outros benefícios trabalhistas.
1927	Foi criado o seguro contra doenças.
1930	Criação do Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio.
1931	Foi instituída nova estrutura sindical

1932	Regulamentado o trabalho das mulheres
1936	Instituído o salário mínimo
1939	Criação da Justiça do Trabalho
1943	Promulgação da CLT

Fonte: Quadro construído pela autora a partir de Vianna (1999)

Em 1944, tentando fazer do movimento operário o seu forte aliado, diante do seu isolamento político, Vargas permite a criação do Movimento Unificado de Trabalhadores (MUT) e é fortemente atacado pelas classes dominantes por causa do seu discurso populista da "colaboração entre classes". Vargas, no auge do seu populismo – nacionalismo, faz alianças com as classes subalternas contra determinadas classes dominantes, que por sua vez, já começavam a se articular com a intenção de executar um golpe de Estado – concretizado em 29 de outubro de 1945.

A Constituição Federal de 1946 acolhe os *princípios liberais*, instaurando a livre iniciativa e a igualdade de oportunidades para nacionais e estrangeiros, abrindo, desta forma, caminho ao capital estrangeiro. Ao final da década de 1940, mais precisamente em 1947 houve o congelamento de salários, mobilização do proletariado urbano e dura repressão política que culmina com a cassação dos mandatos dos deputados do Partido Comunista no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais.

É nesse contexto, que Vargas começa a ressurgir como líder político e governa, mais uma vez o país, no período entre 1951 a 1954. Nesse governo, o tripé nacional (burguesia industrial, classe média e o proletariado) já está devidamente configurado no cenário nacional. No entanto, este segundo mandado de Vargas foi perseguido pela inflação e por tensões sociais e políticas, mesmo com o crescente estímulo a industrialização nacional, pois que foi neste período que se criou a Petrobrás. O suicídio de Vargas, em 1954, abriu caminho para uma nova reorganização das forças políticas no país, curto interstício que seria quebrado com as tensões dos anos 1960, que levaria os militares ao poder.

A administração de Juscelino Kubistchek, iniciada em 1956, foi marcada por dois movimentos em plena harmonia: o desenvolvimento das grandes indústrias e a ampliação e internacionalização da economia brasileira. Para Ianni: "talvez se possa dizer que a criação da indústria automobilística e a Construção de Brasília transforma-se nos símbolos do Governo Kubistchek e, ao mesmo tempo, do ´novo

Brasil´. Nota-se, entretanto, que o conceito de industrialização, para Juscelino Kubistchek de Oliveira, não continha a ideia de autonomia" (IANNI, 1971, p. 155).

Nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, entre 1961 até 1964, houve crise econômica e política, por causa da contradição ideológica presente nesse governo, que oscilava entre o nacionalismo e o capitalismo internacional. Essa contradição gerou uma forte mobilização das massas populares do campo e da cidade e a divisão política entre direita e esquerda. Esta última intensificam os movimentos de resistência contra o capital estrangeiro e o latifúndio.

No governo de João Goulart, criou-se o Estatuto do Trabalhador Rural e os sindicatos rurais, produto da possível reforma agrária que se idealizava nesse governo. Ainda em 1964, continuava a crise política, por causa das três possibilidades ideológicas que rondavam o país: o capitalismo nacional, o socialismo e o capitalismo dependente. Esse dilema político fragilizava, ainda mais, os conflitos entre o executivo e o legislativo, já que estes tinham grandes diferenças internas, pois representavam as diferentes frações de classes do Brasil. Este conflito propiciou neste mesmo ano a chegada dos militares ao poder.

Entre os anos de 1966 a 1969, implantou-se o capitalismo nacional, através de atos institucionais. A Constituição Federal de 1967 expressou os objetivos dos governos militares iniciados em 1964 e introduziu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Vale registrar que todas as Constituições Brasileiras a partir da de 1934, passaram a ter normas de direito do trabalho. Essas Constituições foram aprovadas respectivamente, em 1937, 1946, 1967, Emenda Constitucional de 1969 e a de 1988. Conforme quadro abaixo:

QUADRO 7 - LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1934	Acrescentou o *pluralismo sindical*, autorização para criação, na mesma base territorial, de mais de um sindicato da mesma categoria profissional.
1937	Expressou a concepção política do Estado Novo. Restringiu o movimento sindical, seguiu a ideia de organização da economia pelo Estado, com a criação do Conselho Nacional de Economia; enquadrou os sindicatos em categorias definidas pelo Estado
1946	Acolheu *princípios liberais* na ordem política; restabeleceu o direito de greve, transformou a Justiça do Trabalho – até então de natureza administrativa – em órgão do Poder Judiciário.
1967	Expressou os objetivos dos *governos militares* iniciado em 1964 e introduziu o FGTS, que via sido criado por lei ordinária em 1966.
1988	Valorizou o direito coletivo com a proibição da interferência do Poder Público na Organização Sindical, embora mantendo o sistema do sindicato único iniciando desse modo, uma tentativa de ampliação do movimento sindical e enumerou uma série de direitos individuais dos trabalhadores (art. 7º)

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir de Nascimento (2013).

Por fim, em termos de legislação trabalhista, sob o regime militar, deu-se continuidade a doutrina da “paz social” e da “plena harmonia” entre capital e trabalho. Neste contexto suspendeu-se o direito de greve e burocratizaram-se os sindicatos.

Como consequência do processo de abertura democrática pós–ditadura foi criada a Assembleia Nacional Constituinte, que se propôs modificar o texto constitucional existente, no qual refletia o antigo regime autoritário, alternando os princípios políticos, econômicos e sociais, servindo de base para o texto final da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 incluiu normas específicas de direito do trabalho e que abrangem tanto o direito individual como o direito coletivo, que são as seguintes: elaboração de 10% para 40% da indenização sobre os depósitos do FGTS na despesa imotivada do empregado, atualmente com a criação de um acréscimo de 10% com o nome de contribuição social depositada na conta do empregado; redução da jornada de trabalho para 44 horas e redução para 6 horas ininterruptas da jornada, salvo negociação coletiva; adicional de horas extras; acréscimo de 1/3 da remuneração das férias; irredutibilidade do salário, salvo negociação coletiva; licença-paternidade; idade mínima de 16 anos para empregados e 14 anos para aprendizes; isonomia salarial entre avulsos e empregados; isonomia salarial favorecendo empregados deficientes; estabilidade da gestante desde a configuração da gravidez até 5 meses após o parto; estabilidade aos dirigentes sindicais; fixação de contribuição sindical; direito de greve para os trabalhadores das empresas privadas, com fixação de um percentual mínimo para as atividades essenciais; criação de sindicatos sem necessidade de prévia autorização de lei ou do Poder Público, bastando o registro no Ministério do Trabalho e Emprego; autonomia da administração das entidades sindicais, sendo vedada a interferência do Poder Público; proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

No entanto, a Constituição foi omissa em algumas matérias, de relevante interesse social, como a proteção do trabalhador em face da automação. Outras importantes leis infraconstitucionais no contexto da legislação trabalhista foram aprovadas como efeito da Constituição Federal de 1988, quais sejam:

QUADRO 8 - LEIS TRABALHISTAS PROMULGADAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

Direito de greve	Lei nº 7783/1989
Seguro desemprego	Lei nº 8900/1994
FGTS > com nova redação	Lei nº 8036/1990
Trabalho da mulher	Lei nº 9799/1999
Inspeção trabalhista	Lei nº 7855/1989
Salário maternidade	Lei nº 10741/2003
Estatuto do idoso > proteção dos idosos contra a discriminação no trabalho	Lei nº 10741/2003
Primeiro emprego para jovens	Lei nº 10748/2003
Trabalho penoso > hipóteses legais que configuram condições análoga a de escravo	Lei nº 10803/2003
Reajuste do valor do salário mínimo	Lei nº 10888/2004
Saque do FGTS em virtude de desastre natural pelo trabalhador residente em área atingida	Lei nº 10878/2004
Leis das Centrais Sindicais	Lei nº 11648/2008
Lei do trabalho doméstico	Lei Complementar nº 150/2015

Fonte: Organizado pela autora a partir da Constituição Federal de 1988 e Leis Esparsas do *VadeMecum*, 2014.

Apesar de todo amparo legal, atualmente o trabalhador brasileiro, assiste, paulatinamente, o desmonte da estrutura estatal de proteção ao trabalho. Neste processo, o Brasil passa por profundas modificações no mundo laboral, que se concretiza na flexibilização das relações trabalho, via subemprego[3], a precarização[4] e a informalização.

Importante registrar que no Brasil o fato de existir às leis trabalhistas não significa necessariamente o cumprimento delas, tanto que o avanço da informalidade é inegável no país. Ademais, para muitos empregadores, seguir as regras instituídas nas legislações trabalhistas e previdenciárias, acrescentada pela alta carga tributária, significa a morte do seu pequeno negócio.

Um exemplo clássico da distância entre o que a lei determina e a realidade concreta é a lei que regula o trabalho doméstico. É inegável a função social a que ela se presta, no entanto, as exigências legais foram muito além das condições financeiras da maioria dos empregadores, resultando na diminuição vertiginosa de postos de trabalho. No caso específico desta lei, ao instituir o auxílio-creche, o Estado transforma um simples empregador em um gestor público e se desresponsabilizasse da sua função, instituído constitucionalmente, de garantir os direitos sociais, entre os quais está presente a educação na pré-escola.

[3] O subemprego é o trabalho eventual e de baixíssima remuneração. No Brasil é apelidado de “bico”.
[4] Os trabalhos precarizados são trabalhos formais (com carteira assinada), mas com a remuneração fixada no salário mínimo, ou seja, o menor valor salarial instituído legalmente.

Os avanços da legislação trabalhista, ao longo de décadas, culminaram com a publicação de um capítulo específico (Capítulo II – Dos Direitos Sociais – Artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11) na Constituição Federal de 1988, que contemplou ás demandas da classe trabalhadora. No entanto, a classe trabalhadora ainda é uma categoria muito frágil, que está submetida às oscilações do mercado de trabalho interno e externo e, por mais que exista uma "blindagem" legal de proteção ao trabalho, quem ao final, determina as "regras do jogo" é o mercado.

No Brasil, destacam-se alguns marcos legais nesse processo de flexibilização[5] nas relações de trabalho. A primeira lei, que demarca este contexto de flexibilização na legislação trabalhista, foi o Decreto-Lei de nº 200/67 que regulamentou a permissão da terceirização na administração pública federal no âmbito das contratações de serviços e que vigora até os dias atuais:

> [...] para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, a execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução (BRASIL, 2007).

O texto da lei, transcrita acima, deixa clara a intenção a que ela veio: transferir para as empresas privadas a execução de atividades que originalmente eram executadas pelo poder público.

Em 1983, foi sancionada a lei que trata da prestação de serviços de segurança privada (incluindo transportes de valores e serviço de vigilância) para instituições financeiras, empresas públicas, estabelecimentos comerciais e pessoas físicas. Esse dispositivo legal foi o primeiro a expressar textualmente a permissão do uso da terceirização em atividade determinada.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Plano Diretor da Reforma do Estado, que instituiu o Programa de Desestatização das empresas públicas, através de um amplo programa de privatização. Em 1995, o governo federal regulamentou o regime de concessão e permissão para prestação de serviço de utilidade pública, com o objetivo maior de preparar as bases legais para o

---

[5] A flexibilização do direito do trabalho, seguiu as leis do mercado e não as leis trabalhistas, pelo contrário, essas últimas são a "ponte" que une o "grande capital" e as exigências da economia globalizada de mercado.

processo de privatização das empresas estatais. Dois anos depois, foi publicada a Lei Geral das Telecomunicações - Lei nº 9.472/97, que dispôs do processo de privatização do serviço telefonia e a partir daqui, como que num “efeito dominó”, outras empresas estatais foram privatizadas.

No ano de 1998, o Congresso Nacional, por sua vez, aprova a Emenda Constitucional (EC) nº 19, que trata da flexibilização do acesso ao serviço público (que antes de 1998 contemplava apenas o Regime Jurídico Único) e passa a permitir o acesso ao serviço público via outras formas de contratação contempladas pela CLT, como uma materialização das propostas do PDRE. Ainda neste mesmo ano, é aprovada também a EC nº20 (publicada em 16/12/98), que reduziu significativamente os direitos e garantias dos direitos previdenciários. Na contrarreforma da previdência social, baseada nos ideais neoliberais, institui duas formas básicas de aposentadoria: a pública e a privada. Neste sentido, discorre Granemann (2007, p. 45):

> O estabelecimento de modelo de proteção social que articulam formas privadas e públicas para diferentes frações da classe trabalhadora não se esgota na necessidade fiscal de ajuste dos gastos posta pelo capital. Esta é uma necessidade, mas somente reduzir o valor da força de trabalho não basta: há que se conformar, de um lado, um novo espaço para a comercialização dessas mercadorias como expressão vital da capacidade de o capital propiciar a criação de novos negócios potencializadores da acumulação capitalista; de outro lado, direcionar as políticas sócias que restam sob o controle do estado para a lógica da acumulação.

Na esfera privada, outros mecanismos legais no Brasil contribuíram para o processo de desregulamentação das leis trabalhistas, como a Lei Complementar nº 134/01, que altera o dispositivo no artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), modificando de maneira substancial a essência da lei originária. A lei prevê que por meio de acordo ou convenção coletivas[6] firmados entre patrão e empregado nas fábricas ou em qualquer instituição onde haja vínculo empregatício, passa a vigorar tão logo haja um “acordo” tácito entre as partes envolvidas. Este acordo vai para Justiça do Trabalho apenas ser ratificado pelo juiz, fragilizando neste sentido, a luta dos trabalhadores em seus respectivos sindicatos que os representam. Na prática, esta nova figura jurídica já faz parte da dinâmica da Justiça do Trabalho, que

[6] Existe uma diferença entre acordo coletivo e a convenção coletiva. O acordo coletivo é o pacto celebrado entre os trabalhadores (através de seus representantes) e a empresa. A convenção coletiva é o pacto entre os sindicatos patronal e dos trabalhadores.

incentiva tal prática como forma de reduzir o número de litígios trabalhistas entre patrão e empregado e, por conseguinte, o número de processos.

A este respeito, Tavares e Soares (2007, p. 27), destacam que:

> O Projeto de Lei que altera o art. 618 da CLT, aprovado pela Câmara dos Deputados em 04 de dezembro de 2001, prevê que, por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, os direitos sociais mínimos garantidos por lei podem ser reduzidos ou até mesmo retirados, à medida que prevalece o convencionado sobre o legislado. São negociáveis as seguintes condições de trabalho, que se referem ao contrato individual de trabalho: 1) a compensação de horários dentro dos limites constitucionais; 2) a redução da jornada de trabalho; 3) a exclusão ou inclusão do tempo *in intiner*ena jornada; 4) a jornada do tempo parcial; 5) o número de horas extras compensáveis; 6) a condição de gerentes e exercentes de cargos de confiança; 7) a duração dos intervalos; 8) os dias de concessão nos quais recairá o repouso semanal; 9) o período que se caracteriza como noturno; 10) o percentual do adicional noturno; 11) o contrato por prazo determinado [...]. Entretanto o que se observa é um esforço das personificações do capital em formular leis e métodos de produção que reduzem os custos do trabalho e otimiza o tempo de produção.

As novas figuras jurídicas[7] assumiram formas diversificadas de suprimir garantias legais da classe trabalhadora, através da flexibilização das relações de trabalho e da desregulamentação das leis trabalhistas.

Mészáros (2006, p. 34-35) destaca que os obstáculos a serem enfrentados pelo trabalho na atualidade e no futuro próximo, sintetizam nessas duas palavras largamente utilizadas pelo capital: “flexibilidade” e “desregulamentação”[8]. No dizer do próprio autor:

> Dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais tanto nos negócios como na política soam interessantes e progressistas. E, muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho - a ser forçada por meio da “desregulamentação” em suas variadas formas, corresponde, na verdade, a desumanizadora precarização da força de trabalho.

---

[7] As novas figuras jurídicas com que o trabalhador passou a defrontar são, entre outras: a ampliação do uso dos contratos de trabalho a prazo fixo, que assumiram formas diversificadas; redução da jornada de trabalho com redução salarial e estratégias de horários (como o banco de horas) como forma de suprimir o acréscimo pago pelas horas extras.

[8] A doutrina jurídica classifica o trabalho flexibilizado como aquele em que se mantém alguma legislação de proteção ao trabalho e algumas normas gerais que possibilitam as modificações nas regras, nos contratos, nas jornadas, nos salários etc. Neste caso, encontram-se relações *“*incompletas*”* de emprego, que são elas, entre outras: o terceirizado eventual, intermitente, avulso e o temporário. O trabalho desregulamentado é aquele que possui ausência de qualquer proteção legal, ou seja, o Estado não intervém nas relações de trabalho, para que a autonomia individual ou coletiva disponha sem limitações legais, sobre as condições de trabalho. Neste caso, o trabalhador fica inteiramente descoberto da proteção de normas, como é o caso do trabalho informal.

Importante ressaltar que as principais medidas legais no processo de desregulamentação das leis trabalhistas ocorreram no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, seja no âmbito da administração pública, bem como, na esfera privada, pois a partir dos anos 1990 ocorreu um desmonte da aparelhagem estatal que culminou nas privatizações das grandes empresas nacionais, bem como, na desregulamentação dos direitos sociais, como atestam Behring; Boschetti (2008, p. 151-152),

> E o que ocorreu nos anos 1990? Vivenciamos naquela época, e principalmente a partir da Instituição do Plano Real, em 1994, algo bastante diferente desse crescimento mal dividido do tão criticado desenvolvimentismo. Houve o desmonte e a destruição, numa espécie de reformulação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. Revelou-se sem surpresas, a natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileira. E foram medidas que, em alguns setores fizeram com que o país evoluísse de forma inercial e, em outros o fizeram permanecer no mesmo lugar, ou até mesmo andar para trás, se pensamos nos critérios de Florestan Fernandes a ruptura com a heteronomia e com o drama social. Houve, portanto, uma abrangente contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso.

No Brasil, ao longo da década de 1990, cerca de 550 mil postos de trabalho que pertenciam ao setor produtivo estatal desapareceram por causa da transformação profunda do papel do Estado. Com a reforma administrativa, a administração pública facilitou a demissão de pessoal e ampliou as atividades terceirizadas. O mundo do trabalho, tal como se desenha na contemporaneidade, marcado por relações de trabalho instáveis, desregulamentadas e precarizadas, torna frágil a pauta de reivindicações da classe trabalhadora no atendimento aos seus direitos sociais e resulta em políticas mercantilizadas e focalizadas, contrariando o caráter universalista da Constituição Federal de 1988.

Atualmente, percebe-se no Brasil, uma exaltação ao trabalho flexibilizado, que significa em outras palavras, o aumento do trabalho precarizado, terceirizado e do trabalho informal, para se criar mecanismos de sobrevivência e suprir a diminuição do trabalho formal, reforçado por todo um aparato legal. Neste sentido, atesta Souza (2009, p. 142):

> Este aparato legal tem desdobramentos distintos respeitando as especificidades de cada atividade econômica, mas mantendo uma unidade no que se refere à expansão da desregulamentação do trabalho, no Brasil, e fomentando sua condição de precariedade.

O destaque no marco jurídico no Brasil no processo de desregulamentação das leis trabalhistas é a Lei de nº 9.601/98 ou também conhecida, como a "Lei do Contrato Precário". O diploma, em referência, foi apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso em 23 de março de 1996, dois meses depois foi submetido à votação. Após negociação entre membros do próprio governo o referido Projeto foi aprovado no plenário da Câmara Federal em dezembro de 1997.

Com o argumento oficial de combater o desemprego no país, a referida lei foi apresentada pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo. A principal justificativa do governo federal quanto da importância e urgência da aprovação desta lei, era de que era necessária a redução do custo direto e indireto da força de trabalho que a lei implementaria, através de diminuição dos direitos trabalhistas conquistado a duras penas pela classe trabalhadora através dos movimentos sindicais, que neste momento já estavam visivelmente enfraquecidos.

Introduziu-se, a partir desta lei, a flexibilização das relações de trabalho, normatizado pelo próprio Direito do Trabalho, que ao invés de atuar como instrumento de proteção legal para o trabalhador, ao contrário, legaliza as novas formas de exploração da mão de obra da classe trabalhadora no Brasil, para se adaptar as exigências do mercado capitalista, como atesta Tavares (2004, p. 70-71).

> A Justiça do Trabalho, por meio de suas representações, está nos dizendo que o Direito do Trabalho foi configurado em torno do emprego, sendo sua função precípua a proteção individual do trabalhador, e que, agora, o emprego deixou de ser central, sendo necessário encontrar novas formas de proteção do trabalho, que vem se desenvolvendo mediante outras relações. Essas formas de proteção, no entanto, por melhores que sejam as intenções dos juristas, esbarram na lógica do mercado, para o qual proteção e rigidez são sinônimas sob essa ótica, as leis devem ser flexibilizadas, embora isso represente perdas significativas para um dos termos da relação.

Portanto, a Lei nº 9.601/98 consagra um dos aspectos dominantes da política econômica e social dos governos brasileiros, que se inicia na década de 1990 e culmina com a publicação da referida lei: a flexibilização em âmbito nacional das normas jurídicas trabalhistas. Ou seja, pelo texto deste diploma, a linha flexibilizatória encontra-se na adequação do caráter genérico das leis trabalhistas as

circunstâncias e especificidades de segmentos de mercado de trabalho através da negociação coletiva. No novo diploma legal, instituiu-se uma norma jurídica estatal, oposta aos princípios consagrados pela própria CF/88, prevalecendo sempre à negociação coletiva em detrimento ao direito individual do trabalhador, instrumento este de pura e simples redução de direitos.

Os críticos dessa lei identificam nela a consagração do processo de precarização dos direitos trabalhistas e das condições básicas de pactuação da força de trabalho no mercado, pois, esse ordenamento jurídico ampliou as hipóteses de incidência de contratos que prevê relações empregatícias precárias no tempo (contratos que prevê relações de curto prazo), com a previsão de direitos trabalhistas mais restritos. O mercado capitalista, com o falso discurso de desestabilização e contingenciamento atribuído ao trabalho ou aos "gastos" que o Estado e as grandes empresas privadas (multinacionais) têm com a classe trabalhadora, incentiva a adoção desse tipo de contrato, inclusive, com a "chancela" da própria Justiça do Trabalho, como enfatiza Tavares (2004, p. 71).

> No Direito do Trabalho há princípios universais e princípios nacionais, mas no mercado a lei do valor é única, devendo ser igualmente a todos os países capitalistas independente das singularidades de cada um. Assim, como qualquer outra instituição da sociedade capitalista, a Justiça do Trabalho sofre as determinações desse poder global que é o mercado. Este comando está acima da eficácia reguladora dos Estados nacionais, não importando quais sejam as características histórico-sociais desse ou daquele país, razão por que, nos limites dar ordem burguesa, as propostas mais inovadoras de proteção ao trabalho criam condições efetivas para que se pratiquem legalmente cada nova modalidade de exploração.

O que efetivamente mobiliza as instituições jurídicas no âmbito trabalhista, é a criação de mecanismos que garantam a legalidade de "velhas" e "novas"[9] formas de exploração da força do trabalho, e as leis que orientam o mercado de trabalho

[9] Tavares (2004, p. 70) enuncia a funcionalidade dos mecanismos legais para *"*extração de sobre trabalho, como cooperativas, por exemplo, que o modelo de acumulação flexível ressuscitou. As leis que orientam o emprego de forma cooperativa pelo capital traduzem bem a função do direito nessa área*"*. Nesse sentido, compreende-se que o cooperativismo, tão amplamente defendido pelo capital nos dias atuais, é uma velha forma de exploração da força de trabalho, apenas com uma nova roupagem. Já quanto as *"*novas" formas de exploração cita-se como exemplo, o trabalho voluntário. (Previsto no artigo 1º, Lei 9.608/98), que possui como característica principal o caráter gratuito do labor ofertado. O trabalho voluntário está excluído de quaisquer amparos legal, seja na órbita do Direito do Trabalho ou do Direito Previdenciário, pois não há o elemento *"*onerosidade*"* que compõe a relação de emprego. No Brasil, 1,5 milhões de pessoas trabalham como voluntários em 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

formal, são pautadas na flexibilização, contribuindo inegavelmente para a acumulação capitalista.

Acrescenta-se que, apesar do mercado de trabalho brasileiro ser normatizado, ele não se caracteriza pela rigidez no cumprimento da legislação trabalhista por parte do empregador, como observa Camargo (1996, p. 41).

> Esse comportamento do mercado de trabalho está diretamente associado ao conjunto institucional que rege as relações entre trabalhadores e empresas no país. Essas instituições foram desenhadas de tal forma que criam incentivos para que trabalhadores e firmas mantenham relações de curto prazo. O custo da demissão é relativamente baixo e o trabalhador tem sempre direito a uma indenização em dinheiro quando é demitido. Além disso, a possibilidade de negociar os direitos individuais inscritos na CLT e na Constituição através da Justiça de Trabalho cria um incentivo adicional para que os empresários não respeitem a legislação enquanto o trabalhador está empregado, ao mesmo tempo em que induz o trabalhador a forçar sua demissão para receber pelo menos parte desses direitos, através da justiça, quando demitido. Os resultados são elevados taxas de rotatividade de mão de obra e baixo nível de cumprimento da legislação trabalhista.

Importante considerar, por um lado, o Estado seguindo a lógica do funcionamento capitalista, cria através das instituições jurídicas mecanismos legais que permitem a produção capitalista o uso de mão-de-obra precária, inclusive estimulando também o trabalho informal, pois este vai servir para acomodar a mão de obra excedente. Por outro lado, as políticas macro-econômicas de privatização e desregulamentação obrigam aos países pobres e emergentes, descentralizarem sua produção, enquanto centralizam cada vez mais o capital nos países ricos, que detém o poder financeiro em nível internacional, contribuindo consideravelmente para a fragmentação e enfraquecimento da classe trabalhadora.

Em uma breve classificação histórica, segue quadro explicativo que demonstra o processo de desenvolvimento das leis brasileiras que foram flexibilizadas:

QUADRO 9 - LEIS TRABALHISTAS FLEXIBILIZADAS(1966-2001)

ANO	LEI	REGULAMENTAÇÃO DA MATERIA
1966	FGTS	Facilitou a dispensa dos empregados optantes para os quais foi extinta a indenização de dispensa, substituída pelos depósitos mensais que o empregador faz na conta do empregado no fundo e pela estabilidade no emprego que antes era adquirida ao completar dez anos no mesmo emprego.
1974	TRABALHO TEMPORÁRIO	Autorização legal para o trabalho temporário
1988	REDUÇÃO SALARIAL	A Constituição Federal permitiu a redução salarial por acordo ou convenção coletiva
1998	CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	Contrato com prazo de duração de dois anos, tendo o trabalhador os seguintes direitos: carteira assinada, o salário mínimo, 13º salario e esses dois anos são computados para aposentadoria. No entanto, com o término do contrato, o empregador não paga o aviso prévio e a indenização de 40% pelo FGTS. Ademais, a empresa tem que aguardar seis meses se quiser contratar o mesmo trabalhador.
2001	BANCO DE HORAS	As horas extras trabalhadas em um dia podem ser compensadas com a diminuição de horas em outros ou outros dias, desaparecendo o pagamento das horas extras.
1994	REAJUSTES SALARIAIS ANUAIS COLETIVOS	Foram transferidos os reajustes salariais (que eram indexados) para a livre negociação coletiva.
1994	TRABALHO COOPERADO	Não configura vinculo de emprego o trabalho de cooperados entre estes e a empresa utilizadora de seus serviços.
1998	TRABALHO VOLUNTÁRIO	Foi autorizado o trabalho voluntário sem vínculo de emprego
2001	SUPRESSÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS	Foram retirados os encargos sociais de diversas utilidades como educação, transporte, assistência médica, hospitalar, odontológica, seguro-saúde, seguro de vida, seguro de acidentes pessoais e previdência privada.
2001	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA COLETIVA DO CONTRATO DE TRABALHO	De 2 a 5 meses, diante de causas econômicas, de reorganização ou crise da empresa com manutenção dos direitos previdenciários, bolsa de requalificação e vantagens pelo empregador por acordo ou convenção coletiva.

Fonte: CARNEIRO (2016). Quadro produzido pela autora.

Em suma, Tavares (2004) considera que estes novos mecanismos legais contribuíram para o crescimento do trabalho informal, bem como para incentivar as diferentes formas de exploração da força de trabalho, como o “cooperativismo” e o “empreendedorismo”.

Com o aprofundamento desemprego, fruto da política econômica implantada na década de 1990, a situação dos trabalhadores brasileiros piorou consideravelmente. Ou seja, o ciclo de crescimento econômico que acompanhou a industrialização, não foi capaz de incorporar plenamente os trabalhadores e a modernização conservadora nos anos de 1990, fragilizou ainda mais a classe trabalhadora.

Ao analisar as mudanças legais no início dos anos 2000, que coincidem com o começo do governo Lula, ficou nítido, que o governo não tomou uma posição definida em relação à reforma trabalhista. As medidas tomadas na era Lula, seguiram de um lado em direção da flexibilização, e de outro, na direção do fortalecimento da regulação pública do mercado de trabalho.

A questão ganhou destaque com a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), no ano de 2003, em que se consolidou a separação entre a reforma sindical e a reforma trabalhista. A reforma sindical foi priorizada, de maneira que, foi produzido o documento síntese, que serviu de base para a Lei das Centrais Sindicais, que regula, entre outras coisas, o modelo de organização sindical, a negociação coletiva e as formas alternativas de solução de conflitos trabalhistas.

Quanto à reforma trabalhista, esta não logrou êxito, nem no governo Lula nem no governo de Dilma, pois ambos os presidentes não formularam uma proposta única e abrangente para nortear a ação pública especificamente nesta matéria. Particularmente, no governo Lula, existiu sinais de profunda contradição presentes nas propostas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional, como pode ser observado nos quadros a seguir:

QUADRO 10 - PRINCIPAIS MEDIDAS FLEXIBILIZADORAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Crédito Consignado	Autoriza a concessão de empréstimos pelos bancos mediante o desconto salarial nas contas de empregados e aposentados via empregador ou Previdência Social. **(Lei nº 10.820/2003)**
1º Emprego	Concede incentivo fiscal para as empresas que contratam jovens por prazo determinado, com período mínimo de 12 meses. De acordo com o programa há um limite de 20% do quadro para os jovens. (**Leis 10.748/03 e 10.940/04, regulamentado pelo Decreto 5.199/04)**
Reforma da Previdência	Extingue o regime de previdência pública para os servidores públicos admitidos a partir da publicação da EC, fixação dos proventos da aposentadoria (de acordo com o teto do regime geral), aumento do limite de idade e condições mais duras para o servidor alcançar a aposentadoria. **(EC nº 41/2003)**
Nova Lei de Falências e da Recuperação Judicial	Ao contrário do regime anterior, com a nova lei, no caso de recuperação judicial da firma, os empregados deixam de receber seus créditos trabalhistas durante um ano e passam a discutir a sua forma de pagamento com os demais credores em assembleia geral. A empresa arrematante da sociedade falida, não está obrigada nem a permanecer com os empregados nem a pagar a dívida trabalhista. **(Lei nº 11.101/2005)**
Super Simples	As micros e pequenas empresas estão dispensadas de fixar quadro de trabalho em suas dependências; de anotar férias dos empregados no livro ou ficha de registro; de matricular aprendizes nos Cursos Nacionais de Aprendizagem; de comunicar quanto às férias coletivas e perante a Justiça do Trabalho, o empregador poderá ser substituído por um representante legal. **(Lei nº 123/2006)**
Empregos Domésticos (Lei nº 11.324/2006)	Garante a estabilidade provisória à empregada grávida, férias anuais remuneradas de 30 dias e a vedação de descontos por fornecimento de alimentação, vestuário e higiene. Entretanto, o presidente vetou a obrigatoriedade do FGTS, a multa rescisória de 40%, o salário família e o seguro desemprego. Com o veto, não foi possível a equiparação integral dos empregados domésticos com os direitos dos trabalhadores amparados pela CLT. Estas lacunas estão sendo amparadas pela PEC 66/2013.
Trabalho em Atividades de Transporte Rodoviário de Cargas	Considera que não há vínculo de emprego, mas apenas relação de natureza comercial entre o motorista transportador de cargas e a empresa, pelo fato do trabalhador ser proprietário do veiculo de carga. Essa categoria perdeu os direitos trabalhistas. **(Lei nº 11.442/2007)**
Intervalo Intrajornada	Autoriza a redução do intervalo intrajornada por meio de negociação coletiva de trabalho, dando prevalência ao negociado sobre o legislado.
Trabalho dos Comerciários aos Domingos	Autoriza o trabalho aos domingos para os comerciários. A permissão do trabalho em domingos e feriados nas atividades do comércio passa por convenção coletiva. **(Lei nº 11.603/2007)**
Contrato de Trabalho Rural por Pequeno Prazo	Autoriza a contratação de empregados rurais sem registro na Carteira de Trabalho, para serviços de curta duração (até 2 meses). Os direitos trabalhistas serão pagos diretamente ao trabalhador, mediante adição à remuneração acordada. **(Lei nº 11.718/2008)**

Fonte: Organizado pela autora a partir de Unicamp/IE (2012)

Diante do legado na esfera trabalhista deixado pelo governo Lula, observa-se que mesmo um governo identificado com a classe trabalhadora, em um contexto de crescimento da economia e do emprego formal foi aprovado muitas medidas que reforçam a lógica do processo de flexibilização da relação de emprego no Brasil. As iniciativas na defesa dos direitos trabalhistas e na ampliação da regulação pública do trabalho foram frontalmente de encontro às medidas de cunho flexibilizante descritas no quadro anterior.

QUADRO 11 - PRINCIPAIS MEDIDAS REGULADORAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO (2003 – 2010)

Retirada do Senado do Projeto de Lei	Retirada do projeto de lei que previa a supremacia da questão negociada (via negociação coletiva) sobre matéria legislada (via lei). O projeto aprovado na Câmara Federal estava em regime de urgência no Senado e permitia que a legislação trabalhista pudesse ser alterada pela vontade autônoma das partes. **(PCL nº 123/01)**
Adoção da Política do Salário Mínimo (2005)	A política de valorização do salário mínimo prevê o reajuste de acordo com o INPC do ano anterior acrescido de um aumento real correspondente a variação do PIB de dois anos anteriores.
Estágio	Regulamentação do estágio, criando regras como o limite da jornada de 6 horas diárias e o pagamento de férias. (**Lei nº 11.788/2008)**
Período de Experiência	Proíbe que o período de experiência exigido, seja, maior de seis meses.
Seguro Desemprego	Ampliação das parcelas do seguro desemprego para sete meses aos setores mais atingidos pela crise econômica de 2008/2009.
Contratação por Prazo Determinado	Eliminação dos incentivos para a contratação por prazo determinado por meio do cancelamento de subsídios nas contribuições sociais.
Licença-Maternidade (2004)	Cancelamento das alterações da licença maternidade feitas em 1999 que estabeleciam o pagamento do salário maternidade diretamente pelo INSS e não mais pelo empregador, que depois era ressarcido.
MEI (2009)	Contribuição previdenciária do autônomo.

Fonte: Organizado pela autora a partir de Unicamp/IE (2012)

A partir destes quadros depreendem-se movimentos contraditórios que mostram, de um lado, avanço na regulação pública trabalhista e por outro lado, um movimento de aprofundamento da flexibilização trabalhista. Estes dois movimentos, completamente dialéticos entre si, insere-se no atual contexto do capitalismo contemporâneo, globalizado e financeirizado, que fragiliza a regulação pública do trabalho e ao mesmo tempo fortalece soluções autônomas, com o aumento vigoroso do poder dos empregadores em ditar as regras do mercado de trabalho, através, sobretudo, da negociação coletiva, instituto jurídico que ampara legalmente os acordos celebrados dentro das fábricas entre empregados e empregadores, esvaziando o importante papel dos sindicatos, que é o de representar às diferentes classes que vivem do trabalho.

Apesar do melhor desempenho do mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000, a flexibilização avança com a terceirização, a subcontratação, a rotatividade, a ilegalidade e a informalidade. Presencia-se, na atualidade, a ampliação da flexibilização das relações de trabalho, presentes nos elementos centrais da relação de emprego, quais sejam: jornada de trabalho flexível, avanço da remuneração variável e diferentes formas de contratação.

Portanto, a formação do mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo de atender a elite nacional, formou um arcabouço na esfera trabalhista que veio, de um

lado, para atender esta elite e de outro lado, para atender minimamente as demandas da classe trabalhadora do país. A evolução da legislação e do mercado de trabalho brasileiro ocorreu num clima onde o avanço das ideias liberais emanadas dos países ricos encontrou pouca resistência em razão de condicionalidades históricas, econômicas e culturais, como está registrado ao longo deste estudo.

O período de crise na economia brasileira, inaugurado a partir do início dos anos 1980, apenas tornou mais transparente o caráter frágil e contraditório do processo de absorção da disponibilidade de força de trabalho no país. Assim, para entender esse processo em plenitude, cumpre observar a questão da incorporação de força de trabalho a partir da dinâmica capitalista, notadamente sob o ponto de vista da tradição cepalina objeto de estudo do próximo capítulo.

3 O BRASIL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO E A QUESTÃO DO EXCEDENTE DE FORÇA DE TRABALHO

3.1 A massa urbana sobrante: marginalidade e circuito inferior

Historicamente[1] sabe-se que as diferentes interpretações das causas do subdesenvolvimento na América Latina foram estudadas pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)[2], importante instituição criada ao final da década de 1940.

O entendimento da Cepal sobre os países economicamente mais frágeis contrapõem-se a ideia de que as causas do subdesenvolvimento são os obstáculos internos (falta de estrutura, pobreza, entre outras causas). A Cepal destaca as relações entre países, baseado na concepção do sistema centro-periferia. Portanto, de um lado, o centro é formado pelos países tecnologicamente avançados, do outro lado, a periferia é formada pelos países produtores e exportadores de matérias primas. O centro e a periferia estão conectados entre si.

Prebisch (1949), que concentrou seus estudos no comércio internacional, conclui que o centro é composto por um restrito grupo de países cuja industrialização ocorrera mais cedo, detendo o poder da oferta e, portanto, o controle dos preços. Quanto à periferia, esta é composta por uma quantidade grande de países subdesenvolvidos, exportadores de produtos agrícolas, cuja competição entre estes países mantinham os preços mais baixos.

Para o autor acima mencionado, os países exportadores de produtos industrializados eram beneficiados também pela diminuição dos custos da produção, consequência do avanço tecnológico mais acelerado na indústria do que na agricultura. Consequentemente, o controle dos preços no mercado internacional, beneficiavam apenas os vendedores (os países do centro) e não os compradores (os países da periferia).

A partir da constatação concreta do processo desigual de intercâmbio entre o centro e a periferia, desenvolveu-se o argumento de que a industrialização dos

---

[1] BIELSCHOWSKY, Ricardo. *A Evolução do Pensamento da CEPAL*: 1948 – 2008.

[2] Importante registrar que nomes expressivos do pensamento econômico e social brasileiro estiveram ligados a Cepal, quais sejam: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares de Castro, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, A. Barros de Castro, José Serra, entre outros.

países periféricos poderia reverter esta situação. Neste sentido, atestam Bastos e Silva (2001, p. 176):

> A estratégia recomendada era, então, um processo de industrialização pela substituição de importações. Uma vez iniciada, a industrialização reduziria a dependência com relação aos manufaturados exportados pelo centro, aumentaria o emprego e a renda interna, expandindo o mercado doméstico e propiciando a expansão da indústria. Mediante a industrialização e a expansão do mercado interno, os benefícios do progresso técnico na produção de manufaturados seriam mantidos no próprio país. A industrialização era, assim, o único, meio que dispunham os países periféricos para captar parte dos frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida da população.

No entanto, a disputa entre indústrias do centro (maiores e com tecnologias mais avançadas) e às novas indústrias da periferia, era uma concorrência desigual, e a primeira inviabilizava a segunda. Portanto, a solução para este impasse era controlar as importações, no sentido de “abrir o caminho” para as indústrias dos países pobres. Ou seja, era de fundamental importância adotar políticas protecionistas para diminuir às importações dos países ricos e estimular a produção interna dos países pobres.

Neste contexto, vale registrar o pensamento da Cepal que adota a corrente teórica na perspectiva *dualista* da economia. Celso Furtado, em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, identifica no subdesenvolvimento, a existência na economia, de duas realidades que são antagônicas entre si: um setor capitalista, moderno, e o outro tradicional, arcaico. Contudo, essa polaridade é a característica particular da sociedade *dual*, no entanto, para avançar rumo ao desenvolvimento, seria necessário superar esse tipo de modelo societário. Na fala de Furtado (2009, p. 11): “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

Essa relação entre centro – periferia fez surgir, pelas mãos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), a *Teoria da Dependência*. A base de sustentação desta teoria reside no reconhecimento de que a *ambiguidade* presente nesta relação confere especificidades ao subdesenvolvimento, de maneira que, a “dependência” estimula a articulação dos interesses internos com o sistema capitalista mundial. Considera-se, portanto, dependente uma sociedade que está

articulada economicamente a outra formação social que mantém sobre esta primeira uma relação de poder e dominação.

Frank (1980) principal defensor desta corrente teórica, em que seus estudos exerceram grande influência no pensamento latino-americano. Para este autor, existe uma diferença clássica entre os países subdesenvolvidos e países não desenvolvidos. Na sua classificação, os países não desenvolvidos, são os da Europa Ocidental, quanto aos países subdesenvolvidos, estes se encontram na Ásia, na África e na América Latina, e tem como característica a dominação colonial.

O subdesenvolvimento foi, portanto, resultado da vultosa transferência de recursos para os países capitalistas avançados, que se desenvolveram a passos largos em detrimento dos países que anteriormente foram colônias destes países.

As teorias desenvolvidas na Cepal foi um importante marco conceitual sobre o subdesenvolvimento dependente, pois trouxe para o campo de debate às especificidades dos países pobres, no entanto, essas teorias foram também criticadas. A visão dualista passou a ser questionada, com a análise de que o “dualismo” faria parte do próprio processo de acumulação capitalista, de forma que, não há uma oposição entre o “arcaico” e o “moderno”, porque a existência de um garante a sobrevivência do outro.

Na concepção de Francisco de Oliveira (2003), os estudos sobre o subdesenvolvimento deixaram de analisar os enclaves entre às classes sociais internas, que dificultaram o processo de desenvolvimento, na fala do autor referenciado, este se posiciona:

> Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro – periferia, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre as classes sociais internas.

Ainda, na visão de Francisco de Oliveira (2003, p. 32), quanto ao conceito de subdesenvolvimento, na sua concepção:

> No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída popularmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia.

Para Francisco de Oliveira (2003), a teoria do subdesenvolvimento contribuiu para a "não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil" e sentou às bases do que o autor chama de "desenvolvimentismo". Para este autor (2003, p. 34): "A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara".

O marco teórico estabelecido pelos economistas da Cepal não apenas abriu caminho para repensar as estratégias de desenvolvimento econômico dos países da periferia, mas, igualmente, estimulou um rico debate sobre o papel dos trabalhadores no contexto do processo de acumulação das economias da periferia. Dentre outras contribuições, emergiu desse debate a questão da capacidade dos países periféricos de absorver a força de trabalho disponível, em outras palavras, a questão da marginalidade. O debate teórico sobre *marginalidades* foi o tema crucial e ponto de partida para o desenvolvimento das várias análises sobre as razões do atraso econômico e social regional. Com o processo de industrialização em nível nacional, desenvolvido no período pós – guerra, a importância da compreensão deste "atraso" ganhou uma nova dimensão (DEDECCA, 1990).

A discussão sobre o conceito de *marginalidades* tem sua origem no texto de Quijano (1966), intitulado *Notas sobre o Conceito de Marginalidades Social*. Neste artigo, o referido autor conceitua:

> [...] *marginalidades* é um fenômeno psicológico individual, que consiste no conjunto de tensões e conflitos entre os elementos que, provenientes de culturas antagônicas, estão incorporados á personalidade de um indivíduo numa situação de mudança e de conflitos culturais, e por esta causa o indivíduo não é capaz de orientar-se coerentemente frente aos problemas de participação na cultura (QUIJANO, 1966, p.14).

Quijano (1966) enfatiza no seu texto, a falta de integração ao tecido social de determinadas populações urbanas. Portanto, o conceito de *marginalidades* se contrapõe ao conceito de integração social.

A base teórica da questão da *marginalidades*, quando da formulação do artigo de Quijano, é o estruturalismo histórico, que compreende que se indivíduos encontram-se não integrados socialmente, o problema deriva da própria natureza da estrutura da sociedade. No dizer do próprio autor: "São os padrões e tendências fundamentais que regem sua existência e desenvolvimento que explicam a não integração de parte de seus elementos" (QUIJANO, 1966, p.31).

A partir desta corrente teórica, são formulados os argumentos sobre a questão da *marginalidades*, tendo como principais representantes: A. Quijano, Aníbal Pinto, José Nun e Fernando Henrique Cardoso. Estes autores buscaram evidenciar as especificidades do desenvolvimento histórico latino – americano, no sentido de compreender a existência de um grandioso segmento populacional *não integrado*, a estrutura socioeconômica moderna (DEDECCA, 1990). Neste sentido, Santos (2004, p. 194) registra:

> Compreende-se facilmente porque os sociólogos sul-americanos usaram o termo *marginal* ao se referirem as massas deserdadas, vítimas do processo de produção capitalista. Eles quiseram, por meio disso, atrair a atenção sobre o problema da pobreza vizinha da modernização. Toda uma teoria então foi desenvolvida em torno do tema da *marginalidades* (QUIJANO, 1970; CARDOSO, 1971; NUN, 1969; CARDONA, 1968).

A retomada desta discussão, para este estudo, justifica-se, para uma melhor compreensão do funcionamento dos mercados de trabalho urbano nacional/regional via estudo dos países latino-americanos desenvolvidos pela Cepal.

Alguns determinantes históricos são importantes para compreender o surgimento do conceito de *marginalidades*. No período pós II Guerra Mundial, formou-se uma corrente de pensamento denominada de *Estruturalista*, que se baseou nas proposições desenvolvimentistas da Cepal. Os formuladores desta corrente entendiam que o atraso regional da América Latina seria superado através da modernização da estrutura produtiva e que esta modernização[3] levaria a um processo de desenvolvimento econômico (DEDECCA, 1990).

---

[3] A ideia de modernização via industrialização foi defendida pela primeira vez por Raúl Prebisch em um artigo intitulado: *Estudo Econômico de La América Latina*, no ano de 1949, nas Nações Unidas.

Na década de 1960 esta visão foi potencializada com a ideia de que o processo de desenvolvimento econômico equacionaria os problemas estruturais dos países dependentes e naturalmente os levariam pelo caminho do progresso social.

No entanto, a modernização da estrutura produtiva de alguns países latino-americanos não absorveu boa parte da mão de obra abundantemente disponível. Neste sentido, atesta Dedecca (1990, p. 6):

> Apesar da modernização das economias nacionais, verifica-se um largo contingente populacional em idade ativa que se mantinha pouco ou nada inserido na nova estrutura econômica. Não apenas parte expressiva da população economicamente ativa não tinha sido absorvida pelos segmentos econômicos modernos, como também foram mantidas ou ampliadas as disparidades de renda. Tinha razão Quijano, quando afirmava que a questão da *marginalidades* se resumia a falta de integração.

A questão central no debate sobre *marginalidades* consiste no fato de que os processos de desenvolvimento nacionais não integraram parcelas significativas da população aos novos padrões produtivos e de consumo do meio urbano. Ademais, o modelo de modernização adotado pelos países dependentes destruiu as formas de produção, provocando o crescimento desordenado das cidades e a exclusão. Para Pinto (1976, p. 50):

> A exclusão representava a não incorporação aos segmentos modernos de produção – e, por conseguinte, aos novos padrões de consumo em vez de um progresso no sentido de homogeneização da estrutura global o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade da mesma.

Registra-se que para os autores seguidores desta tradição teórica, às economias latino-americanas falharam no processo de articulação entre crescimento econômico e melhora na distribuição de renda, ou seja, no processo de "homogeneização" da estrutura econômica/social. No entender de Dedecca (1990, p. 7):

> [...] mesmo considerando que o processo de exclusão tinha raízes profundas nas particularidades da formação histórica das economias latino – americanas (por exemplo, a estrutura fundiária), não cabiam conceber que 'qualquer' crescimento equacionaria a heterogeneidade econômica/social presente na região.

No Brasil, a primeira contribuição, nesta perspectiva, foi de Celso Furtado em "Formação Econômica do Brasil", no ano de 1959.

Para o autor acima referenciado o “reconhecimento” destas particularidades por parte dos estudiosos da questão sobre *marginalidades* foi de fundamental importância para o surgimento de uma visão mais crítica sobre o novo período de crescimento vivido no Brasil nos primeiros anos da década de 1970. O período do “milagre brasileiro” recebeu críticas porque a forma de crescimento adotado resultava em graves distorções sociais.

O debate teórico sobre *marginalidades* e mercado de trabalho urbano insere-se neste período. O artigo de Nun (1969) traz ao debate o conceito de *massa marginal* caracterizado pela *falta de integração* de contingentes populacionais ao processo de acumulação. Na visão do autor, o exército industrial de reserva seria constituído pela população urbana plenamente disponível para o processo produtivo, estes seriam os desempregados e trabalhadores dos segmentos econômicos atrasados.

Importante registrar que para Nun uma parte do excedente populacional constituía o que Marx denominou de *exército industrial de reserva* e o restante o que ele denominou de *massa marginal*. Portanto, para Nun, o excedente populacional está dividido em dois segmentos, quais sejam: um *não funcional*, ou seja, a *massa marginal* e o outro *funcional* composto pelo *exército industrial de reserva*. Para Nun (1969, p.126):

> Um desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica, e que atua, em parte, como uma massa marginal. O que importa é que a não funcionalidade desta última está indicando um baixo grau virtual de integração do sistema.

A ideia de Nun, ao usar o termo não funcional ou afuncional, é que parte do excedente é desnecessário e não cumpre nenhuma função para a acumulação capitalista. Contudo, Cardoso (1977) apresentou algumas restrições à diferenciação feita por Nun. Para ele:

> [...] metodologicamente o conceito de “massa marginal” não se insere no mesmo universo de discurso do conceito de exército industrial de reserva: refere-se a uma teoria da funcionalidade das populações com respeito aos sistemas de produção e não a teoria da acumulação (CARDOSO, 1977, p.126).

Enfim, para Cardoso, os excedentes possuem uma única determinação que é o processo de acumulação, descartando na visão dele, a existência de diferentes leis para explicar a questão da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva.

O aporte teórico do conceito de *marginalidades* conduz ao entendimento que o processo de modernização da estrutura produtiva dos países dependentes exclui um número significativo de trabalhadores ao núcleo moderno de produção da economia.

As discussões em torno do conceito de *marginalidades* tornam evidentes que parcela da população, principalmente na periferia do capitalismo, enfrenta dificuldades de acesso ou não é adequadamente beneficiada pela riqueza criada por meio do capitalismo. Seja na condição de trabalhador (que enfrenta o desemprego, muitas vezes prolongado), seja na forma de consumidor, em razão de suas limitações de renda, as populações consideradas como marginais enfrentam restrições ao desempenhar o seu papel no contexto do capitalismo.

A *marginalidades* é, portanto, um fenômeno complexo que envolve os indivíduos em diferentes dimensões (trabalho e consumo) e a história vem mostrando que a modernização (seja dos processos produtivos, seja da organização do trabalho) acentua as barreiras impostas na luta diária dos trabalhadores para conseguir um posto de trabalho. Inspirado nos trabalhos de Nun (2000), Souza estabelece o *Exército Industrial de Reserva* como sendo uma fração da *superpopulação relativa*. Assim, o primeiro contingente seria formado por assalariados inseridos no mercado de trabalho por meio de *formas tipicamente capitalistas* acrescido das pessoas que estariam procurando emprego. Já os ocupados em formas não tipicamente capitalistas representariam uma franja entre o exército de reserva e a superpopulação relativa (SOUZA, 1999).

O conjunto de *não-proletários* seria formado por pessoas que não conseguiram se engajar no exército de reserva (seja como assalariados ou desempregados) e por indivíduos que não foram totalmente expropriados de seus meios de produção, pois mantiveram seus *instrumentos de trabalho,* ainda que precários (como, por exemplo, o tabuleiro do vendedor ambulante), sobrevivendo por meio deles em meio às atividades não-tipicamente capitalistas.

Embora essas pequenas atividades não sejam capazes de imprimir dinamismo ao capitalismo, tendem a ocupar os interstícios deixados pelo movimento

acachapante impresso pelo grande capital. Assim, o núcleo capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não-tipicamente capitalista, daí a ideia de que os espaços da pequena produção são determinados pela dinâmica do capital. O mercado dos pequenos produtores não tem condições de crescimento autônomo, pois na medida em que se expandem são *engolidos* pelos grandes capitalistas. Embora apresentem algum grau de independência, a margem de expansão do mercado dos primeiros é definida pelos últimos, como indicado por Souza:

> À medida que o processo de acumulação de capital se desenvolve, juntamente com a crescente participação das empresas capitalistas no 'espaço econômico', vai aumentando sua gravitação no emprego total. A mão-de-obra, que estava anteriormente ocupada nas formas não tipicamente capitalistas de produção, vai sendo liberada de suas funções, dada a destruição de seu mercado pela penetração capitalista, necessitando, portanto, buscar outro meio de subsistência. Se for possível reproduzir a pequena produção em outra área ou outra atividade urbana ou rural, a mão-de-obra deslocada pela penetração capitalista procurará recriar seu modo de vida anterior. Muitas vezes esta reprodução não é possível (ao menos de imediato), seja porque o processo de destruição da pequena produção chegou ao extremo da expropriação dos meios de produção, seja porque faltam os conhecimentos suficientes para a mudança de uma atividade a outra. Em tais casos, a destruição da pequena produção significa, imediatamente, a proletarização desta mão-de-obra que deve assalariar-se para ganhar sua subsistência [...] algumas vezes, em conseqüência do alto ritmo de crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana o ritmo da oferta de mão-de-obra é tão acelerado, que o núcleo capitalista não necessita manter empregado o "estoque" acumulado de todas as pessoas que sofreram a proletarização [...] nesses casos, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista (SOUZA, 1999, p. 90)

Ainda que a dinâmica capitalista estabeleça um processo contínuo de criação, destruição e recriação de espaços (atividades, setores, regiões, etc) capazes de absorver (ou excluir) força de trabalho de acordo com a conveniência de processos mais amplos de acumulação, não restam dúvidas que a parcela mais vulnerável dos trabalhos tende a funcionar como uma espécie de colchão amortecedor para as flutuações econômicas, sendo acionada quando e onde for requerida pelo capital. Nas palavras de Brandão:

> Aquela incorporação de alguns estratos sociais, que discutimos acima, se deu sem a integração das massas aos circuitos de produtividade modernos e sem o desenvolvimento dos direitos individuais e com cidadania

> inconclusa, formando assim uma camada de deserdados e desclassificados. Ou seja, sem a capacidade adequada de absorção das massas no mercado 'moderno' de trabalho, tanto das inseridas nas atividades tradicionais, precárias e informais, quanto das expulsas do campo [...] *Marginalidades* diz respeito à incapacidade de incorporação com estabilidade e consistência 'na estrutura de papéis e posições da nova sociedade urbana que emerge com a industrialização, afirmando o caráter restrito do mercado urbano de trabalho industrial dominante' (QUIJANO, 1968, p.49). Ou seja, está-se falando da geração continua de uma 'massa marginal' não absorvível pelo setor hegemônico da economia' (NUN, 1969). Parcela da mão de obra não absorvida pelo núcleo hegemônico se refugiaria no 'amplo e deprimido polo marginal da economia', irrelevante e 'afuncional' para o processo de acumulação de capital. (BRANDÃO, 2012, p. 171).

A destruição do mercado da pequena produção, portanto, não implica necessariamente na expulsão ou na proletarização imediata e irremediável das pessoas anteriormente inseridas numa determinada área ou atividade econômica. O avanço do capital certamente exigirá a adaptação dos indivíduos frente às limitações ou oportunidades surgidas no bojo do novo contexto econômico. A transformação do pequeno produtor em proletário nem sempre é possível ou é por ele desejado. Esses movimentos ocorrem de forma simultânea e apresentam direções e intensidades que variam de acordo com o ritmo e as características das mudanças econômicas, o perfil das populações atingidas e os arranjos políticos envolvidos, sendo quase impossível estabelecer um padrão de geral de movimento.

O avanço do capital ao destruir as relações de trabalho e elevar o contingente de mão-de-obra disponível para a exploração cria novas e diferentes oportunidades de trabalho que nem sempre estão inseridas nas atividades organizadas ou tipicamente capitalistas, embora dependam e se alimentem dos desígnios do capital.

Esse entendimento do funcionamento do mercado de trabalho pode ser diretamente associado às noções de desenvolvimento capitalista, isto porque todas as interpretações compartilham dos mesmos elementos estruturais, ou seja, a desigualdade e a combinação de situações distintas. Portanto, parece razoável supor que a desigualdade e a heterogeneidade comporiam faces opostas de uma moeda que contrapõe a dinâmica da economia à do mercado de trabalho.

Assim, tal como nos demais países periféricos, os trabalhadores brasileiros foram sendo incorporados ao capitalismo ocupando os interstícios deixados pelo grande capital e sob a tutela do Estado. Santos (2004) demonstrou, com habilidade, os processos através dos quais os trabalhadores foram absorvidos na economia urbana por meio do conceito de circuitos de produção e comercialização. A adoção

deste conceito se justifica, pois, trata-se da estrutura que acolhe as pessoas que não foram, por razões diversas, absorvidas no circuito moderno, que por sua vez, é incapaz de fornecer empregos a todos os trabalhadores urbanos.

A análise de alguns elementos fundamentais para compreender a economia urbana nas cidades dos países subdesenvolvidos, revela a interdependência entre pobreza, carência de capital e dificuldade de acesso ao consumo. Neste sentido, Santos (2004, p. 196) registra:

> Essa situação é responsável pela criação ou pela manutenção do que chamamos de *circuito inferior* da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres dentre eles só podem proporcionar-se consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular frequentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico e que é uma resposta às condições de pobreza da grande massa da população. [...]. Mas, nas condições atuais, permanecer prisioneiro de uma economia tradicional significa estar privado das formas de consumo que definem, nos dias de hoje, os limites entre os providos e os desprovidos. Assim, a pobreza e o *circuito inferior* aparecem como relações de causa e efeito inegáveis.

Para Santos (2004), a situação da pobreza urbana nos países subdesenvolvidos é consequência da ação conjugada das estruturas dos monopólios e do Estado, posto que os monopólios repercutem negativamente na vida das populações urbanas e o Estado participa do agravamento do fenômeno através de sua política econômica e fiscal.

Com relação ao papel do Estado nas economias atrasadas, o autor Santos (2004) entende que o modelo de crescimento econômico adotado foi responsável por uma distribuição de renda cada vez mais injusta que impediu a expansão do emprego, bem como, o desenvolvimento pleno de um mercado interno. Advém desta realidade a existência do *circuito inferior* nas economias urbanas.

Por *circuito inferior* define Santos (2004, p. 202-203):

> *Circuito inferior* constitui uma estrutura de abrigo para os citadinos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória. A tendência das camadas médias e abastadas de consumir mais serviços pessoais quanto mais baixos forem os custos, assim como o fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam os empregos: sapateiro, alfaiate, pequenos merceeiros, vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxi, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas e domésticas de todo tipo.

Para Santos (2004) a conexão entre cidade, trabalho e informalidade é bastante estreita, pois os trabalhadores das cidades dos países subdesenvolvidos sobrevivem, boa parte, das atividades que estão presentes no *circuito inferior*, nas quais o autor classifica e define, de acordo com o quadro seguinte:

QUADRO 12 - TIPOS DE ATIVIDADES DO *CIRCUITO INFERIOR*

SERVIÇOS	O consumo dos serviços pessoais é um dos elementos importantes, pois que, é por intermédio dos serviços que a massa da população participa da acumulação que se realiza na cidade.
TRABALHO DOMÉSTICO	O trabalho doméstico constitui uma das formas essenciais de serviços e uma importante fonte de empregos. Mais ainda que outros serviços absorve um grande número de recém-chegados à cidade.
COMÉRCIO	O comércio ocupa um número considerável de pessoas e isto se explica, em parte, porque para entrar nessa atividade é necessário pouco dinheiro. Ademais, não é necessário ter experiência profissional e é fácil de escapar ao pagamento de impostos.
ARTESÃOS	Com o aumento da produção industrial e do consumo houve em toda parte uma redução da atividade artesanal. Contudo, algumas profissões não desapareceram, como por exemplo, costureiras e alfaiates. Importante registrar que nas cidades, o artesanato é mais remunerado e, por outro lado, desempenha um papel complementar importante nas atividades modernas, incluindo a indústria.
PEQUENAS INDÚSTRIAS	Nas pequenas indústrias o capital é reduzido, assim como, o volume de negócios. Os estoques são pequenos e o número de pessoas ocupadas também. Ademais, as pequenas atividades ocupam, na maioria dos casos, pouco espaço.
TRABALHO EM CASA	Pequenos comércios em que o ponto de venda é na habitação do comerciante. Neste caso particular, Santos (2004, p. 217) registra: “Em casa o trabalho pode se prolongar por longos horários, prática muito corrente no *circuito inferior*”.
EMPREGO FAMILIAR	O emprego familiar é frequente nas pequenas empresas do *circuito inferior*, pois permite que se aumente a produção sem mobilizar mais capital de giro e sem o pagamento de encargos sociais e impostos.
AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA	Nas cidades dos países subdesenvolvidos, particularmente as que foram atingidas por um forte êxodo rural, as rendas provem em grande parte das atividades dos trabalhadores por conta própria. Essa categoria particularmente de trabalhadores, na visão de Santos (2004, p. 221) é: “frequentemente confundidos com os subempregados nas estatísticas internacionais”. No entanto, o próprio autor registra (2004, p. 222): “essas atividades às vezes são mais remuneradas que o salário”.
VENDEDORES DE RUA	Para Santos(2004), os vendedores de rua constituem o nível inferior do comércio, ou seja, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor. Os ambulantes que se encontram nas ruas das cidades ocidentais “é ao mesmo tempo uma resposta e um produto da pobreza”. (Santos, 2004, p. 218).

Fonte: Construído pela autora a partir da classificação proposta por Santos (2004)

Na visão de Santos (2004), a divisão do trabalho no *circuito inferior* é bastante grande e complexa, pois esta é acompanhada de uma pulverização de atividades, de modo, a absorver ao máximo os trabalhadores que estão neste contexto. Ademais, o trabalho é o fator essencial no *circuito inferior*, enquanto que, no *circuito*

superior é o capital, tanto que, o ingresso nas atividades do *circuito inferior* é relativamente fácil, na medida em que, é mais necessário o trabalho que o capital.

O trabalho no *circuito inferior* é uma categoria conceitual difícil de definir, pois compreende tanto o trabalho mal remunerado, como o trabalho temporário ou instável. Na sua fala este indaga: “Em que critérios se apoiar para separar emprego e subemprego, de um lado, e subemprego e desemprego, de outro? E o que dizer do trabalho irregular?”

No caso especifico dos vendedores de rua, Santos (2004, p. 218-219) posiciona-se:

> Essa atividade também pode ser uma resposta às necessidades próprias do circuito superior do comércio e da fabricação. Os comerciantes usam os vendedores de rua para fugir ao pagamento dos impostos, para poder empregar menores e velhos, para ir ao encontro de uma clientela que não tem tempo ou não gosta de entrar nas casas de comércio ou, ainda, para escoar os produtos não vendidos ou invendáveis por diferentes motivos, incluindo-se entre eles artigos da moda. Acontece que os pequenos vendedores ambulantes não são independentes, mas verdadeiros empregados de “patrões invisíveis” que comandam micro cadeias de comercialização, cujos agentes frequentemente são doentes, crianças e adultos.

Ainda que os trabalhos de Santos tenham sido construídos num contexto de rápida urbanização e industrialização, que caracterizou o Brasil no pós-guerra, é importante ter em mente que as feiras e o comércio ambulante estão presentes na história do país desde o tempo da colônia, numa riqueza de variações que refletem as necessidades dos mercados regionais, bem como dos diferentes períodos históricos. Por exemplo, até bem pouco tempo atrás, era possível encontrar nas feiras das pequenas cidades que formam o quadrilátero de mineração da Paraíba, desde frutas e verduras até minerais e explosivos. Enfim, quase tudo acontece e vem acontecendo na rua desde então.

O item seguinte trata das várias abordagens conceituais sobre trabalho informal. Esse registro é importante para o presente estudo, pois boa parte dos trabalhadores que estão dentro dos shoppings populares atuam na informalidade.

3.2 Crescimento econômico e informalidade no mercado de trabalho

A discussão sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, objeto do primeiro capítulo dessa tese, concentrou as atenções sobre a capacidade da economia de absorver a força de trabalho disponível no país. Igualmente importante, entretanto, é entender que a despeito dos avanços e retrocessos observados no mercado de trabalho, as condições de trabalho e, especialmente, a proteção e benefícios do amparo legal mesmo com limitações, não alcançou parcela relevante dos trabalhadores.

O conceito de trabalho informal adotado neste estudo e sua forma de operacionalidade, parte da perspectiva do trabalho desprotegido, sem nenhum vínculo formal. Sob a atual forma de acumulação flexibilizada, fruto do processo da reestruturação produtiva, desencadeado nos anos de 1970. O trabalho informal aqui investigado é aquele vinculado a produção capitalista, resguardando sempre a sua funcionalidade para o grande capital, que é o de acomodar um contingente grandioso de mão-de-obra sempre disponível a ser consumido por este e sem nenhum custo social.

O debate no Brasil sobre o trabalho informal passou a ser acentuadamente abordado a partir das décadas de 1970 e 1980, com o crescimento do desemprego. Em nível mundial, o debate sobre o trabalho informal, neste período, abordava os problemas da pobreza e da incapacidade das economias dos países ou regiões subdesenvolvidas criarem as ocupações necessárias à absorção da população em idade de trabalhar (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2007).

Se no passado o debate sobre o tema girava em torno da pobreza e da miséria, atualmente o discurso dominante aborda a questão do alto nível de desemprego, com o surgimento de uma “nova informalidade” como consequência das novas formas de organização do trabalho constituídas no processo de reestruturação produtiva e globalização.

A opção teórica a ser seguida, neste estudo, sobre o trabalho informal é quanto à funcionalidade desta modalidade de trabalho para o capital. Tavares (2004, p. 62) destaca esta funcionalidade.

> Sob a égide burguesa, o trabalho informal, como qualquer outro trabalho, está subordinado à dinâmica do capital, e não há como escapar disso [...]. Todos os espaços econômicos e sociais foram ocupados por ele, de modo

> que, qualquer forma de trabalho está irremediavelmente subordinada à produção capitalista.

Seguindo esta mesma abordagem teórica quanto à funcionalidade do trabalho informal para o grande capital, ressalta Soares (2008, p. 10-11):

> O trabalho informal tem se apresentado como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Por outro lado, verifica-se que a expansão do trabalho informal tem beneficiado o capital no que se refere à exploração do trabalho e a produção de mais-valia de forma disfarçada. Dessa forma, o trabalho informal em vez de ser uma anomalia do sistema produtor de mercadorias é, na verdade, produto do capitalismo.

Para Tavares (2004, p. 139), o trabalho informal é aquele que:

> Não tem independência contratual nem autonomia organizacional, e que tende a se generalizar como o modo de ser da relação capital-trabalho. É aquele que parece ser uma relação comercial, mas que se desenvolve sob o comando direto do capital.

Acentua-se que, embora este trabalhador não faça parte do trabalho formal, ele está sujeito, direta ou indiretamente, as exigências da competição do mercado, da produtividade crescente, da acumulação e da extração do sobretrabalho.

Percebe-se assim, que o trabalho informal é determinado pela lógica do capital, posto que, tem uma função estratégica dentro da estrutura do capitalismo: dá ocupação a grande massa de desempregados, como acentua mais uma vez Soares (2008, p. 121):

> Constata-se que parcela significativa dos trabalhadores, que se encontra nessa condição de inserção no mercado de trabalho, é produto da dinâmica capitalista, que gera a superpopulação. Esta é constituída por todos os trabalhadores que não se encontram incluída no núcleo formal, tipicamente capitalista. Parte dessa superpopulação é composta pelo exército industrial de reserva, que é constituído pelos trabalhadores mobilizados, enquanto força de trabalho, para serem consumidos pelo capital, assim que este precisar.

Assim, o trabalho informal é funcional e determinado pelo capitalismo, pois esses trabalhadores formam um “exército de reserva de mão-de-obra” constantemente disponível e sem os custos sociais do trabalhador formal.

Matsuo (2009) identifica o trabalho informal como um desdobramento do excedente de mão de obra, com ocupações do mercado de trabalho, que a autora chama de “desemprego invisível”. Para a autora, o trabalho informal se define a partir de pessoas que criam sua própria forma de trabalho como estratégia de sobrevivência.

Netto e Braz (2008) classificam a informalidade do trabalho como a existência de um enorme contingente de trabalhadores sem quaisquer relações contratuais, e, por conseguinte, sem quaisquer direitos.

Para Castels (1998) o trabalho informal não é uma condição individual, mas um processo de geração de renda e pode ser caracterizada por um aspecto central: não é regulamentada pelas instituições da sociedade como outras atividades econômicas e sociais.

Bosco (2004) entende por trabalho informal todo e qualquer tipo de trabalho exercido sem registro em carteira. De acordo com a legislação brasileira, os trabalhadores com vínculos formais têm assegurados benefícios legais, tais como: contribuição previdenciária, trinta dias de férias anuais remuneradas, seguro-desemprego, em caso de demissão, indenização se demitidos sem justa causa, licença-maternidade ou paternidade. Contrariamente, como anota Bosco (2004), os trabalhadores informais não alcançam estes direitos e, mesmo quando fazem acordo de trabalho sobre essas matérias com o empregador, este não tem eficácia legal, pois tais princípios jurídicos, na órbita trabalhista, são irrenunciáveis.

O IPEA (2011) mostra, através de vários estudos sobre o trabalho informal, que os elementos da economia e informalidade marcam fortemente a conceituação do fenômeno. A economia no tocante ao que está além da produção mesma, ou seja, as fases de circulação, distribuição e comercialização de bens e serviços.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o trabalho informal o que se faz para as empresas não declaradas ou registradas legalmente ou para empresas em que os empregados apesar de trabalharem com algum tipo de vínculo, estes não se beneficiam totalmente de proteção legal, garantias de segurança e dos correspondentes direitos de representação ante o Estado.

Em economias fragilizadas como são a dos países em desenvolvimento, a definição de informalidade apresenta controvérsias. Fatores como o setor moderno formal e setor urbano tradicional, diferenças entre micro, pequenas e médias

empresas e, ainda, a diferença salarial entre trabalhadores nos setores formal e informal, tudo isto pode conduzir a diferentes conceitos sobre informalidade.

É neste horizonte precisamente que ocorre em muitos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que o tipo de mercado de trabalho caracterizado por profundas diferenças na forma como seus cidadãos estão ligados a ele, gera uma imprecisão conceitual do tema. Neste sentido:

> Essa complexidade fica evidente em vista da heterogeneidade do setor informal, realidade que subsiste no meio rural e no meio urbano – embora mundialmente conhecida e focada pela feição predominantemente urbana. De fato, atividades informais subsistem principalmente nos centros metropolitanos e em praticamente todos os núcleos urbanos de países subdesenvolvidos – incluídos os corretamente chamados 'emergentes' – em particular nos subsetores industrial e terciário (comércio, serviços, transportes e construção civil). Mesmo nas economias mais desenvolvidas o setor informal se insere em brechas deixadas por empresas bem estruturadas e mais capitalizadas. Nos países (ou regiões mais pobres, atividades informais ocupam espaços expressivos do mercado consumidor - por conta de uma relativamente menor pujança da economia organizada e de uma distribuição desigual de renda, o que contribui para a persistência de amplos espaços de pobreza (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2007, p. 9).

Tavares (2004, p. 53) destaca a imprecisão dos conceitos que são frágeis, objetivando a adequação para cada situação, conforme a conveniência do capital:

> O movimento que conforma o capitalismo contemporâneo engendra situações que obscurecem as fronteiras entre a atividade industrial e os serviços, entre o trabalho produtivo e o improdutivo, entre o trabalho formal e o informal, entre o emprego e o desemprego, e entre a produção e a apropriação parasitária do valor.

A inexatidão do conceito sobre trabalho informal, também está presente na esfera jurídica, pois, nesta modalidade de trabalho, estariam preenchidos os requisitos do artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que configuram efetiva relação de emprego? De certo não, pois o referido artigo contempla relação de emprego (formal) e não relação de trabalho nas suas mais variadas modalidades.

De fato, o debate sobre o conceito de trabalho informal é terreno pantanoso ou, como destaca Tavares (2004), é o "universo das imprecisões", ainda assim, vale destacar a definição dada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT, 2000), que adota duas formas básicas de se definir o trabalho informal: primeiro, pelo critério da

legalidade das atividades econômicas e segundo, pela classificação da natureza capitalista ou não do empreendimento.

A CUT considera como critério de definição sobre o trabalho informal, a segunda opção mais acertada, pois neste caso, o trabalho informal não é definido pelo respeito ou não a legislação vigente, e sim de acordo com a dinâmica econômica das unidades produtivas. Neste sentido, a expansão do trabalho informal é determinada pela expansão do setor econômico capitalista, pois o mesmo gera demanda por bens e serviços.

Dada à complexidade conceitual do que, de fato, é considerada como trabalho informal, a definição sugerida pelo IBGE (2009), é a seguinte: autônomo subordinado as empresas, tanto na produção (ex.: costureira), como na distribuição (ex.: vendedores); autônomos produtores de bens e vendedores de serviços (ex.: ambulantes, pedreiros, pintores etc.); pequenas empresas familiares que sobrevivem da clientela local (ex.: estes estão distribuídos nos ramos de padarias, confecções, pequenos comércios etc.); cooperativas de trabalho para a produção de mercadorias e prestação de serviços.

Neste estudo, como anteriormente pontuado, parte-se do pressuposto teórico, que todas às atividades informais de trabalho estão integradas, subordinadas e são funcionais a reprodução da sociedade capitalista. Neste sentido, para Tavares (2004, p. 68): “A subordinação do trabalho ao capital não se explica apenas na relação empregador/empregado, mas em todas as formas de trabalho na sociedade capitalista”.

Importante registrar que às atividades classificadas como funcionais e subordinadas ao capital, se encontram tanto na esfera da produção de bens de consumo, quanto na esfera de acumulação e venda de mercadorias, como é o caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes.

Souza (1980) enquadra na estrutura do mercado de trabalho urbano, das economias atrasadas, as diversas formas de organização não tipicamente capitalista. Para o referido autor, a característica essencial dessas formas é o da não utilização permanente do trabalho assalariado. Para Souza existe uma “zona cinzenta” entre essas diferentes formas de organização e as empresas tipicamente capitalistas.

De acordo com o autor acima referenciado, segue quadro explicativo quanto ás formas alternativas de organização das atividades urbanas e que compõem o setor informal.

QUADRO 13 - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO EMPREGO URBANO (SEM ASSALARIAMENTO PERMANENTE)

EMPRESAS FAMILIARES (ORGANIZAÇÃO QUE UTILIZA MÃO-DE-OBRA)	Cumprem uma função muito importante no atendimento de mercados locais ou na elaboração de bens ou prestação de serviços especializados. São os pequenos comércios, pequenas indústrias (padarias, confecções, pequenas oficinas de reparação, etc.)
TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA SUBORDINADOS (TRABALHADORES AUTÔNOMOS QUE PRESTAM SERVIÇOS A UMA DETERMINADA EMPRESA)	Trabalhadores autônomos que produzem ou prestam serviços a uma única empresa ou capital. É o caso das costureiras que trabalham para determinada fábrica e recebem por cada peça cortada.
PEQUENOS VENDEDORES DE SERVIÇOS PARA O PÚBLICO EM GERAL (TRABALHADORES AUTÔNOMOS)	São os “biscateiros”, vendedores ambulantes, engraxates, cuidadores de autos, camelôs, etc.
SERVIÇO DOMÉSTICO (PRESTADOR DE SERVIÇO A UMA UNIDADE NÃO ECONÔMICA – A FAMÍLIA)	Atualmente são considerados trabalhadores domésticos: cozinheiros, faxineiras, babás, motoristas, jardineiros, vigias, piscineiros, entre outros.

Fonte: Organizado pela autora a partir de Souza (1980)

Na visão de Souza (1980), os principais motivos que conduzem um número expressivo de trabalhadores a inserirem-se no mercado de trabalho através das atividades acima elencadas, são o resultado das seguintes situações: a) encontraram-se desempregados (foram excluídos ou não conseguiram inserção no mercado de trabalho); b) falta de qualificação técnica para se tornarem trabalhadores assalariados; c) “opção pessoal”.

Soares (2008) identifica que a maioria dos trabalhadores que formam esse *exército industrial de reserva*, tem muita dificuldade de se integrar no mercado de trabalho formal. Portanto, estes trabalhadores compõem a terceira categoria da superpopulação, que Marx (2013) denomina – a estagnada. Três categorias compõe a parcela estagnada, quais sejam: a) os aptos para o trabalho, b) os candidatos ao trabalho no período de grande crescimento econômico; c) os incapacitados. É esta última categoria que mais se expande com o desenvolvimento do capitalismo. (SOARES, 2008).

Quanto à parcela *estagnada* identificada por Marx (2013, p. 273), este se posiciona:

> [...] são notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho [...] o peso morto do exército industrial de reserva [...] sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Integram-se também, a essa parcela *estagnada*, populações *flutuantes* e *latentes*, e entre essas duas populações existe uma forte mobilidade. Esse movimento migratório leva a um crescimento da *redundância*, fazendo com que os trabalhadores estagnados na condução de incapacitados, aumentem consideravelmente. A atual dinâmica capitalista produz, abundantemente, a parcela da população "incapacitada" para compor, de forma contínua, o mercado informal de trabalho. Para Soares (2008, p. 122):

> Constata-se, assim, que, a esses trabalhadores, sem alternativas no mercado formal, resta-lhes, se o conseguirem, desenvolver atividades de sobrevivência classificadas como trabalho informal. Tavares (2002) ressalta que essas atividades de estreita sobrevivência não são produtivas, nem improdutivas, mas funcionais e subordinadas ao capital.

Estudiosos do setor informal compreendem que as diferentes modalidades do trabalho informal funcionam como geradores de ocupação para uma parcela significativa da população mundial. Ou seja, funcionam como uma forma de manter a "ordem", evitando uma "convulsão social". Neste sentido, tem-se de um lado, instituições internacionais[4] (Banco Mundial e OIT) e de outro lado, instituições nacionais[5] (Sebrae e Banco do Nordeste), que estimulam as políticas de apoio para o setor informal.

Santos (2004) nomeia este setor de *circuito inferior*. Este autor registra que (2004, p.201):

> Ora, pensamos que a apreensão do "*circuito inferior*" recobre uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo "terciário". Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação, o *circuito inferior* é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como, as atividades de transformação, como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições especificas e que têm uma filiação comum.

---

[4] De acordo com relatório da OIT sobre trabalho nos países em desenvolvimento, o setor informal é responsável pela criação de 500 milhões de empregos.

[5] No Brasil, segundo o Sebrae, 70% dos empregos formais do setor privado, estão nas empresas micro, pequenas e médias.

> Esse “polo marginal da economia” (QUIJANO, 1971, p. 318), também chamado “terciário primitivo” (BEAUJEU – GARNIER, 1965) ou “terciário refúgio” (LAMBERT, 1965), é um elemento fundamental da vida urbana nos países subordinados, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária do campo, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno.

Para Flôres (1985), do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), esta classifica o setor informal como *Criptoeconomica ou Economia Subterrânea* e assinala que, no caso do Brasil, a economia subterrânea foi uma “válvula de escape” para o desemprego, que se instalou no setor formal de atividade, numa demonstração cabal do engenho dos brasileiros em se adaptarem as adversidades econômicas que afetam o mercado de trabalho.

Cacciamali (2000) enxerga que neste setor, o trabalho informal é utilizado pelo setor formal de forma dissimulada, ou seja, aparentando ser trabalho autônomo.

Para Oliveira (1972) e Singer (1977) (*apud* FAGUNDES, 1992), estes autores compreendem que no desenvolvimento do capitalismo estão interligadas formas de produção novas no “arcaico” e relações atrasadas no “moderno”. Estes autores defendem, portanto, a ideia de “uma funcionalidade[6] perfeita da produção não capitalista para a valorização do capital” (p. 37). Para eles, existe uma complexa heterogeneidade do mercado de trabalho nas economias dependentes, fruto das relações capitalistas de produção.

Para Malaguti (2001) existe uma funcionalidade do trabalho informal para o capital. Ele rompe com a análise dualista entre os setores formal e informal, pois em sua opinião, estes dois setores se inter-relacionam e são essenciais para o funcionamento e desenvolvimento do capitalismo. Malaguti (2001, p.101), em suas palavras, manifesta que: “Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o `setor informal´, nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um `setor´ sem o outro, parece-nos, na prática inconcebível”.

Soares (2008) identifica que não são todas as formas de produção que são funcionais ao capital. Contudo, em sua opinião, as atividades informais acomodam um contingente grandioso de trabalhadores e, desta maneira afasta a possibilidade de uma convulsão social. Em sua fala, este autor (2008, p. 96) registra que:

---

[6] O debate teórico sobre a questão da funcionalidade do setor informal foi bastante vigoroso na América Latina no final de 1960. Registra-se a importância dos estudos de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1970, em “*Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalizada*”, que aborda esta questão.

> É certo que não se pode generalizar tais funcionalidades para todas as formas de produção entendidas como integrantes do “setor informal”. Mas, mesmo que a atividade informal não se identifique com as funcionalidades apresentadas, certamente ela se enquadrará na condição de gerar ocupação que tende a diminuir a pressão social e, por conseguinte, afasta a possibilidade de uma convulsão social. Isto porque, ao se encontrar ocupado, mesmo com um pífio rendimento, o trabalhador alimentará esperanças de dias melhores e até se tornar, no futuro, um grande capitalista, pois hoje já é autônomo; amanhã, quem sabe ele não se tornará um empresário bem-sucedido!

Estes são os conceitos usados na literatura sobre trabalho informal. O capítulo seguinte aborda o renascimento do liberalismo econômico e o reflexo no mercado de trabalho brasileiro.

4 O RENASCIMENTO DO LIBERALISMO E OS REBATIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

4.1 A reestruturação produtiva e o mercado de trabalho na década de 1990: abertura econômica, modernização conservadora e redução do Estado

O capítulo anterior mostrou que, a despeito do intenso crescimento econômico observado nas cidades, parcela expressiva da população não foi obsorvida em condições vantajosas no mercado de trabalho. Esse excedente de força de trabalho ocupou os interstícios da dinâmica capitalista, sendo absorvido ou expurgado, de acordo com os requerimentos do processo de acumulação.

O esgotamento do ciclo de crescimento econômico, no final dos anos 1970, implicou em novos desafios para a incorporação desse excedente de mão de obra, restando para o contingente mais vulnerável de trabalhadores buscarem a sobrevivência nas atividades comerciais e de serviços, em muitos casos, por meio da auto-ocupação em atividades desempenhadas no espaço urbano.

No entanto, é preciso ter em mente que as transformações ocorridas com a inauguração dos ciclos de crise pós-1980 não alcançaram unicamente os trabalhadores. As empresas e o setor público também tiveram que se ajustar aos novos requisitos do mercado, realimentando os impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Assim, para entender a disseminação dos shoppings populares é preciso, igualmente, compreender as transformações ocorridas na economia e nos modelos de gestão urbana ocorridas no último quartel do século XX.

Os anos 1980 marcam o início do processo de financeirização da economia brasileira. A súbita elevação das taxas de juros americanas tornou todo o sistema financeiro internacional dependente da política monetária dos EUA. Os países periféricos, que se aproveitaram do crédito farto e barato disponível nos anos 1970 viram-se diante de enormes dificuldades para cumprir seus compromissos em moeda estrangeira em razão do aumento das taxas de juros no mercado internacional.

De um momento para outro, os fluxos de financiamento externo são interrompidos e os governos da periferia passam a ser pressionados pelas agências internacionais e pelos países centrais a adotar políticas econômicas restritivas tendo em vista a geração de *superávits* comerciais. As dificuldades impostas à

manutenção dos programas governamentais de substituição de importações, o direcionamento do crédito aos setores exportadores e a redução da renda derivada da redução da atividade econômica e do arrocho salarial comprometeram os investimentos (públicos e privados). Diante do clima de instabilidade da economia e, mais à frente, do descontrole dos preços, as empresas passam a deslocar para o setor financeiro parte dos recursos que estariam disponíveis para o aumento da capacidade produtiva.

O crescimento explosivo do nível de endividamento tornava mais difícil a renegociação da rolagem dos títulos da dívida pública, obrigando o governo a oferecer taxas de juros mais atraentes. O aumento do diferencial entre os juros e as taxas de retorno das empresas representava mais um desestímulo ao investimento produtivo, já severamente comprometido pelo clima de instabilidade da economia.

À medida que se prolongava o quadro de baixo dinamismo da economia brasileira, com períodos de crescimento intercalados por outros de estagnação ou até de redução da atividade econômica, os agentes econômicos deslocavam esforços para minimizar custos e adequar os níveis de produção aos novos patamares (de crise) vigentes. A ascensão do ideário liberal na condução da política econômica elevou o nível de concorrência no país, intensificando os investimentos poupadores de mão-de-obra.

As medidas de estabilização tomadas nos anos 1990, em meio à desregulamentação das instituições laborais e à ausência de políticas de competitividade sistêmicas, contribuíram para a manutenção do baixo dinamismo econômico e tecnológico, o alargamento da heterogeneidade intersetorial, regional e, sobretudo, ocupacional do país e o aumento da precarização do mercado de trabalho expresso nas elevadas taxas de desemprego aberto e na expansão da informalidade das relações contratuais.

A rápida e indiscriminada abertura econômica comprometeu algumas importantes cadeias produtivas, atingindo, com mais intensidade, os centros urbanos com maior densidade industrial. Muitos dos pequenos e médios negócios que gravitavam em torno das multinacionais foram rapidamente liquidados em favor dos fornecedores privilegiados (de capital externo), que, com sólido lastro financeiro, alta tecnologia e maiores escalas de produção, podiam oferecer produtos com melhor qualidade a preços menores. É verdade que esse processo não foi apenas resultado das mudanças na política nacional, pois refletiu, também, a dinâmica de

reestruturação do setor industrial em curso nos países desenvolvidos desde os anos 1970. Alguns segmentos industriais relativamente intensivos em trabalho foram duramente atingidos. A indústria têxtil, por exemplo, eliminou um número expressivo de postos de trabalho em razão das enormes pressões impostas pela entrada facilitada dos produtos asiáticos no mercado brasileiro.

A estabilização de preços alcançada com o Plano Real, implementado em meados dos anos de 1990, foi baseada no tripé abertura econômica, sobrevalorização cambial e política monetária restritiva. A indústria nacional, que vinha até então se beneficiando das restrições impostas à importação, foi submetida a uma rápida abertura econômica que não contou com medidas mitigadoras para os setores mais vulneráveis. Em poucos anos o confortável superávit da balança comercial foi substituído por *déficits* crescentes, obrigando o governo, engajado na defesa do *câmbio barato,* a adotar ações de incentivo ao ingresso de capitais estrangeiros. Resultado: aumento da dependência externa e do nível de endividamento.

A abertura do setor financeiro foi uma peça-chave na manutenção da política cambial, porque possibilitou a manutenção dos fluxos de moeda estrangeira por intermédio da atração do investimento dos *não-residentes* ao mercado doméstico. À medida que cresciam as necessidades de recursos e os níveis de endividamento do setor público, a barganha em torno das taxas de juros tornava-se mais difícil. A privatização trouxe algum alívio (ainda que insuficiente) às necessidades de caixa do governo, além de estar em consonância com as orientações do pensamento econômico liberal.

A privatização desordenada não garantiu o avanço na estrutura produtiva nacional, seja pela falta de estímulos governamentais, seja em razão do não cumprimento dos compromissos assumidos. Além disso, a velocidade da abertura econômica não permitiu que os segmentos industriais mais vulneráveis pudessem adaptar-se às novas condições da concorrência. Assim, a modernização da indústria nacional não se fez por meio da incorporação de novas tecnologias, mas pela redução do nível de nacionalização dos produtos fabricados no país, agravando os desequilíbrios da balança comercial.

Ainda que a estabilidade do nível de preços tenha sido alcançada e que isso tenha contribuído para os curtos períodos de crescimento econômico e para uma tênue recuperação dos rendimentos do trabalho, o custo dessa política foi o

aumento da dependência externa do país e a manutenção de uma política monetária restritiva, que colocaram o crescimento econômico numa *camisa-de-força,* comprometendo os indicadores do mercado de trabalho e as de condições de vida da população.

As transformações na economia brasileira, nos anos 1990, resultaram da combinação de diferentes elementos que vão desde a crise de acumulação capitalista até mudanças no quadro político-institucional no Brasil. Tais mudanças implicaram na redefinição da política governamental, seja na órbita urbana, seja na regional. Entretanto, a partir de 2004, a economia passou a apresentar indicadores favoráveis de crescimento econômico e emprego. Tal situação derivou, entre outras razões, de determinação do governo federal de elevar a capacidade de consumo das famílias de baixa renda. Assim, em pouco mais de 20 anos, a política macroeconômica adotou modelos (em alguns aspectos específicos) bastante divergentes. Embora os efeitos dessas orientações da política econômica tenham se manifestado de forma diferente nos diversos espaços, é possível admitir, dentro de certos limites, que ambos contribuíram para explicar a expansão dos shoppings populares.

Na década de 1990, os sinais da desestruturação do mercado de trabalho aparecem em destaque, consolidando desta forma, a tendência de redução do trabalho com carteira assinada e a expansão do desemprego.

De acordo com Pochmann (1999), no Brasil, podem-se observar dois períodos muitos distintos quanto à evolução do mercado de trabalho. No período entre 1940 a 1980, ocorreu um movimento de estruturação do mercado de trabalho, via processo de industrialização e institucionalização das relações e condições de trabalho. Este período foi marcado pela expansão do emprego assalariado e com registro, e em ocupações nos segmentos da economia tipicamente capitalista.

No entanto, no período pós-1980, observa-se a reversão na trajetória geral das ocupações, com fortes sinais que já indicavam o progressivo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. O aumento das ocupações nos segmentos não organizados (trabalho informal) e a expansão do desemprego ocorreram, simultaneamente, ao abandono do projeto de industrialização nacional.

Nos anos de 1990 os movimentos sociais sofrem um retrocesso político, passando o discurso da sociedade civil a ser esvaziado do seu conteúdo político e classista, constituindo-se em discursos e práticas universais, que não partem da

inscrição dos diferentes sujeitos, em diferentes classes, que tem interesses antagônicos. A partir dos anos de 1990, o Brasil vivencia uma nova ofensiva burguesa, “adaptando-se as requisições do capitalismo mundial” (BEHRING, 2003, p. 113).

Nesta década, ocorreu um processo de “contrarreforma” do Estado brasileiro, através das políticas de privatizações das grandes estatais e da primeira reforma da previdência social, desprezando as conquistas na área da seguridade social prevista na Constituição Federal de 1988. Neste sentido, Rivero (2009, p. 132-133) destaca que:

> Na década de 1990, quando se quis reduzir o peso destes institutos, para aplicar o projeto flexibilizador e de desregulamentação do trabalho, reclamou-se por aquele Estado tutelar. No novo contexto globalizado, de economia aberta, de flexibilização dos mercados e do trabalho, inicialmente se tentou aplicar a ortodoxia liberal ou neoliberalismo ortodoxo, como se voltasse a um novo ponto de partida, reformulado por uma nova realidade, que ainda mantém muitíssima semelhança com a história inicial. Dentro deste contexto, o Estado tutelar e corporativo contra o qual o novo sindicalismo (representado pela central Única dos Trabalhadores – CUT) lutou, aparece, em parte, como meta de segurança no trabalho e de condições de vida dignas. Reivindicam-se, novamente, direitos básicos, como diminuição da jornada de trabalho sem diminuição salarial, regulamentação sobre o trabalho de crianças, como se, em todo esse tempo, nada tivesse garantido. E foi?

O “projeto de modernidade”, executado ao longo dos anos de 1990, na era Fernando Henrique Cardoso, foi orientado pelo projeto neoliberal das grandes potencias capitalistas. O documento que embasou tais “reformas” foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) (BRASIL, 1995). Para Brandão (2012, p. 154):

> A partir dos anos 90, afirma-se a opção neoliberal do país, que se consolida nos oito anos do governo FHC. Seguindo as “sugestões” do conhecido Consenso de Washington, avança-se na desregulamentação dos mercados (incluindo o financeiro doméstico, o de trabalho, com pesados cortes nos direitos antes assegurados, e o de produção e consumo). “Reforma-se” o Estado, privatizando os serviços de utilidade pública, o setor produtivo estatal e os sistemas nacionais de infraestrutura, abdicando totalmente de políticas “direcionadas” dos setores produtivos. Consolida-se a liberação da conta de capitais e a abertura comercial. Há nos discursos forte crença em que, com a liberalização cambial, ingressaria “poupança externa” nos patamares necessários.

Os principais pontos presentes no PDRE foram: legitimar e facilitar as privatizações através da criação de mecanismos legais; regulamentação do terceiro

setor para a execução de políticas públicas e a restrição de direitos no âmbito das políticas sociais. Portanto, no PDRE estava presente o “trinômio articulado” do ideário neoliberal: a privatização, a focalização e a descentralização (BRASIL, 1995).

As consequências dessa contrarreforma foram visíveis: na questão das privatizações das empresas brasileira, houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, gerando o desmonte do parque industrial e o desemprego.

No Brasil, como no restante das nações, o discurso neoliberal combate o papel do Estado criticando sua intervenção na economia e responsabilizando-o pela crise do mercado.

Embora o discurso neoliberal tente desqualificar o Estado, como garantidor do bem-estar social, este é sempre chamado a intervir na solução de situações de crise. Segundo Nogueira (*apud* BEHRING, 2003) o que tipifica a dominação burguesa no Brasil, é o uso do Estado. Aqui o Estado atuou e atua como agente de modernização e de reprodução do passado, sob a hegemonia dos interesses da burguesia.

Na análise da economista Maria Conceição Tavares (2003) desde o Plano Real implantado no Brasil em 1994, o país vive um rastro de desorganização sem precedentes na vida nacional. Para Tavares, a globalização é um projeto hegemônico dos Estados Unidos para garantir sua dominação sobre seus parceiros e concorrentes. Houve uma queda dos níveis de produção no setor de bens de capital de 20%, aumentando, consequentemente, o setor de importações e que também repercutiu no desemprego industrial e no aumento das terceirizações.

Tavares (2003) assinala que o sucesso do plano econômico nacional, se realiza mediante o desemprego estrutural, crise bancária e explosão do endividamento público, o que é considerado como a destruição das possibilidades do crescimento capitalista sustentável futuro. Enfatiza, ainda, que o Brasil possui as seguintes marcas históricas em sua formação social: revoluções “pelo alto”, processos de modernização autoritários e excludentes, avanços que são interrompidos por golpes da direita conservadora.

Tem sido amplamente divulgado os impactos sociais do modelo econômico, sobre a grande maioria da população. Desde a década passada os economistas críticos denunciam os efeitos do Plano Real sobre o emprego, pois estes afirmam que se vive uma política econômica, sem empregos, o que vem repercutindo no

maior agravamento das condições sociais, com maiores índices de violência urbana, falta de renda e desagregação familiar.

O Estado brasileiro, na década de 1990, buscou uma refuncionalização para se adaptar aos fluxos do capitalismo mundial, “pagando”, desta forma, um alto preço em termos de desemprego, trabalho precarizado, ausência de renda e de direitos sociais para a classe que vive do trabalho.

Enfim, os anos de 1990, para o mercado de trabalho foi perverso. Foi significativo o número de trabalhadores que perderam seus benefícios legais trabalhistas. A lei trabalhista não se propagou o suficiente para que se possa, no Brasil, neste período, falar em “homogeneidade do mercado de trabalho”. A parcela imensa de trabalhadores autônomos, não regulamentados, com baixo nível salarial, buscou “saída” na informalidade, como mecanismo último de sobrevivência.

É importante registrar que a partir de meados dos anos de 1970, a mudança gradativa do padrão “rígido” da acumulação fordista para o padrão “flexibilizado” de acumulação. Esta chamada flexibilização econômica permitiu profundas transformações não apenas no mundo do trabalho, mas modificações que se espraiam nas esferas política, cultural, institucional.

Este padrão de acumulação flexibilizado é o modelo de produção capitalista monopolista imperialista. Este modelo exigiu a adoção de um padrão de dominação externa, que surgiu recentemente nos países latino-americanos, ou seja, a expansão das grandes empresas corporativas, nas esferas da indústria, do comércio, dos serviços e no âmbito financeiro.

Segundo Harvey (2004), este novo padrão de acumulação vai caracterizar-se pela crescente internacionalização do capital (capital industrial e capital financeiro) aumentando a crescente independência dos grandes monopólios em relação aos regulamentos e burocracia estatais.

Florestan Fernandes (2009, p. 27), destaca que, o imperialismo dos países hegemônicos sobre os países subdesenvolvidos afetam todos os níveis de ordem social.

> Desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital de política nacional, etc.

Assim sendo, há uma submissão da organização econômica, política e cultural, dos países dependentes em relação aos países hegemônicos, portanto o capitalismo imperialista supõe, conforme Florestan Fernandes (2009), um imperialismo de dominação total. Dentro deste padrão imperialista há transplantação maciça de tecnologias e de instituições, suprimento externo do capital e do controle financeiro.

Deste modo, os interesses externos privados e os internos privados estão empenhados em atingir metas extremamente egoístas e particularistas.

Com a introdução de inovações tecnológicas, caracterizado pela informática e pela robótica, ocorre uma transformação no processo produtivo, ampliando em escala geográfica o fluxo do comércio internacional e, por conseguinte, dos capitais. Como afirma Ianni (1997, p. 52): “a rigor, a internacionalização do capital significa, simultaneamente, a internacionalização do processo produtivo”.

Mas essas mudanças não seriam operacionalizadas sem que houvesse vontade política. Do contrário, a concentração do poder econômico está conduzindo a uma enorme concentração de poder político. Fica bastante evidenciado o caráter antidemocrático do capitalismo, de modo geral, e particularmente do capitalismo monopolista.

Para contemplar as exigências do capitalismo imperialista, também o Estado experimenta um considerável redimensionamento cuja mudança mais visível, é o “encolhimento” de sua ação reguladora. Esta “redução” do Estado corresponde às exigências do novo padrão de acumulação flexibilizado e o modelo de Estado correspondente a este padrão é o Estado neoliberal.

No entanto, há que se levar em conta a observação feita por Mattoso (1995, p. 35) ao afirmar que “a ideia de Estado mínimo que alimenta o discurso neoliberal tem um componente que se destina preferencialmente para o consumo de governos de países do Sul”. “As regiões do globo” tiveram seus mercados repartidos entre os países ricos do mundo, de tal sorte que estes passam a interferir não apenas no destino econômico, mas no destino político dos países periféricos. A exportação de mercadorias industriais, produzidas pelos grandes países industriais, unifica o mercado mundial, mas está longe de unificar as condições técnicas e sociais da produção, bem como, o acesso aos produtos finais.

Anderson (1996, p. 9) define o neoliberalismo como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. A soberania do

Estado é desafiada pela sua incapacidade de conciliar o poder das redes globais e o desafio imposto pelas identidades singulares. A capacidade instrumental do Estado está desafiada pela globalização das principais atividades econômicas. As políticas monetárias são harmonizadas em nível supranacional.

Na contemporaneidade, a ideologia neoliberal rebate no plano político, modificando as esferas próprias do Estado e da sociedade civil e alterando as relações entre elas. O Estado tem sua função reguladora diminuída e suas responsabilidades são minimizadas.

Assim sendo, a era da regulação pelo Estado foi então substituída pela era da regulação pelo mercado, há uma exaltação ao mercado, ao privado, como o reino da eficiência e uma diminuição do papel do Estado.

O neoliberalismo representa um desafio para os países em desenvolvimento, em função de estes terem sua capacidade de tomar decisões reduzidas, de forma relativamente autônoma, já que, no âmbito da sociedade global, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando, como também, tomando decisões. Organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as empresas transnacionais são exemplos de organizações que determinam as regras em âmbito internacional, tendo consequências, especialmente de ordem econômica, na esfera nacional. Destarte, a conformação internacional passa a ser cada vez mais importante que a instância nacional.

O avanço do neoliberalismo e a consolidação da lógica fundada no processo de globalização, que caracterizam o capitalismo especulativo, fizeram com que as duas décadas do século XX fossem marcadas pela crise do sistema financeiro dos países periféricos e, consequentemente, nos respectivos sistemas de produção, o que gerou o desaparecimento de milhões de postos formais de trabalho em todo o mundo. Diante deste contexto, irrompeu um contingente imenso de trabalho precarizado, fazendo com que este se tornasse uma alternativa concreta ao desemprego estrutural dominante na “nova” ordem econômica mundial.

A atual estratégia do capital consiste, portanto, na flexibilização das relações de trabalho, procurando ajustar o trabalhador às necessidades do mercado que tem, no Estado, um adaptador da economia nacional às exigências da economia mundial. Ou seja, enquadrar o trabalhador nos requerimentos do mercado é, na verdade,

decorrência de uma economia mundial que dita a diretriz a ser seguida pelos estados nacionais que estão sendo internacionalizados em suas estruturas e funções.

Para Ianni (1997) o impacto da globalização e da reestruturação do capitalismo acaba por conduzir o Estado a uma crise, face aos desafios da transnacionalização de produção por redes integradas de produção e comércio das empresas corporativas. A consequência mais visível desse processo é a capacidade cada vez mais reduzida dos governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita. A desorganização das estruturas produtivas tradicionais aumenta a instabilidade do emprego, ao mesmo tempo em que, a conexão entre importantes setores da economia e as redes globais, demanda mão-de-obra altamente especializada, deixando grandes parcelas de população excluídas do sistema informacional do mercado de trabalho.

O panorama que se apresenta, portanto, é o de que o emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição, em função de suas qualificações técnicas. Ao redor desse núcleo estável gravitará um número variável de trabalhadores periféricos que, por sua vez, estarão rodeados pela massa trabalhadora desempregada, excluída desse processo pela lógica imposta pelo mercado.

A penetração e dependência das economias nacionais do financiamento dos mercados globais e empréstimos externos debitam o poder decisório do Estado. Declina o poder do Estado, diluindo-se os centros decisórios por diferentes lugares, empresas, corporações, conglomerados, organizações e agências transacionais.

O Estado é obrigado a lidar com uma pluralidade de instituições (internas e externas) que compartilham e disputam poder na administração da economia, de segurança, do desenvolvimento e do meio ambiente, o que conduz a um processo crescente de internacionalização das políticas de Estado.

O capitalismo contemporâneo vem destruindo todas as barreiras, que lhes foram impostas pelos ganhos obtidos pelas lutas dos movimentos sociais e das camadas trabalhadoras. O evidente retrocesso de direitos sociais, conquistados no contexto do *Welfare State*, é a prova contundente do aniquilamento de garantias duramente conquistadas, em nome do trabalho precário. Na verdade, o capitalismo monopolista ao preconizar o Estado mínimo, é mínimo para o trabalho e máximo para garantir os ganhos exorbitantes do capital.

O avanço do neoliberalismo e a consolidação da lógica fundada no processo de globalização, que pratica o capitalismo especulativo, fizeram com que as duas últimas décadas do século XX fossem marcadas pela crise do sistema financeiro dos países periféricos e, consequentemente, nos respectivos sistemas de produção, o que gerou o desaparecimento de milhões de postos formais de trabalho em todo o mundo. Diante deste contexto, irrompeu um contingente imenso de atividades precarizadas, fazendo com que este setor se tornasse uma alternativa concreta ao desemprego estrutural dominante na nova ordem econômica mundial.

No contexto neoliberal, ocorre o enfraquecimento do binômio Estado e indústria nacional. Por causa desse enfraquecimento, os Estados nacionais têm a sua capacidade de coordenação macroeconômica totalmente comprometida, pois estes perdem as condições materiais de estabelecerem critérios políticos, jurídicos e econômicos de honrar seus compromissos.

Na ideologia neoliberal, a qual o Brasil, bem como, os demais países da América Latina teve que aderir quando foram buscar empréstimo no Fundo Monetário Internacional (FMI), como condição imposta pelos credores, determinou novos conceitos como o do Estado mínimo, a supremacia da lei do mercado sobre a lei do Estado, a submissão do social ao econômico, que culminou no Brasil, com arrefecimento das lutas operárias (MOTA, 2008).

Percebe-se que este modelo de acumulação, caracteriza-se pela crescente internacionalização do capital e pela fragmentação da classe trabalhadora, comprometendo assim as políticas e instituições de bases classistas como acentua Netto; Braz (2008, p. 98-99):

> As transformações ocorridas no plano político são igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactadas pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil, da ordem tardo-burguesa, modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações. [...]. As tradicionais expressões e representações de classes e camadas subalternas experimentam crises visíveis (pense-se na dessindicalização) ao mesmo tempo em que emergem novos sujeitos coletivos.

Na acumulação flexível, além da diminuição da presença do trabalho vivo, ocorre, também, o aumento da precisão e da qualidade do trabalho, bem como, a diminuição do tempo de produção. Behring (2009, p. 101) identifica que:

> Este novo desenvolvimento das forças produtivas exige algumas condições: um conhecimento científico de cada fase do processo, assegurando o fluxo das informações sobre os parâmetros determinantes da produção, o que remete a uma rigorosa formulação matemática dos processos que se quer controlar; uma completa reconstrução da unidade de produção, redimensionando as normas e os postos de trabalho; a incorporação dos progressos da eletrônica, com a miniaturização dos circuitos eletrônicos integrados, através das máquinas-ferramenta de controle numérico.

Apontam-se outras características presente no atual sistema de organização do processo produtivo: a desqualificação técnica do trabalhador em função da operacionalização de tarefas mais complexas, grandes investimentos financeiros nas fábricas, a facilidade de troca constante dos trabalhadores (ajudada pela desregulamentação das leis trabalhistas) e a diminuição dos postos formais de trabalho.

Além das questões internas acima descritas, o processo de reestruturação produtiva presente nos países industrializados modificou, substancialmente, os processos produtivos tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

Para Teixeira; Oliveira (1996) o processo de reestruturação produtiva, que acompanha o neoliberalismo, baseia-se em novas tecnologias, permite uma produção flexibilizada que cria as condições para a oferta de bens e serviços que atendem as demandas do consumo.

Este ciclo está baseado em uma nova revolução dos processos produtivos, ou seja, a reestruturação produtiva que têm como base o acelerado desenvolvimento tecnológico, caracterizado pela microeletrônica, robótica, engenharia genética, informática, nanotecnologia e mão-de-obra qualificada, como atesta Teixeira; Oliveira (1996, p. 216):

> Novas tecnologias fornecem os meios pelos quais se pode realizar vantajosamente essa produção flexível. Entretanto, estas novas formas de produção tem implicações profundas. Uma produção mais flexível requer máquinas mais flexíveis e de finalidades genéricas, e mais operários “polivalentes”, altamente qualificados para operá-las. Uma maior qualificação e flexibilidade exige que os operários tenham um grau mais alto de responsabilidade e autonomia.

Alves (1996) ressalta que as modificações do capital impôs a revolução tecnológica, que implicou em alterações profundas nos processos produtivos, pois a partir daqui, as empresas adotam o sistema da flexibilização no trabalho.

Em verdade, observa-se que as grandes empresas capitalistas estão promovendo uma reestruturação organizacional em seus quadros funcionais, privilegiando, apenas, uma minoria de trabalhadores: aqueles que detêm elevada qualificação técnica. Somente a estes é conferido o “status” de empregado formal. Os demais tentam a sobrevivência no trabalho informal.

Portanto, conclui-se que o espaço globalizado contemporâneo impôs à classe trabalhadora a exigência voraz de maior qualificação, fazendo com que essa classe tenha um perfil inteiramente novo. Feita estas considerações, indica-se a relação existente entre a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho e a diminuição do papel do Estado no processo de desmonte das políticas de bem estar social. A automação, a robótica e a microeletrônica invadiram as fábricas, repercutindo desta forma nas relações de trabalho e na composição do capital. Além da crescente desregulamentação das relações de trabalho já consolidadas, tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

No item seguinte, demonstra-se a relativa melhora das condições socioeconômicas do Brasil na primeira década dos anos 2000.

4.2 Os anos 2000: crédito farto, *commodities* e gastos sociais

A política econômica do governo Lula baseou-se no tripé macroeconômico: câmbio flexível, regime de metas de inflação e austeridade fiscal. Pontuam-se, nesse contexto, ganhos significativos no campo social. A reativação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica da população brasileira neste período ora estudado.

No Brasil, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação mais baixa, aumentou a geração de empregos assalariados, contribuiu para a formalização dos contratos de trabalho e elevou o poder de compra, diminuindo as diferenças de renda entre os trabalhadores. Neste período, observa-se uma nítida relação entre produção, emprego e renda do trabalho, ajudando, desta forma, a revelar o novo mercado de trabalho que está implícito na forma de crescimento da economia brasileira. Aponta-se, como um dos fatores para este crescimento, as *commodities*, que passou a favorecer os países em desenvolvimento, dotado de recursos naturais, como é o caso do Brasil.

Para Baltar (2014) particularmente, o ano 2006, em um contexto internacional favorável ao crescimento da economia, atuou para reforçar o aumento da renda das pessoas economicamente mais frágeis, o acesso ao crédito para consumo de boa parte dos trabalhadores formais, em atividades ou aposentados, e os investimentos em infraestrutura, via Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), todos esses fatores contribuíram positivamente para o crescimento do mercado formal brasileiro.

A crise mundial de 2008 interrompeu, no último trimestre, o crescimento da economia brasileira, deixando nítidas as limitações desse padrão de crescimento. Contudo, dispondo de reservas internacionais e a dívida pública externa diminuída, as contas do Estado não foram prejudicadas pela desvalorização do real, provocada, sobretudo, pela fuga de capital internacional, de maneira que, o governo federal teve recursos para preservar a atividade da economia. No ano de 2009, o PIB diminuiu muito pouco e a recuperação da economia foi rápida em 2010.

Importante registrar que a defesa da atividade econômica até meados de 2010, manteve o bom desempenho do mercado de trabalho, especialmente nas regiões metropolitanas do país. Em números, comprova-se esse bom desempenho:

QUADRO 14 - CRESCIMENTO DO PIB E A OCUPAÇÃO DAS PESSOAS (2001 – 2010)

Período	Consumo + investimento	PIB	Produção industrial	Pessoas ocupadas	Emprego formal
2001– 2003	0,1	1,9	2,1	2,4	3,5
2003 – 2005	4,3	4,4	4,8	3,0	5,0
2005 – 2010	6,5	5,1	3,2	2,3	5,8

Fonte: Baltar (2014)

A retomada do crescimento da economia no período que comporta de 2004 a 2008, gerou o intenso aumento do emprego formal. Constata-se que o emprego formal, antes da retomada do crescimento da economia, já crescia em ritmo maior que o do número total de pessoas ocupadas e ampliou esta diferença após a retomada do crescimento.

Nos anos que comporta entre 2003 e 2010, a ação do governo federal foi muito importante para o crescimento do PIB e o controle da inflação, que resultou no crescimento do emprego formal, na elevação do poder de compra via aumento da renda de trabalho e aumento de renda de pessoas sem condições para participar da atividade econômica, via Programa Bolsa Família. Com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), houve uma evolução do emprego nos anos de 2003 a 2012, conforme quadro seguinte.

QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A PME (2003, 2008 E 2012)

	2003	2008	2012
Taxa de desemprego	12,3	7,9	5,5
Taxa de participação	57,1	57,0	57,3
Taxa de ocupação	50,0	52,5	54,2
Emprego assalariado (%)	73,5	75,8	77,3
Ocupação não assalariada (%)	26,5	24,2	22,7
Emprego formal (%)	70,2	74,0	79,5
Emprego sem carteira (%)	29,8	26,0	20,5
Renda média do trabalho (R$)	100,00	115,2	132,3

Fonte: IPEA (2014)

Para os autores que tratam da questão do mercado de trabalho, estes identificam que a evolução positiva do emprego formal, neste período, dá-se no contexto dos empregos de baixa qualificação. São empregos formais, pois estão protegidos legalmente, no entanto, com remuneração fixada apenas no salário mínimo. No Brasil, a força de trabalho muito especializada e bem remunerada, ainda é uma fração relativamente pequena dos trabalhadores, principalmente aqueles que possuem nível superior, conforme quadro seguinte.

QUADRO 16 - PERFIL OCUPACIONAL DOS EMPREGADOS COM SALÁRIO IGUAL OU MAIOR QUE DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS DE 2003 A 2010 (EM %)

Tipo de ocupação	Até 10 Salários Mínimos	De 7,8 salários mínimos em diante
	2003	2010
Dirigente	16,0	15,3
Nível Superior	35,0	37,1
Técnico	15,9	15,2
Administrativo	18,0	15,9
Serviço e venda	3,3	4,1
Agrícola	0,1	0,1
Indústria de processo contínuo	4,3	4,5
Reparação e manutenção	1,7	1,5
Militares e outros	4,5	4,4
Total	**100,00**	**100,00**

Fonte: IPEA (2014)

Como já foi anteriormente citado, o crescimento da economia brasileira, no governo Lula, particularmente no período entre 2004 até 2008, reativou o mercado de trabalho, melhorou a População Economicamente Ativa (PEA), elevou o nível relativo das rendas do trabalho.

Registra-se que este movimento da economia e do mercado de trabalho foi favorecido pela situação internacional. Contudo, a crise mundial, modificou o cenário internacional, pois, de um lado interrompeu a melhora nos termos de troca de comércio exterior brasileiro e, de outro lado, aumentou a concorrência internacional sobre a produção brasileira de bens manufaturados.

O último ano do governo Lula registrou saldo positivo no país no que se refere ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego atingiu um dos menores índices (5,7%) ao final do mandato do governo petista. De acordo com o IBGE (2010), foram criados ao longo dos oito anos de mandato, aproximadamente, 16 milhões de postos formais de trabalho. O aumento da participação dos trabalhadores formais no total dos ocupados e em 2010. Pela primeira vez na série, os trabalhadores com carteira assinada superaram a marca de 50%, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 17 - POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 ANOS OU MAIS – MÉDIA PERCENTUAL ANUAL

Ano	Empregados com carteira assinada	Empregados sem carteira assinada	Conta própria	Empregador	Sem remuneração	Militares ou funcionários públicos estatutários
2003	44,3	21,9	20,0	5,5	1,0	7,4
2004	43,7	22,5	20,3	5,3	0,9	7,3
2005	45,0	22,4	19,4	5,2	0,8	7,3
2006	46,1	21,7	19,2	5,0	0,8	7,4
2007	47,1	20,7	19,4	4,8	0,7	7,3
2008	48,6	19,7	18,8	4,6	0,7	7,6
2009	49,4	19,0	18,8	4,6	0,6	7,7
2010	51,0	18,0	18,4	4,5	0,5	7,6
2011	52,9	16,9	17,9	4,3	0,4	7,5

Fonte: IPEA (2014)

A questão central no país, quanto ao mercado de trabalho, é se a atual economia nacional pode criar um quadro institucional mais favorável à organização e proteção efetiva dos trabalhadores brasileiros. Contudo, apesar do crescimento inegável da participação dos trabalhadores no mercado formal de trabalho no período acima descrito, não houve a tão esperada reforma trabalhista.

Diante da crise mundial de (2008) aliada a ineficaz gestão fiscal, o governo Lula concentrou especial atenção na expansão do crédito, estimulando desta forma, o consumo. O crescimento econômico do Brasil em 2010 é reflexo de importantes combinações, quais sejam: Programa de Ação ao Crescimento (PAC), estímulo ao crédito, políticas de valorização do salário mínimo, renúncias fiscais e a redução da taxa da Selic. Estes fatores resultaram em um crescimento econômico de 7,5%

Em 2011, o governo Dilma utilizou a combinação de políticas de créditos e políticas monetárias. Estes resultaram em um crescimento pequeno do PIB, em torno de 2,7%. Os produtos industrializados brasileiros, neste mesmo ano foi afetado pelas políticas econômicas dos EUA e da China.

O governo da presidente Dilma Rousseff iniciou seu mandato dando continuidade à boa parte da política econômica do governo Lula. No entanto, alguns gargalos econômicos já foram sentidos no início do seu mandato, quando a balança comercial registrou (2012) um superávit (exportações menores que às importações) bem inferior aos anos anteriores.

Em 2012, o pequeno resultado do PIB nacional de 0,87%, revelou que o modelo econômico do crescimento brasileiro estava esgotado. O tripé: consumo, crédito e a política de valorização do salário mínimo, não foram capazes de sustentar o crescimento do PIB. A necessidade de correções no modelo que sustentou o crescimento econômico nos anos 2000, aliado as incertezas políticas que marcaram o início do segundo mandato do governo Dilma comprometeram, definitivamente, a capacidade de sustentação do crescimento econômico.

Os impactos sobre o mercado de trabalho se tornaram visíveis, principalmente a partir de 2015. É interessante observar, no entanto, que a “gordura” produzida pela expansão dos gastos sociais e valorização do salário mínimo, durante boa parte dos anos 2000, permitiu a sustentação, embora frágil, das taxas de desemprego. Durante vários meses, especialmente em 2014, a taxa de desemprego se manteve relativamente estabilizada em razão da saída de pessoas do mercado de trabalho. Em outras palavras, como as famílias tinham algum “lastro” econômico a perda do emprego de algum membro da família (usualmente os jovens e as mulheres) foi capaz de ser absorvida pelo rendimento obtido pelos demais membros da família.

O ano de 2015 foi um ano emblemático para o mercado de trabalho brasileiro, pois houve uma retração do crescimento do trabalho formal que por quase uma década alcançou uma tendência de melhora. Importante registrar que dois importantes indicadores do mercado de trabalho demonstram esta retração, quais sejam: a taxa de desemprego e a taxa de informalidade.

Com agravamento do quadro econômico e político o país vivenciou a volta da inflação, o baixo crescimento e o aumento do desemprego. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2015 a taxa de informalidade na população economicamente ativa cresceu 45,5%. O valor sonegado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é de 89 bilhões de reais.

Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad Contínua) apontou que no terceiro trimestre de 2016 aproximadamente 12 milhões de desempregados. A maioria, desses trabalhadores foi buscar na informalidade a sua sobrevivência.

A recessão econômica iniciada fortemente em 2015 teve reflexo sobre o emprego e a renda do trabalhador brasileiro. O rendimento médio ficou em torno de R$ 1.648,00 reais, valor este que não cobre as necessidades mensais básicas do trabalhador e sua família, quais sejam: saúde, alimentação, transporte, moradia e educação. Ainda em 2015, o PIB encolheu 3,8%, a maior recessão já registrada desde 1990, aumentando a taxa de informalidade e contribuindo para o crescimento do trabalho autônomo, como demonstrado no item seguinte.

4.3 A proteção do trabalho por conta própria: o desemprego e a auto ocupação na atualidade

Os dados quantitativos do nível de informalidade, taxa de desemprego e percentuais estatísticos sobre trabalhadores autônomos registrados nesse item, demonstram o aumento nos últimos dois anos (2015/2016) da alto-ocupação. Estes dados são importantes para compreender o aumento significativo dos trabalhadores que atuam nas feiras da Sulanca em Pernambuco e nos shoppings populares na Paraíba, como demonstrado na pesquisa de campo.

No ano de 2015 a taxa de informalidade aumentou segundo dados do IPEA, puxado pelo o aumento do número de desempregados que alcançou o percentual de 8,5% de trabalhadores no último trimestre do ano referenciado.

Portanto, estes quase nove milhões de trabalhadores que ficaram desempregados no ano passado, sobrevivem atualmente na informalidade, com demonstra o estudo do IPEA divulgado em março de 2016 e intitulado: Análise da Dinâmica do Emprego Setorial de 2014 a 2015.

A taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro segundo o estudo acima mencionado vem crescendo desde o segundo trimestre de 2014.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa de informalidade estava em queda até o segundo trimestre de 2014, quando alcançou o percentual de 43, 9%, no entanto, no terceiro trimestre de 2015 alcançou o percentual de 45,1%. Contudo, é

importante compreender que em termos conjunturais houve aumento da informalidade, porém, é preciso registrar que a variação de 1,2 pontos percentuais não é uma margem tão considerável. Além disso, em longo prazo, a questão da informalidade está longe de ser resolvida, a despeito dos avanços observados na década de 2000.

Ainda segundo dados do referente estudo, a taxa de transição de trabalhadores formais para os trabalhos informais, que se baseia no percentual de quantos trabalhadores migra do setor com cobertura de benefícios, ou seja, garantidos pela legislação trabalhista e vão para o segmento desprotegido do mercado de trabalho, atingiu aproximadamente 7,5% entre o último trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2015.

Segundo o estudo, a lista de setores que mais contribuiu em nível nacional para a substituição do trabalho formal para o trabalho informal foi a de comércio, construção e serviços domésticos, porém, esses setores servem como colchão amortecedor do emprego.

Importante observar que para o IPEA, o aumento na taxa de desemprego nos últimos meses de 2015, não foi causado pela elevação no número de demissões, mas sim pela redução nas contratações.

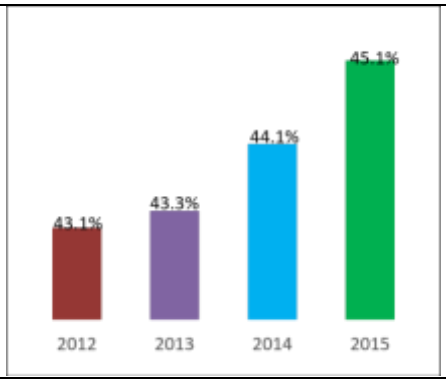
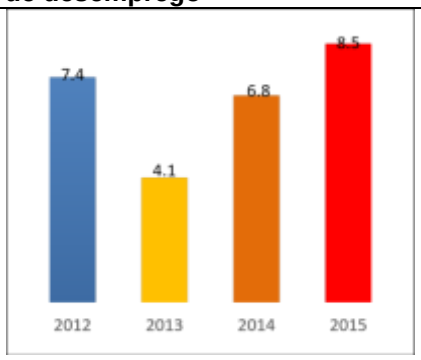
Quanto aos dados do Pnad Contínua – disponíveis até o terceiro trimestres de 2015 – quando o estudo do IPEA foi concluído, demonstram uma diminuição na taxa de desligamentos, ou seja, refere-se sobre a informação de quantos trabalhadores perderam o emprego. Neste caso, o indicador passa de 9,8% no segundo trimestre para 8,9% no terceiro trimestre do ano passado.

A taxa de desemprego alcançou no terceiro trimestre de 2015 o percentual de 8,9%, aproximadamente nove milhões de desempregados e o mercado de trabalho foi impactado. No entanto, importante lembrar que nos anos 1990,segundo a Fundação Seade, que mantém pesquisa de desemprego com a mesma metodologia desde 1991, a taxa de desemprego da RMSP caiu de 19,2% para 13,2% entre 1999 e 2015. Em 1995, quando nasceu o Plano Real, a taxa calculada pelo Seade foi de 13,2%.

Para compreender a composição da população formalmente ocupada, é importante considerar que os fluxos do mercado de trabalho apresentam várias direções simultâneas, quais sejam: a) algumas pessoas vão da ocupação para o desemprego aberto (ou seja, ficam procurando emprego, mas não trabalham); b)

outras pessoas vão da ocupação formal para a informal; c) outras pessoas vão da ocupação formal ou informal para a inatividade e assim por diante. A direção do fluxo depende de muitas questões, como sexo, faixa etária, renda familiar, entre outros dados quantitativos.

Ao comparar o aumento da taxa de desemprego com o aumento da taxa de informalidade, depreende-se que o trabalhador brasileiro busca no trabalho informal sua sobrevivência. Segue quadros confirmando a relação intrínseca entre os dois indicadores anteriormente mencionados.

Nível de informalidade	**Taxa de desemprego**
	
Fonte: PNAD/IBGE (Março/2016)	**Fonte:** Revista IPEA, n. 23 (Janeiro/2016)

Fazendo a análise dos gráficos, percebe-se que o desemprego cresceu 1,1 pontos percentuais (de 7,4% para 8,5%) e a informalidade cresceu dois pontos percentuais (de 43,1% para 45,1%). Contudo, os desempregados são um pequeno grupo, cerca de 8,5% da PEA, enquanto que, os trabalhadores informais são um grupo enorme, ou seja, aproximadamente 40% da PEA.

Assim, esses os fluxos da informalidade não são explicados apenas pelos movimentos da taxa de desemprego, mas, também, pela dinâmica dos ocupados. É importante registrar que para alguns estudiosos sobre mercado de trabalho, o aumento do desemprego em 2015 não foi causado apenas com os deslocamentos dos trabalhadores do mercado formal, mas sim de uma acentuada diminuição nas contratações.

Quanto à trajetória do percentual da informalidade, os dados do gráfico sobre a taxa de informalidade, demonstram uma tendência de queda até o início de 2014, porém essa tendência foi revertida a partir do segundo trimestres do mesmo ano, quando a taxa de informalidade registrou 43,9% e fechou o ano com o percentual de

44,1%. A partir de então a taxa de informalidade vem subindo e alcançou o percentual de 45,1% no terceiro trimestre de 2015.

Com o aumento visível do trabalho informal consequência direta da dinâmica desfavorável do emprego observada no país em 2015, gerou-se um quadro complexo de ajustes dos diferentes setores ao mercado de trabalho. Neste sentido, a ausência de políticas setoriais de combate ao desemprego, fragilizou bastante o trabalhador brasileiro.

No caso do Nordeste, o percentual de desempregados são mais altos em relação à escala nacional. É o que aponta o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCR), este índice é usado pelo Banco Central para avaliar o desemprego na economia por região. De acordo com o Boletim Regional do Banco Central (abril, 2016), a recessão chegou ao comércio, aos serviços e na construção civil, setores que mais empregam no Nordeste. Além destes setores, a queda nos investimentos públicos, devido às restrições orçamentárias, paralisou as obras na região.

Quanto ao percentual de trabalhadores informais no Nordeste, de acordo com o IBGE/Censo Demográfico (2010), estima-se que 60 % da população economicamente ativa, esta na informalidade.

Para Neto (2010), existem algumas características marcantes no mercado de trabalho do Nordeste, quais sejam: um alto nível de informalidade das relações de trabalho; a informalidade está presente em praticamente toda a estrutura produtiva da região; complexidade e heterogeneidade do mercado de trabalho; níveis baixos de rendimentos e baixos níveis de instrução da população ocupada.

De acordo com o estudo do IPEA[1] pulicado em janeiro de 2016, o crescimento do trabalho autônomo em 2015 foi de 19,8%. Este estudo dividiu os trabalhadores por conta própria em dois grupos: os que contribuem para Previdência Social – através do Programa do Microempreendedor Individual (MEI) – e os que não contribuem.

De acordo com os percentuais do aumento do trabalho por conta própria nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, quais sejam: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador, observa-se que no ano de 2013 os autônomos inscritos na Previdência Social nessas seis regiões eram de

---

[1] AMORIM, Brunu; Carlos Henrique L. Corseuil. *Análise da dinâmica do emprego setorial de 2014 a 2015.* Nota Técnica nº 23, Brasília, janeiro de 2016.

5,2% do total de ocupados. Esse percentual subiu para 7,4% ao final do ano de 2015. Quanto aos trabalhadores autônomos não contribuintes permaneceram estáveis, ou seja, 12,8% em 2013 e 12,4% em 2015.

Contudo, o que se pode observar através desta pesquisa do IPEA é que apenas três setores contribuíram positivamente para variação do emprego formal no mercado de trabalho brasileiro, quais sejam: o setor de serviços domésticos (5,1%), o setor de alimentação (3,2%) e o setor de atenção a saúde humana (0,9%).

Ainda com base na pesquisa do IPEA, os setores que mais contribuíram com a taxa de desligamentos foram: comércio, agricultura, pecuária, caça, construção e incorporação de edifícios, serviços e o setor de educação no âmbito privado.

A dinâmica desfavorável do emprego observada no país em 2015 que gerou alta taxa de desligamentos e diminuição nas contratações expõe um quadro diverso, ou seja, as formas pelas quais os setores estão se ajustando ao atual momento no mercado de trabalho são bastante diferenciadas, de maneira que, as políticas setoriais e de incentivo a volta do crescimento da taxa de emprego formal devem ser bastante específicas, o que até o momento não se verifica nenhuma política pública mais efetiva voltada para o enfrentamento da crise que se instalou na estrutura do mercado de trabalho brasileiro.

Com a debilidade na esfera federal de políticas públicas mais efetivas de combate ao crescente desemprego, a “saída” para que o trabalhador sobreviva é individual, ou seja, é o micro empreendedorismo.

Neste sentido, cita-se a Lei Complementar nº 128/2008 do Microempreendedor Individual que tem o objetivo de incluir os trabalhadores autônomos e os proprietários de pequenos negócios, no processo de formalização através da contribuição para a Previdência Social, além de incentivar o trabalhador autônomo tomar empréstimos nos bancos públicos e privados parceiros do governo federal, ou seja, o trabalhador antes desempregado, agora microempreendedor e endividado com os bancos.

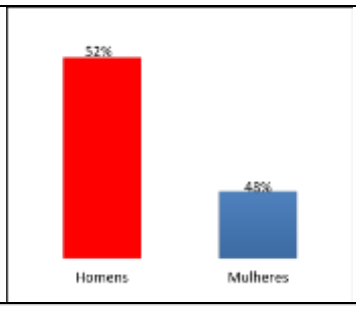
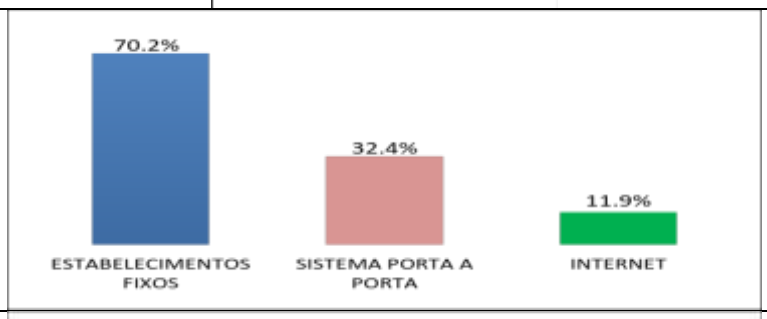
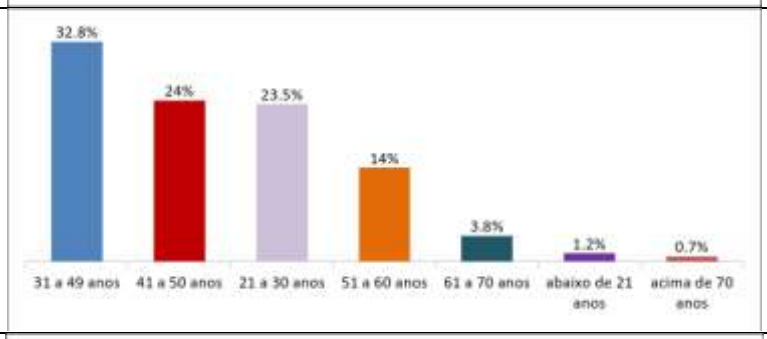
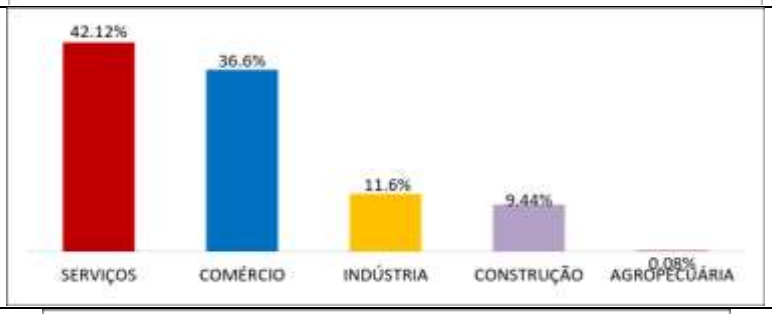
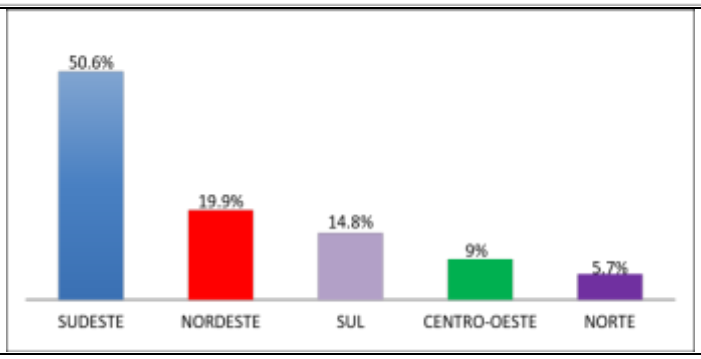
É importante ressaltar esta lei, no presente estudo, por que muitos dos trabalhadores do shopping populares aderiram a esta lei do governo federal. De acordo com as regras do MEI, o trabalhador só está enquadrado na lei se faturar até 60 mil reais por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Esta lei garante ao trabalhador o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, empréstimos e

emissão de notas fiscais, além dos benefícios previdenciários como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. Quanto a contribuição mensal é de 5% sobre o salário mínimo e o MEI pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo, ou seja, o piso da categoria.

Dados[2] do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atestam que 5 milhões de trabalhadores autônomos passaram a ser formalizados nos últimos seis anos. Alguns dados estatísticos são importantes para a compreensão do MEI, conforme estão presentes nos gráficos a seguir. No Nordeste às mulheres aderiam mais ao MEI do que os homens, sobretudo, no setor de serviços, nas atividades de cabelereiras e manicures. Quase a totalidade da mão-de-obra ocupada no trabalho autônomo encontra-se em plena fase economicamente ativa, ou seja, quase 80% estão entre 21 e 50 anos de idade. Particularmente, no que se refere ao setor do comércio, do percentual dos 36,6%, destaca-se o comércio varejista de artigos de vestuários e acessórios, com 10,5%. Este dado é importante porque boa parte dos trabalhadores dos shoppings populares não aderiu ao MEI como está demonstrado na pesquisa de campo deste estudo. Os trabalhadores do estado de São Paulo foram os que mais contribuíram com o MEI, com aproximadamente 1,3 milhões de pessoas formalizadas (25,14%), seguido pelo Rio de Janeiro com 63 mil trabalhadores (11,91%) e Minas Gerais com 550 mil trabalhadores formalizados (10,9%). Os estabelecimentos fixos referem-se aos pequenos comércios. O sistema porta a porta, refere-se às pessoas que trabalham, sobretudo, no ramo de cosméticos e perfumarias e na internet são as transações comerciais de trabalhadores individuais.

[2] Dados publicados pelo MTE em julho de 2015.

Estatísticas sobre trabalhadores autônomos

Sexo	
Local de trabalho	
Faixa etária	
Setor de atividade	
Contribuintes por região	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2015).

Ao relacionar o problema da informalidade e a inclusão dos trabalhadores a margem da proteção legal dos programas do MTE, estes não estão ao alcance das políticas tradicionais do emprego porque estes agem, sobretudo, sobre a oferta de

mão-de-obra do setor formal. No caso do MEI o processo do cadastro deve ser desburocratizado, visto que, é feito apenas pela internet.

Portanto, quanto a lei do microempreendedor individual, não foi totalmente absorvida pelo conjunto dos trabalhadores informais, pois quando da sua criação o objetivo era retirar da informalidade 11 milhões de brasileiros e quase dez anos após a sua publicação, foi atingido menos da metade da meta estabelecida, ou seja, cinco milhões de trabalhadores, lembrando que a quantidade de trabalhadores informais aumentou, consideravelmente, nos últimos três anos (2014, 2015 e 2016), o que demanda um conjunto de ações mais articuladas e operacionalizáveis, que atendam as demandas de milhões de trabalhadores informais, inclusive os dos shopping populares.

O capítulo seguinte trata da reorientação da política regional no Brasil e suas consequências na política urbana. Neste capítulo registra-se os efeitos dessas novas orientações para as cidades, o que explica, em parte, a expansão dos shoppings populares nas cidades pesquisadas.

5 A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA URBANA

5.1 A reorientação da política regional no Brasil

A partir dos anos 1990, a política baseada na busca da integração espacial da cedeu lugar para o desenvolvimento de espaços competitivos supostamente capazes de assegurar a inserção do país no mercado internacional. Estados e municípios mobilizaram esforços para atrair investimentos geradores de efeitos positivos sobre o crescimento econômico. Além dos gastos com infraestrutura, em muitos casos o poder público utilizou a renúncia fiscal para garantir a implantação de negócios. Em suma, [...] “ordem de buscar uma eficiência competitiva está aniquilando as possibilidades de atingirmos certa equidade social e regional” (CANO, 1998 apud OLIVEIRA, 2006).

Durante o regime militar, as agências regionais de desenvolvimento garantiram expressivos investimentos na periferia do país. De acordo com Oliveira (2006), o modelo *tecnoburocrata-militar* – a despeito das inquestionáveis restrições quanto aos métodos utilizados e a ausência de políticas distributivas – assegurou a implementação de políticas econômicas que favoreceram a integração nacional através da ampliação da matriz produtiva. Tendo o Estado como agente condutor e o planejamento como ferramenta (ainda que através de uma visão estritamente conservadora), alguns avanços foram obtidos na redução das disparidades regionais.

A ascensão do liberalismo, nos anos 1990, o planejamento e os esforços de integração nacional foram abandonados em favor do chamado mercado. Tendo em vista a necessidade crescente de captação de recursos em moeda estrangeira, as políticas de desenvolvimento regional foram substituídas por ações voltadas para a geração de *superávits* na balança comercial, que privilegiaram os espaços com potencial de inserção competitiva no mercado internacional.

A política do “pires na mão” que assegurava o pacto federativo definido entre as elites regionais e o governo federal foi comprometida (AFONSO, 1995). Os espaços com atividades voltadas para o mercado externo se valeram de suas *vantagens comparativas* na disputa pelos escassos recursos públicos, superando seus concorrentes. Essa priorização das áreas exportadoras não é novidade.

Desde os anos 1980, a política governamental de subsídios privilegiou o atendimento dos setores produtores de *commodities* agrícolas e minerais geradores de divisas estrangeiras. Tais ações contribuíram para o aprofundamento das especializações produtivas já existentes no país, particularmente no estado de São Paulo (PACHECO, 1998).

A retórica liberal forneceu a justificativa teórica para a intensificação das disputas entre os entes federados, que já eram acirradas em razão das dificuldades orçamentárias do setor público. A despeito dos avanços para a autonomia dos entes federados que foram obtidos com a Constituição de 1988, o relaxamento da concentração fiscal fortificou as finanças de estados e municípios, abrindo caminho para o acirramento das disputas pelos parcos investimentos dos tempos de crise através do oferecimento de benefícios fiscais e financeiros. Popularizou-se, então a expressão *Guerra Fiscal.*

Os teóricos do mercado disseminaram ideias como a inevitabilidade da globalização, o receituário do Consenso de Washington e a necessidade premente da modernização como requisito essencial para inserir o país de forma vantajosa no comércio internacional. O suposto protecionismo retrógrado e máquina pública corrupta deveriam ser substituídos pela eficiência, pela competitividade e pela agilidade do mercado. As cidades ou regiões que teimassem em não obedecer aos desígnios do mercado estariam fadadas ao fracasso e à marginalidade. A ordem era: ser eficiente e criar vantagens comparativas para competir no mercado globalizado sem fronteiras.

Os investimentos produtivos induzidos pelos efeitos positivos dos primeiros anos do Plano Real foram arduamente disputados por estados e municípios. Além das isenções fiscais, da doação de terrenos e de infraestrutura que eram oferecidos ao capital privado como estímulo para a atração de empreendimentos, muitas vezes os entes federados apresentavam como vantagem comparativa de suas áreas a disponibilidade de mão de obra farta e barata. O exemplo típico é o da transferência das indústrias produtoras de calçados da Região Sul para o Nordeste do país.

De acordo com Oliveira (2006), alguns espaços foram beneficiados com tais ações, porém o conjunto do país foi prejudicado com o leilão de cidades (ou de estados), evidenciando os problemas decorrentes da ausência de instrumentos de intermediação de interesses. A (relativa) estabilidade de preços alcançada nos anos 1990 permitiu algumas tentativas de retomada da prática do planejamento pelo

governo federal buscando gerar as condições necessárias para a articulação dos investimentos no país.

Os constantes ajustamentos de gastos e de investimentos não tinham permitido, até então, sua utilização como sinalizador das políticas governamentais, pois, na prática, o dispêndio público era efetivamente controlado pelas de liberações de *boca de caixa*, deturpando os princípios orientadores da Lei Orçamentária.

Os planos plurianuais (PPA), embora já estivessem previstos na Constituição de 1988, passaram a ser utilizados com ferramenta efetiva de planejamento na segunda metade dos anos 1990. Embalado no otimismo dos primeiros anos do Plano Real, o PPA proposto para o período 1996/1999 alcançou algum prestígio como referencial normativo da política pública que estava desgastado pela sucessão de planos macroeconômicos implantados desde o final da década anterior. Esse novo PPA, entretanto, também se diferenciava dos anteriores por incorporar investimentos a cargo do setor privado e por não explicitar metas regionalizadas dos dispêndios.

Para Galvão e Brandão (2003 apud OLIVEIRA, 2006), os eixos nacionais de integração e de desenvolvimento propostos no PPA foram inspirados na visão logística dos trabalhos de Eliezer Batista, que privilegiava investimentos em infraestrutura facilitadores do escoamento da produção de *commodities* minerais e agrícolas, embora a percepção identificasse a necessidade do país responder aos desafios da chamada globalização, da abertura econômica e de sua inserção competitiva na economia mundial.

Em suma, na visão dos planejadores da época, cumpria eliminar o custo Brasil que travava o crescimento das exportações brasileiras. Em outras palavras, a proposta dos eixos de integração sancionava a eficiência e a competição como marcos regulamentares da nova política pública nacional, abandonando os princípios de integração e de redução das desigualdades sócioespaciais.

Os defensores da integração competitiva entendiam que essas medidas seriam pré-requisitos para o crescimento econômico das áreas menos desenvolvidas e que gerariam rebatimentos positivos sobre as condições de vida da população local. Esse raciocínio sugere que a inserção internacional poderia funcionar como propulsor do crescimento econômico dessas áreas ao lado do mercado interno e, em especial, do Sudeste, que cumprem essa função desde a implantação da indústria pesada no Brasil, nos anos 1950 (ARAÚJO, 2000).

O conjunto de medidas proposto pelo PPA priorizou a acessibilidade de focos dinâmicos e o escoamento da produção de regiões específicas fazendo clara opção pela ligação desses espaços ao mercado externo. No entanto, tais políticas contribuíram para o aprofundamento das especializações criadas nos 1970 e para a reconcentração dos segmentos dinâmicos nas regiões ricas do país (CANO, 1998).

A reorientação da política regional no Brasil a partir dos anos de 1990, contribuiu para os novos parâmetros da política urbana do país como será visto no item seguinte.

5.2 Os novos parâmetros da política urbana no Brasil

Desse contexto também emergem os *modelos* de gestão urbana que prometem garantir lugar privilegiado para os municípios na nova ordem econômica mundial.

Para Castells e Borja (1997), a cidade, como uma empresa, deve buscar o seu *nicho de mercado* e estabelecer seu *foco de atuação,* para, então, determinar os equipamentos (urbanos) e a estratégia de marketing que ajudarão a *vender* as vantagens que atrairão o capital privado. Mais do que qualificar e integrar o território às novas exigências impostas pela globalização, as intervenções urbanas deveriam proporcionar uma imagem de modernidade ao território.

O gestor público deverá direcionar seus esforços no sentido de integrar as *ações pontuais* com o planejamento de maior abrangência de modo a constituir um *Projeto de Cidade e* estabelecer *"uma relación vinculante entre el Proyecto Global (más o menos explícito, pero que sea muy asumido por el liderazgo político y cuente com apoyo social) y las actuaciones físicas, debidamente programadas e financiadas"* (CASTELLS & BORJA, 1997, p. 221).

Para Oliveira (2005), os gestores pró-mercado defendem que as cidades devem identificar, intensificar e divulgar suas *vocações* para que possam integrar-se favoravelmente ao novo ambiente econômico. As estratégias vão desde a auto-titulação de qualitativos que enobrecem alguma característica econômica do município, passando pelo oferecimento de benefícios fiscais e financeiros até a disputa pelo direito de sediar eventos culturais e esportivos de grande visibilidade.

Os esforços de venda da cidade e de construção de imagens incluem uma variedade de gastos com infraestrutura cultural, que vai desde a implementação das

tradicionais feiras agropecuárias dos pequenos municípios até as tentativas de construção de museus *de grife,* como o *Gugenhein,* no Rio de Janeiro.

É interessante notar que algumas políticas urbanas são implantadas com o apoio expressivo da população, mesmo quando seus benefícios não são diretamente apropriados pelo conjunto da cidade. A possibilidade de geração de oportunidades de trabalho figura entre os argumentos mais convincentes que ajudam a justificar tais políticas. Isso revela o importante papel ocupado pelo *simbolismo* e pelo *marketing* envolvido nessas operações urbanas (OLIVEIRA, 2005).

Moura & Sánchez (1999 apud OLIVEIRA, 2005) mostraram como cidades produziram campanhas de marketing vendendo a ideia de que cidades completamente diferentes poderiam adaptar políticas urbanas recomendadas pelos organismos internacionais, as chamadas *best practices*. O esforço de reafirmação da cidade como modelo implicaria, assim, na renovação permanente de sua imagem, mesmo à custa do abandono de preceitos que vigoraram no passado.

> [Em Curitiba] o fundamento ecológico da ação planejadora foi questionado; entretanto, quando das audiências públicas sobre o impacto ambiental dos novos distritos industriais destinados ao parque automotivo [...] a "atualização da legislação" que viabilizou essa atividade, transgredindo a disciplina ambiental, foi justificada mediante a perspectiva da oferta de empregos, também questionável dado o tipo de tecnologia empregado. (MOURA & SÁNCHEZ, 1999, p.103)

Transformadas em sujeitos econômicos, as cidades passam a ser regidas pelos mesmos princípios de racionalidade e de eficiência que usualmente são atribuídos aos indivíduos nas teorias de inspiração liberal. Ou seja, o destino da cidade, quer dizer, de seus habitantes, dependeria da habilidade dos administradores públicos no sentido de qualificá-la (a cidade) para os desafios impostos no contexto econômico.

A transposição da cidade em agente econômico coloca a competição como parâmetro de sobrevivência para as cidades. Portanto, as cidades devem ser pautadas pela racionalidade e eficiência que estão presentes na órbita empresarial se quiserem alcançar seus objetivos. No entanto, o acolhimento das recomendações propostas nos planejamentos estratégicos pode implicar na transferência de parte dos recursos produzida na cidade (pelo conjunto da sociedade) para segmentos específicos do capital privado.

> [...] ao seguirem os ensinamentos e diretrizes dos consultores catalães e generalizarem a oferta das infraestruturas e serviços necessários à implantação de corporações transnacionais, as cidades estariam, simultaneamente: a) barateando, pela concorrência, os custos desses serviços para os seus "consumidores"; b) aumentando a velocidade de circulação e a fluidez, isto é, a liberdade de escolha e margem de manobra dos consumidores de localização uma que estes teriam à disposição um número cada vez maior de cidades com atributos locacionais indispensáveis (VAINER, 2000 apud OLIVEIRA, 2005).

Para atender a necessidade de criação de novas formas de reprodução do capital, em meio a um quadro de crise e escassez de investimentos públicos, a renovação de espaços urbanos se transformou em uma importante peça do mosaico de medidas recomendadas pelos gestores urbanos inspirados na economia de mercado.

Assim, para atrair os investimentos privados, que para os gestores pró-mercado iria retirar as cidades da crise recolocando-as em posição vantajosa na economia mundial, seria preciso abrir caminho para a renovação de espaços urbanos degradados (OLIVEIRA, 2005). Para seus defensores, os impactos sobre o nível de emprego seriam imediatos e incontestáveis. Nas fases iniciais, o emprego seria acionado pelas atividades de construção civil e, posteriormente, a atração de serviços especializados traria consigo mão de obra qualificada com elevado nível de renda, de forma a reforçar o rendimento disponível para o consumo e, por consequência, o emprego.

De acordo com Oliveira (2005), a consagração da competição e da eficiência como vetores dos novos valores que orientaram, tanto a gestão urbana como a política de mercado de trabalho, os pensadores pró-mercado foram capazes de construir uma narrativa que associava, diretamente, a renovação dos espaços urbanos às novas diretrizes das políticas do mercado de trabalho.

Pelo lado da geração de empregos, esses teóricos defendiam que a globalização e as inovações tecnológicas levariam as empresas a novo patamar de competição onde o ajustamento permanente (ou flexibilidade) se tornou a chave para a sobrevivência no mercado.

Consequentemente, a manutenção do emprego dependeria, igualmente, da capacidade de ajustamento dos indivíduos aos novos requisitos do mercado. Daí a importância das estratégias de qualificação e empreendedorismo. Pelo lado da

empresa, como mencionado, a cidade transformada em sujeito precisa construir vantagens comparativas capazes de atrair o investimento privado.

A construção das vantagens comparativas dependerá de desembolso de recursos públicos, da flexibilização de legislação urbana para não inibir investimentos e da oferta de incentivos fiscais. A conjunção entre as novas práticas da gestão urbana e mercado de trabalho, no quadro a seguir:

QUADRO 18 - CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO URBANA E MERCADO DE TRABALHO

	Mercado de Trabalho	**Gestão Urbana/ Desenvolvimento Local**
Origem da crise	A globalização resulta das mudanças no capitalismo que levaram ao acirramento da concorrência	
Problemas surgidos	Elevação do desemprego, redução do assalariamento com carteira assinada e ampliação dos segmentos não formalizados	Declínio do crescimento econômico ou esvaziamento econômico com o fechamento de unidades de negócios, reduzindo a riqueza produzida e a arrecadação.
Diagnóstico	A elevação do desemprego resulta da incapacidade dos trabalhadores em adaptar-se aos novos condicionantes econômicos. A redução do salário é entendida como da tendência vinculada à nova organização do trabalho	O declínio da atividade econômica decorre da não inserção da cidade no novo paradigma técnico-econômico. Com isso, as unidades de negócios baseadas no paradigma anterior não são substituídas por outras engajadas no novo sistema econômico mundial.
Propostas	Deve-se investir em formação e em requalificação para que os trabalhadores possam responder aos desafios impostos pelo novo ambiente econômico. A flexibilização recoloca os salários em equilíbrio eliminando a rigidez dos modelos ultrapassados (fordista /taylorista). Os salários devem acompanhar a produtividade.	É preciso investir na renovação e na revitalização dos espaços urbanos através de projetos recuperem as centralidades degradadas ou criem novas. Deve-se privilegiar a acessibilidade e a mobilidade intra-urbana, harmonizando o Projeto da Cidade às intervenções físicas em espaços específicos do tecido urbano.
Expectativas	Diminuição do desemprego friccional. O aumento na qualificação do trabalho eleva os níveis produtividade, gerando efeitos positivos sobre o nível de rendimentos. A flexibilização da legislação trabalhista, facilitando os ajustes de mão de obra à variação da produção, incentiva a formalização do trabalho.	Os investimentos em renovação e revitalização urbana atraem empreendimentos vinculados ao novo paradigma técnico-econômico, elevando a riqueza, as oportunidades de trabalho e a capacidade de investimento do setor público. Além de reposicionar a cidade na economia mundial.
Críticas	Transfere a responsabilidade do desemprego para o desempregado, substituindo as políticas de abrangência macroeconômica por ações restritas ao mercado de trabalho. A flexibilização da legislação trabalhista, num quadro de fragilidade do movimento sindical e de redução da demanda por trabalho, reduz as possibilidades de barganha dos trabalhadores.	Crescimento econômico não é sinônimo de inclusão social. A ausência do Estado na mediação dos conflitos urbanos diminui as possibilidades de integração dos grupos menos favorecidos. Os mecanismos de mercado não atendem a esse fim.
Consequências (os críticos)	Aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho	Aumento da pobreza e da desigualdade social e espacial.

Fonte: Oliveira (2005)

O clima *modernizante* pautado por palavras de ordem como *eficiência* e *competitividade* presentes na política macroeconômica rapidamente se espalhou para outros domínios da atuação governamental. A redução das disponibilidades orçamentárias decorrente da queda da arrecadação e das disputas federativas incentivaram os governos locais a adotar medidas isoladas e, na maioria das vezes sem coordenação, na busca por soluções imediatas para os problemas crônicos da população. A disseminação dos novos valores associados às virtudes do mercado alcançaram diferentes quadrantes da política governamental, a saber, as políticas de desenvolvimento regional, as políticas de gestão urbana e, naturalmente, as ações voltadas para a geração de emprego e renda.

É neste contexto, portanto, que são construídos os alicerces dos shoppings populares. Em outras palavras, num ambiente onde de um lado o espaço urbano é inundado por comerciantes ambulantes em busca de sobrevivência e, de outro lado, o capital inaugura novas formas de reprodução por meio da renovação dos espaços urbanos, o choque de interesses ou, em certa medida, a comunhão de interesses seria inevitável. Assim, a construção de shoppings populares passa a ser incorporado no "cardápio" da gestão urbana como estratégia de crescimento econômico e, sobretudo, como política "social" de geração de emprego e renda.

Neste processo de conexão entre cidade-trabalho-informalidade, qual é o verdadeiro papel da legislação urbana no que se refere aos trabalhadores informais urbanos? A legislação urbana confere legalidade às ações urbanas através de importantes instrumentos jurídicos como o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, pois estes instrumentos contemplam a regulação de espaços públicos nas cidades e tem o dever legal de organizar e integrar os grupos de trabalhadores menos favorecidos.

Importante registrar que a Carta Mundial pelo Direito à Cidade[1] à qual o Brasil é signatário desde 2005, dispõe em seu artigo 15 que:

> As cidades se comprometem a promover a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas com pouca renda ou desempregadas, evitando a eliminação e disposição de espaços para o exercício de políticas adequadas para sua incorporação na economia urbana.

Neste sentido, deve haver uma convergência entre pessoas (mercado de trabalho) e lugares (gestão urbana). Para Souza (2004, p. 47): "o termo gestão traz,

[1] Ver Carta Mundial pelo Direito à Cidade.

para alguns observadores, a conotação de um controle mais democrático, operando com base em acordo e consenso, em contraposição ao planejamento, que seria mais tecnocrático”.

Para Silva e Passos (2006) alguns marcos jurídicos são importantes no processo de construção desses espaços públicos, quais sejam: Estatuto da Cidade e Plano Diretor Municipal. Este último deve contemplar a participação dos trabalhadores locais, como os pequenos comerciantes, artesãos, agricultores e os trabalhadores autônomos.

Portanto, o Estatuto da Cidade, lei federal que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, deve ser executado a rigor por todos os municípios e é esta lei que institui que a cidade cumpre sua função social quando se torna acessível para todos os seus cidadãos. Em outras palavras, os bens e equipamentos urbanos (saúde, educação, habitação, saneamento, lazer, emprego e renda) devem ser usufruídos por todos, independentemente da condição social de qualquer cidadão.

Para Silva e Passos (2006) a busca por novas alternativas e oportunidades que gerem trabalho e renda, fortalecendo as atividades econômicas locais ou regionais através dos seus potenciais econômicos é um caminho viável, para tanto, os municípios precisam criar a ambiência adequada para esses potenciais econômicos se consolidarem através da concessão de áreas públicas para pequenos negócios com a presença de instituições que possam formalizar os trabalhadores autônomos presentes nestes espaços.

A criação de shoppings populares é um caminho viável para o processo de formalização dos trabalhadores de rua, bem como, estimula a organização do espaço urbano como será visto no capítulo seguinte, onde está registrado os resultados da pesquisa de campo.

6 AS EXPERIÊNCIAS DE SHOPPING POPULAR NO NORDESTE

De acordo com a experiência brasileira, é possível admitir que a quebra do padrão de crescimento ocorrido, a partir dos anos 1980, agravou a situação dos trabalhadores na base da pirâmide social, ou seja, aqueles que foram inseridos no mercado de trabalho de forma vulnerável e irregular. Sem a capacidade de acumular reservas para enfrentar os períodos de “vacas magras”, estes trabalhadores ocuparam (com mais intensidade) o espaço urbano como estratégia de sobrevivência. Embora o comércio de rua praticado pela população de baixa renda esteja presente há muito na história brasileira, o ciclo de instabilidade econômica, inaugurado no final do século XX, intensificou o desemprego e transformou o espaço urbano em palco para novos confrontos e experimentações de gestão, como será demonstrado a seguir.

6.1 Dos camelódromos aos shoppings populares

Nos grandes centros urbanos, o aumento da aglomeração de vendedores ambulantes nos principais eixos comerciais levou os governos municipais a buscarem soluções para atender às pressões oriundas do capital formalizado, ou seja, das firmas comerciais formalmente estabelecidas, bem como dos extratos da população com renda média e alta. Inicialmente, os arranjos se deram em torno do que ficaria conhecido como “camelódromos”.

No Brasil, os espaços pioneiros dedicados ao comércio direcionado para as famílias de baixa renda ficaram conhecidos como camelódromos. Como mencionado antes, eles surgiram como alternativa de sobrevivência para os milhões de desempregados da época, no entanto, o comércio ambulante realizado em vias públicas está presente no Brasil desde o tempo do Império, bem como, em outros países subdesenvolvidos, que vem servindo de amortecedor para minimizar os efeitos deletérios da desigualdade de renda e a heterogeneidade do mercado de trabalho. Os camelódromos surgem mais como estratégia de segregação espacial e resolução de conflitos urbanos do que como ferramenta de geração de empregos.

Camelódromo é o nome usado para qualificar o espaço urbano onde se concentram diversos vendedores ambulantes (camelôs), que em geral vendem

mercadorias ilegais, sem nota fiscal e com total ausência de tributação. Boa parte dessas mercadorias atravessam as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai.

Um dos motivos para a criação dos camelódromos foi a retirada dos vendedores ambulantes dos locais de grande movimentação de pedestres, desobstrução das vias públicas, como ruas e calçadas e das praças, além de resolver o eterno conflito entre ambulantes e os donos das lojas.

Segundo Moreira (2007) os primeiros camelódromos surgiram no Rio de Janeiro nos anos de 1980, em um momento de crise econômica aguda e depreciação do centro da cidade, onde eclodiu neste período uma série de conflitos entre a prefeitura municipal e os ambulantes. A alternativa para minimizar tais conflitos foi à concentração desses trabalhadores ambulantes em espaços determinados pelo governo municipal.

Portanto, no ano de 1984 foi criado através do Decreto n.º 4.615/84, os Centros de Comércio Popular, com o objetivo de acomodar o comércio ambulante que saturava as áreas da Central do Brasil e da Rua Uruguaiana. Em seguida outros locais no centro foram escolhidos para abrigar os trabalhadores informais. Moreira (2007) registra que a partir desta experiência no Rio de Janeiro, outras cidades aderiram a esta proposta gestada na cidade carioca, ou seja, de concentrar os ambulantes em espaços públicos criados pelas prefeituras.

No entanto, o problema de ausência de obras de infraestrutura nestes espaços foi enfrentado pelos ambulantes no Rio de Janeiro e por outros camelódromos espalhados pelo país, pois não bastava apenas a escolha do local, mas também oferecer a estes trabalhadores condições dignas de trabalho, porque até então estes trabalhadores ficavam concentrados nestes espaços públicos cobertos apenas com lona, como mostra as figuras abaixo.

Camelódromos no Brasil

Aparecida/SP	Porto Alegre/RS	Presidente Prudente/SP
Fonte: https://pt.wikipedia. org/ wiki/Camelodromo>	**Fonte**: <http://www. culturamix. com/>	**Fonte**: http://agenciadenoticiasuniesp. blogspot.com.br/>

Ainda que não se possa definir os shoppings populares como uma evolução lógica e direta dos camelódromos, no sentido de um avanço ou aprimoramento endógeno de uma forma de organização específica, os primeiros shoppings populares no Brasil passaram a ocupar papel importante nas estratégias de reorganização dos espaços urbanos, principalmente a partir dos anos 1990.

Alguns desses espaços de comércio popular seriam substituídos pelos shoppings populares. No entanto, ainda que esses modelos de organização possam apresentar diferenças relevantes em relação à estrutura física, entre outros aspectos, o tipo de mercadoria comercializada nos camelódromos e nos shoppings populares pouco difere.

É importante ter em mente que, a despeito das semelhanças que aproximam os shoppings populares dos camelódromos, não é possível considerar o primeiro como uma evolução direta e endógena do segundo, pois estas formas de organização carregam condicionantes institucionais distintos. Por exemplo, enquanto os camelódromos surgiram de forma quase espontânea em diferentes cidades a partir de pressões sociais e a organização dos trabalhadores, os shoppings populares resultam da iniciativa do poder público em planejar e disciplinar o espaço urbano.

Outra diferença marcante entre os camelódromos e os shoppings populares é a estrutura de financiamento. No caso da construção dos shoppings populares pelas prefeituras, os trabalhadores financiam seus boxes juntos aos bancos. O papel das prefeituras é a doação do terreno e o cadastro dos trabalhadores que serão abrigados nesses espaços.

Finalmente, vale mencionar um aspecto ligado a ideia de shopping popular. Trata-se, pois, do uso da designação “shopping”. Afinal de contas, porque não usar o título “centro de compras popular”? Qual a simbologia presente no abandono da identificação camelódromo em favor da expressão “shopping popular”? Embora seja possível associar shopping popular com o shopping convencional, ou seja, o chamado shopping center, o shopping popular pode ser entendido como uma versão do shopping center voltada para a população de baixa renda? Ou shopping popular carrega atributos próprios?

Em primeiro lugar, cumpre fazer um breve resgate do nascimento dos shopping centers. Para Bienenstein (2009), o shopping center nasceu do ajustamento do padrão de consumo às mudanças no padrão de acumulação

capitalista. Em termos históricos, o processo de sub-urbanização nos EUA abriu caminho para surgimento de estabelecimentos especializados, inicialmente, lojas de departamentos e supermercados.

Dessa forma, as necessidades do processo de acumulação moldaram não apenas o espaço urbano, mas, igualmente, os hábitos e valores dos consumidores, num processo auto-alimentado pela expansão da renda disponível para o consumo, pelo menos nos EUA.

Segundo Bienenstein (2009), o capital encontrou novas formas de reprodução, a saber: (i) na própria construção do shopping center, cuja mais-valia é obtida nas atividades da Construção Civil; (ii) na valorização da terra, fruto da concentração de investimentos públicos e privados num ponto específico da cidade e; (iii) nas atividades comerciais realizadas no shopping e mesmo nos serviços de administração do próprio equipamento. Enfim, nas palavras do autor:

> Desse modo, a produção do *S.C.* [S.C. = Shopping Center]***,*** a partir de uma necessidade histórico-concreta posta pelo capital enquanto relação social, além de criar o objeto *(S.C.)* em si, determina um novo tipo de consumidor, através da criação de novos modos de consumir. Nesse ambiente, o "novo" consumidor é totalmente imerso na lógica do capitalismo atual do super-consumo, que imprime um novo significado de coletividade, de socialização, agora forjadas pela intensa mercantilização e estetização. O lugar, a estrutura e a dimensão de uma importante parcela do comércio das cidades reconfiguram-se radicalmente a partir da inserção dos ***S.C(s).*** Sua natureza — agregadora de atividades, aliado ao seu porte e sua escala de aglutinação de diversos ramos do comércio e de serviços, tem transformado sobremaneira distintas parcelas do tecido e da vida urbana. Nesse sentido, a cidade já não se apresenta mais como cenário do encontro, da convivência. Sob os auspícios da lógica do superconsumo, seus espaços públicos — ruas, praças — são agora reinventados, privatizados. De um lado, a territorialidade dos vendedores ambulantes e os dos camelôs que engendram a face mais "popular" desse universo e, de outro, os ***S.C(s),*** que materializam sua versão mais requintada e, de certa maneira, excludente (BIENENSTEIN, 2009, p. 9).

Assim, o shopping center não é apenas o resultado da racionalização do processo de consumo, materializado num ambiente hermético dotado de segurança, conforto (inclusive ambiental) e praticidade. Trata-se de mover a roda da acumulação por meio da transmutação do ato genérico de consumir num conjunto de novos valores que agrega diferentes significados.

Padilha (2009) entende os shopping centers como ícones de uma sociedade na qual o consumo e o "lazer-mercadoria" são valorizados, deteriorando a identidade social do indivíduos. Assim, a sociedade de consumo (na qual shopping centers são

apenas uma das ferramentas) produz valores e símbolos que determinam as normas de conduta de parcela expressiva da sociedade.

Em suma, a ideia de shopping popular não deve ser entendida como uma mera aglomeração de produtores e vendedores de mercadorias destinadas a famílias de baixa renda. Em outras palavras: uma simples evolução dos camelódromos em direção a ambientes mais organizados, higiênicos e formais. Em primeiro lugar porque o shopping popular é instrumento de um processo mais amplo de reprodução capitalista, que pode assumir diferentes configurações e envolver múltiplos conflitos. Mais precisamente: a configuração do shopping popular dependerá, entre outros elementos, das relações estabelecidas com o Estado, seja no tange à forma de absorção da força de trabalho seja quanto a configuração desses espaços na malha urbana.

Assim, a expansão do comércio de rua e, particularmente, dos shoppings populares está relacionada às estratégias de ajustamento da força de trabalho disponível. Portanto, o ponto de partida para um entendimento pleno da natureza dos shoppings populares deve, necessariamente, envolver a discussão da dinâmica da força de trabalho e desta com o processo de acumulação capitalista.

Para Matsuo (2009), o trabalhador ambulante, que vive nas ruas, está sujeito com mais frequência à violência, homicídios, acidentes de trânsito e os atropelamentos. Quando o ambulante é colocado em espaços públicos determinados pelo poder estatal, muitas vezes, o problema da precariedade permanece, pois a principal questão, neste caso, não é o lugar onde realiza o trabalho, mas sim como ele é realizado.

De acordo com a pesquisa realizada no ano de 2008, pela Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, somente a cidade de São Paulo concentra cerca de cinquenta estabelecimentos, que movimentam em torno de 300 milhões de reais por ano e empregam mais de oito mil trabalhadores. Estes espaços são diferentes dos comércios populares do Saara (Rio de Janeiro) e da 25 de Março (São Paulo), porque nestes últimos, os camelôs e ambulantes compartilham o leito urbano com estabelecimentos comerciais formais. No caso do shopping popular, os trabalhadores estão abrigados em espaços que foram construídos para eles.

Importante registrar que os shoppings populares são espaços públicos formais, construídos pelas prefeituras, via financiamento de bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, entre outros), parcerias

públicas e privadas ou iniciativas privadas. Embora os shoppings também possam ser construídos pela iniciativa privada. De acordo com a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping, atualmente, o aluguel de um box num shopping popular privado na cidade em São Paulo pode alcançar a soma de R$ 1.000,00. Seguem alguns exemplos pelo Brasil.

FEIRA DOS IMPORTADOS **Brasília/DF**	
Em meados de 1997, formou-se uma feira popular em área do Estádio de Futebol Mané Garrincha, no Eixo Monumental de Brasília, cujo objetivo principal da feira era a venda de produtos eletro-eletrônicos. Esta feira ficou conhecida como a Feira do Paraguai. O Governo do Distrito Federal iniciou, ainda neste mesmo ano de 1997, a remoção da referida Feira do Paraguai para uma área da CEASA/DF[1] de aproximadamente 70.000 m^2. Os trabalhadores da Feira do Paraguai foram agregados a outros oriundos das Feiras do CONIC, do Trabalhador e do Guará e a partir de então a feira passou a se chamar Feira dos Importados. Atualmente a Feira dos Importados possui 1990 boxes e 96 quiosques, ocupados por 1758 permissionários que comercializam produtos nacionais e importados.	

SHOPPING POPULAR DA BOA VISTA **Recife/PE**	
Está em fase de construção, importante shopping popular no centro[2] do Recife entre a Rua do Riachuelo com a Rua da Saudade. Este é um projeto da Prefeitura Municipal de reordenamento do comércio informal no Centro do Recife. Estima-se que 70 ambulantes do entorno serão realocados na área do shopping popular, onde estes já praticavam o comércio informal. No entanto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI) a quantidade de boxes é insuficiente para a quantidade de trabalhadores ambulantes que trabalham na região. Neste sentido, para atender a pauta de reivindicações dos trabalhadores informais do centro da cidade, outro shopping será feito entre a Rua Sete de Setembro e a Rua da Saudade e este será bem maior, com aproximadamente mil metros quadrados.	

[1] Alguns trabalhadores ficaram insatisfeitos a época com a transferência por causa da localização distante do shopping popular.

[2] Os shoppings populares nos centros das cidades resolvem alguns problemas urbanos, como por exemplo, a questão da mobilidade de pedestres e carros, a revitalização do centro da cidade, bem como, a organização dos ambientes em espaços onde antes já negociavam.

SHOPPING POPULAR DE CUIABÁ	
Foi inaugurado em 2015 o novo shopping popular de Cuiabá. Neste caso de Cuiabá, foi feito uma parceria entre a Prefeitura da Cidade e a Associação dos Camelôs do Shopping Popular, em que o poder público municipal deu concessão durante trinta anos de terreno público com área total de 10 mil metros quadrados para construção do novo shopping popular. As parcerias entre o poder público e os trabalhadores informais na construção dos shoppings populares são diferentes em cada cidade. Em alguns exemplos a prefeitura doa o terreno e os trabalhadores financiam os boxes junto aos bancos públicos, em outros exemplos, a contrapartida por parte dos trabalhadores é pouca em relação ao empreendimento. Neste exemplo, a própria associação faz o cadastro dos trabalhadores, bem como, bancou uma parte do projeto e da obra. Para os trabalhadores do novo shopping popular, estes são "ex-vendedores ambulantes e hoje são empreendedores". Para os membros da Associação a organização e o fortalecimento dos trabalhadores foram fundamentais para a construção do novo espaço de trabalho.	

Importante observar que no sistema capitalista lucra de qualquer maneira, seja com o consumidor mais rico, que é aquele que compra nos shoppings mais tradicionais da cidade, seja com o consumidor com um poder aquisitivo mais baixo, que são os que compram nos shoppings populares, ninguém escapa dessa teia da circulação da mercadoria.

Ademais os trabalhadores dos shoppings populares do Brasil fazem parte de forma direta da globalização, visto que, eles importam produtos, ideias e serviços vendidos no mundo inteiro, sobretudo da China, que vende seus produtos abaixo do preço de mercado e também porque segundo eles mesmos dizem *"nós vendemos o que está na moda no mundo afora".* Ou seja, a globalização produz o desemprego e alimenta a informalidade, ao mesmo tempo em que, "os informais" através de mecanismos da própria globalização, criam espaços de cumplicidade e de ambiguidades recíprocos. No item seguinte estão registrados o custo sobre o contrabando no Brasil e o fornecimento de produtos para os shoppings populares.

6.2 Informalidade e contrabando no Brasil: entre o custo social e o custo tributário

Um dos aspectos mais interessantes na discussão dos shoppings populares é a ideia de "espaços cinzentos" como equipamentos urbanos. Embora os shoppings

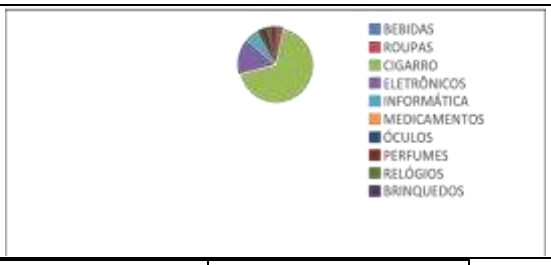
populares possam ser entendidos, dentro de certos limites, como resultado do esforço do poder público no sentido de “dar ordem”, ou seja, regularizar, regulamentar, enfim, dar transparência e revestir de legalidade um conjunto de atividades que são realizadas no espaço urbano, nem sempre os resultados obtidos estão equilibrados com os objetivos propostos. Em outras palavras, a ênfase nessas ações parece repousar mais sobre “livrar” as ruas dos camelôs. Assim, embora abrigados num espaço formalmente constituído, muitos trabalhadores ainda atuam sem proteção da legislação trabalhista, da mesma forma que atividades ilícitas, sobretudo aquelas ligadas ao contrabando.

Os dados apresentados neste item da presente tese baseiam-se no estudo[3] sobre contrabando no Brasil publicado em março de 2015 pela Receita Federal e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

Dada a complexidade do tema e da diversidade dos atores diretos e indiretos envolvidos na prática do contrabando, este estudo parte de uma análise multidisciplinar, pois envolve, entre outras questões, a legislação penal e tributária brasileira, além de aspectos sociais e de direitos humanos.

A presente pesquisa identificou na principal rota do contrabando nacional que fica entre o Paraguai e o Brasil os dez produtos mais contrabandeados, gerando prejuízo para os cofres públicos de 115 bilhões só no ano de 2015. Segue gráfico explicativo do percentual[4] de contrabandos dos 10 produtos que entra no Brasil pela fronteira com o Paraguai.

OS 10 PRODUTOS MAIS CONTRABANDEADOS NO BRASIL



BEBIDAS	0,35%	MEDICAMENTOS	0,85%
ROUPAS	3,03%	ÓCULOS	1,50%
CIGARRO	67,44%	PERFUMES	2,45%
ELETRÔNICOS	15,42%	RELÓGIOS	2,03%
INFORMÁTICA	5,04%	BRINQUEDOS	1,89%

Fonte: Receita Federal e IDESF/2015

[3] Outro importante estudo também pesquisado neste trabalho é o da Associação Brasileira de Combate a Falsificação (ABCF)

[4] Estes percentuais foram distribuídos pela IDESF com base nos dados da Receita Federal do ano de 2015.

Para o IDESF a alta carga tributária sobre os produtos nacionais favorece o problema do contrabando no Brasil, gerando um forte impacto na economia do país, como demonstra o quadro a seguir.

QUADRO 19 - AS 10 MERCADORIAS MAIS CONTRABANDEADAS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA DO BRASIL

Tipos de mercadoria	Preço médio Paraguai	Preço Médio Brasil	Custo do contrabando %	Lucro mínimo %	Lucro máximo%
Cigarros	R$ 0,70	R$ 2,40	22,24%	179,68%	231,15%
Eletrônicos	R$ 990,36	R$ 1.223,50	21,24 %	1,90%	19,66%
Informática	R$ 556,04	R$ 650,63	22,24%	- 4,28%	13,34%
Roupas	R$ 12,08	R$ 21,50	19,24 %	49,23%	72,36%
Perfumes	R$ 94,88	R$ 197,00	21,24 %	71,72%	101,12%
Relógios	R$ 10,80	R$ 22,50	19,24 %	74,72%	101,80%
Brinquedos	R$ 15,34	R$ 67,00	19,24%	266,39%	323,17%
Óculos	R$ 40,50	R$ 144,83	19,24%	199.90%	246,38%
Medicamentos	R$ 19,09	R$ 197,44	24,24%	732,51%	901,85%
Bebidas	R$ 32,59	R$ 61,39	20,24%	56,67%	82,46%

Fonte: RECEITA FEDERAL E IDESF (2015).

Considerando os dez produtos mais apreendidos pela Receita Federal, o IDESF construiu este quadro que define a rentabilidade mínima e máxima de cada produto contrabandeado, bem como, os custos do contrabando de cada uma dessas mercadorias.

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro entregou ao Governo Federal em março de 2016, documentos que apontam o aumento significativo do contrabando identificando os quatros principais fatores, quais sejam: aumento de impostos; abandono das fronteiras; ineficiência no combate de produtos ilegais e ausência de leis mais severas de combate ao contrabando, pois apesar da previsão legal no Código Penal Brasileiro sobre os Crimes de Contrabando e Descaminho (artigos 334 e 334-A), o crime para muitos compensa por causa da pequena pena de 1 a 4 anos de reclusão.

De acordo com dados do relatório anual do Ministério Público Federal sobre contrabando no Brasil, apenas entre 5% e 10% das mercadorias de contrabando que entram no país são apreendidas. A fiscalização é feita por amostragem na fronteira entre o Brasil e o Paraguai através da Ponte Internacional da Amizade em Foz do Iguaçu, o que permite facilmente a entrada dos dez produtos já mencionados, além do contrabando de armas e drogas.

Outra importante questão levantada neste estudo é o problema da exploração do trabalho humano, consequência direta da prática ilegal do crime de contrabando.

Os chefes do contrabando lucram em cima do trabalho perigoso e informal das pessoas envolvidas na prática do ilícito, visto que, estes trabalhadores arriscam suas vidas e trabalham muitas horas por dia em condições desumanas. Os trabalhadores envolvidos no contrabando são classificados em: carregadores, olheiros, barqueiros, laranjas, compradores, motoristas, ajudantes de depósitos, entre outros.

Estima-se de acordo com o relatório retro mencionado que aproximadamente quinze mil pessoas estejam envolvidas diretamente com o contrabando apenas na Região de Foz do Iguaçu. A média salarial mensal recebida por estes trabalhadores informais é de R$ 985,00. Este valor é baixo se consideradas as condições sub-humanas de trabalho e o alto risco da atividade. O lucro da atividade ilícita se concentra no percentual de 2% dessa população ilegalmente ativa.

Importante observar que a cidade de São Paulo,[5] mais especificamente as localidades do Brás, Santa Efigênia e o comércio da Rua 25 de Março representam um dos maiores pontos de vendas e distribuição de contrabando no país.

No que toca o problema da informalidade e do contrabando neste trabalho em tela, é que os Shopping populares do Nordeste não vendem mais apenas as confecções produzidas na região do Polo de Confecções de Pernambuco, mas possuem uma diversidade de outros produtos (eletroeletrônicos, óculos, perfumes, entre outros) e são abastecidos pela rota: Paraguai – Brasil/Foz do Iguaçu – São Paulo (25 de Março) – Shopping Populares do Nordeste.

De acordo com a Receita Federal (2015), o custo final para os cofres públicos em termos de sonegação tributária sobre as principais mercadorias contrabandeadas no Brasil foi de 115 bilhões no ano de 2015 e de 84 bilhões em evasão de divisas também no mesmo ano.

Por fim, constata-se que a sonegação tributária no Brasil é a soma do aumento anual da carga tributária dos produtos mais a diminuição de fiscalização nas fronteiras. O contrabando é a manifestação de uma modalidade que acompanham outros crimes, quais sejam: tráfico humano, tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de carros e trabalho informal.

---

[5] O destino final das mercadorias contrabandeadas está a cidade de São Paulo, que concentra uma quantidade imensa de distribuidores (quem compra e recebe a carga). Em seguida a carga é repartida entre os milhares de pequenos distribuidores, que estocam as mercadorias em pequenos depósitos, que quase sempre são residências. E na sequência iniciam o processo de distribuição para venda no varejo, nas feiras, no comércio de rua e nos shoppings populares, até chegar ao consumidor final, que por sua vez, não imagina todo o percurso pelo qual os produtos percorrem.

6.3 A experiência dos shoppings populares na Paraíba

Pesquisa anterior realizada pela autora (CARNEIRO, 2012), focada na situação dos trabalhadores removidos para o Shopping Terceirão, em João Pessoa, demonstrou os conflitos e os desafios enfrentados pelos trabalhadores que ocupam esses espaços. O caso particular de João Pessoa é interessante porque os shopping populares na cidade foram construídos todos no centro da cidade (em um processo de revitalização do centro) e nos locais próximos onde os trabalhadores já praticavam o comércio de rua. Já na experiência de Campina Grande, outros elementos estão presentes no fenômeno, como está demonstrado neste estudo, nos dados da pesquisa de campo neste mesmo capítulo.

Para Carneiro (2012), o que atrai o consumidor para esses espaços são os preços dos produtos lá comercializados. Alguns motivos são pontuados por alguns consumidores dos shoppings populares: nem comerciantes, nem clientes “pagam” pelo luxo que está presente nos shoppings tradicionais (estacionamento, ar-condicionado, entre outros). Mas a questão central repousa no fato que boa parte dos produtos que abastecem esses espaços chega na forma de contrabando/pirataria/falsificação, burlando a fiscalização tributária, o que facilita o valor das mercadorias serem “mais baratos”, ou seja, os produtos são comercializados com valores abaixo dos produtos que são vendidos no mercado formal.

O tipo de comércio que de fato gera lucro nos shoppings populares são aqueles que comercializam os seguintes produtos: computadores portáteis e acessórios de informática, câmeras fotográficas, filmadoras, celulares, aparelhos de cd’s e dvd’s. Quanto às roupas, óculos, perfumes e tênis, estes produtos também geram um significativo lucro, pois são cópias similares das grandes marcas estrangeiras (CARNEIRO, 2012).

Observa-se, portanto, que há uma fluidez no ramo do comércio adotado, ou seja, o tipo de mercadoria vendida pelos trabalhadores / comerciantes é produzido de acordo com o que a sociedade elege como “moda”, sobretudo, a moda americana. Razão pela qual não é difícil perceber que nesse tipo de comércio prevalecem as “cópias” de produtos originais.

Registra-se, ainda, que os shoppings populares conseguem atrair consumidores, inclusive, consumidores de alto poder aquisitivo que vão em busca

dos produtos falsificados que possuem nomes de importantes marcas, como, por exemplo, os famosos óculos de sol "*Rayban*". Em conversa informal com a dona do box que vende este tipo de óculos, esta revelou que muitos consumidores têm preconceito em comprar os produtos nesses espaços, dizendo achar interessante o fato das "madames" chegarem para comprar os citados óculos e, quando o celular toca, elas afirmarem que estão fazendo compras em um shopping tradicional da cidade (CARNEIRO, 2012).

6.3.1 O Shopping Popular Dorgival Terceiro Neto - o "Terceirão" (João Pessoa)

SHOPPING POPULAR O TERCEIRÃO JOÃO PESSOA/PB	

Fonte: Carneiro (2012)

Na década de 1990, inicia-se o processo de construção dos "shoppings populares" no estado da Paraíba, que se estende até o ano de 2010, sendo o "Terceirão" o primeiro shopping popular da capital do estado, construído numa área de aproximadamente 1600 metros quadrados, da Rua Duque de Caxias a Avenida General Osório, no centro da cidade. Após a construção do "Terceirão", foram construídos mais quatro grandes shoppings populares que abrigam ao todo 2080 trabalhadores, como demonstrado abaixo:

QUADRO 20 - SHOPPINGS POPULARES EM JOÃO PESSOA

Terceirão	1999	260 BOXES
Varadouro	2010	646 boxes
Quatro e Quatrocentos	2001	630 boxes
Centro Comercial de Passagem	2006	488 boxes
Shopping do Sapateiro	2010	56 boxes

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Informais de João Pessoa[6] (2011).

No que diz respeito ao processo histórico de construção do Shopping Dorgival Terceiro Neto, o "Terceirão", as análises dos discursos dos sujeitos, seja o discurso oral, seja o dos documentos escritos, apontam que a decisão de construção não foi

[6] Dados obtidos com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Informais de João Pessoa.

tomada pelos trabalhadores, mas foi uma decisão imposta pela prefeitura municipal de João Pessoa.

A principal motivação do poder público foi a retirada dos “camelôs” das vias públicas, desta forma satisfazendo à população que reclamava da ocupação das calçadas e atendendo à demanda dos grandes comerciantes que exigiam que as frentes de suas lojas ficassem livres para o acesso dos transeuntes e consumidores ao interior das suas casas comerciais.

O enunciado discursivo do poder público que à época, veiculou a doação do espaço para a construção do shopping não se confirmou. Quando perguntados sobre o processo de construção do “Terceirão” todos os que vivenciaram a experiência foram unânimes em dizer que a obra foi financiada pelo Banco do Nordeste e os trabalhadores tiveram que pagar os boxes por três anos.

O primeiro representante dos trabalhadores registra que a obra de construção do “Terceirão” foi financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), contudo, os trabalhadores cadastrados no projeto tiveram que pagar ao BNB, individualmente, o valor do *box* aproximadamente R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Esse mesmo fato também ficou registrado por outros trabalhadores na ocasião da coleta dos dados.

Quanto ao nível de satisfação dos trabalhadores que foram transferidos das vias públicas para os shoppings populares, eles revelaram que de modo geral os trabalhadores informais consideram um “avanço” terem saído das ruas para os espaço dos shoppings populares, considerando os aspectos de segurança e de infraestrutura física, sobretudo por disponibilizarem de “banheiros higiênicos e individualizados”, o que não tinham na época em que estavam nas ruas. Mesmo assim, seus discursos deixam transparecer que há ainda muito questionamento em relação aos shoppings populares, em termos sobretudo de propaganda positiva sobre o local, até porque muitas pessoas de classe média que compram no “Terceirão” não assumem a condição de consumidores dos produtos vendidos em shoppings populares.

Os trabalhadores do “Terceirão” fazem uma nítida distinção do que é ser “camelô”, “comerciante” e “lojista”. Para eles, “camelôs são as pessoas que vendem suas mercadorias na rua, ou melhor, na calçada”. Lojistas, segundo eles, são “os donos de lojas, aquelas pessoas que possuem prédio comercial, pagam impostos e têm funcionários”. E comerciantes “são aquelas pessoas que possuem apenas um

pequeno ponto comercial e, portanto, não precisam pagar impostos nem tão pouco ter funcionários, pois o comércio é pequeno".

Os trabalhadores do "Terceirão" não se percebem mais como "camelôs". Eles próprios não gostam de ser classificados como "camelôs". Eles fogem deste termo posto que no momento em que receberam "certa" infraestrutura que lhes deu condições para comerciarem, automaticamente se despiram desse "rótulo", não por vergonha, mas porque a nova condição elevou a autoestima de cada comerciante contemplado com um "box" no "Terceirão".

A partir da experiência acumulada com a análise do Shopping Terceirão, a investigação da implantação do Shopping Edson Diniz, em Campina Grande (bem como dos complexos comerciais associados à Sulanca, que serão abordados a seguir), buscou-se ampliar o olhar sobre os shoppings populares para além das questões relacionadas às condições de trabalho das pessoas que atuam nesses espaços. Assim, o próximo passo seria entender o papel desses equipamentos no contexto urbano e suas relações com o Estado, nos casos em pauta, com os governos municipais.

Como mencionado anteriormente, a escolha dessas áreas do Nordeste brasileiro foi justificada pelo conjunto de elementos que ao mesmo tempo aproximam e separam essas experiências. Sob um ponto de vista, investimentos públicos (ou subsídios) foram destinados para a construção (ou reforma) de equipamentos urbanos voltados para abrigar atividades comerciais que, originalmente, eram (e ainda são) conduzidas por trabalhadores situados na base da pirâmide social.

A partir do discurso oficial, tratava-se pois de organizar o espaço urbano e criar oportunidades de geração de emprego e renda. No entanto, como se verá a seguir, os conflitos e desdobramentos tomaram rumos opostos quando comparada à experiência de Campina Grande e João Pessoa com as principais cidades do território da Sulanca.

6.3.2 O Shopping Popular Edson Diniz (Campina Grande)

SHOPPING CENTRO EDSON DINIZ	

Fonte: Disponível em: <http://blogspot.com>

O shopping popular de Edson Diniz foi inaugurado em fevereiro de 2001 e possui 336 boxes e um comércio popular com grande fluxo de compradores e cerca de 1000 trabalhadores de acordo com a Associação, e está situado em uma área no centro da cidade entre a Praça da Bandeira e a Avenida Floriano Peixoto.

Campina Grande se ressentiu com a crise econômica que atingiu o país na década de 1980 e o seu parque industrial sofreu fortes abalos e quase que seu total desmonte. Neste período, iniciou-se o processo de ocupação das calçadas das ruas centrais da cidade, com forte fluxo de trabalhadores ambulantes, comercializando diversos tipos de produtos. Constata-se, a partir de dados quantitativos da Prefeitura Municipal, que ao final da década de 1980 existiam aproximadamente 270 camelôs espalhados por diversas ruas do centro da cidade.

As duas principais ruas de comércio no centro da cidade foram tomadas pelos ambulantes e camelôs, numa verdadeira “disputa” por espaço entre os trabalhadores informais e pedestres. Nos anos de 1990, a quantidade de camelôs foi aumentando consideravelmente nas ruas e calçadas da área comercial do centro de Campina Grande, gerando fortes conflitos entre os donos de lojas, pedestres e trabalhadores formais.

COMÉRCIO AMBULANTE NA RUA MACIEL PINHEIRO, NA DÉCADA DE 1980	

Fonte: Araújo (2013).

Neste sentido, para amenizar tais conflitos entre os diferentes agentes envolvidos e também para contemplar o programa municipal de requalificação do centro urbano da cidade intitulado "*Campina Deco*"[7], a prefeitura gerenciou a realocação de aproximadamente um pouco mais de mil vendedores ambulantes para espaços específicos, denominadas de Áreas de Recreação, Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAS) - estas foram estaladas: ARCA TITÃO e ARCA CATEDRAL.

ARCA TITÃO E ARCA CATEDRAL	

Fonte: Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>.

Os trabalhadores que comercializavam frutas e outros gêneros alimentícios foram instalados nas ARCAS e os trabalhadores que vendiam confecções e eletroeletrônicos foram alocados em um grande prédio comercial no centro da cidade, que foi comprado pela Prefeitura Municipal a uma rede de lojas nacionais. O centro comercial denominado Shopping Centro Edson Diniz está localizado na antiga Lojas Brasileiras, conforme figura a seguir.

ANTIGA LOJAS BRASILEIRAS	

Fonte: Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>.

Com a realocação dos ambulantes para o shopping popular – espaço público formal que abriga atividades informais – outros conflitos surgiram, pois o prédio em seguida foi doado pela prefeitura ao instituto de previdência municipal e este, por

[7] O projeto *Campina Deco*, teve como objetivo a revitalização de 150 prédios em estilo *artdeco*, localizado no centro da cidade.

causa de dívidas, tentou vender o prédio, mas não obteve êxito no seu objetivo por causa da repercussão negativa por parte dos trabalhadores do shopping que estão articulados através de uma associação própria e nem a chancela da clientela local.

Importante registrar que toda a mercadoria de confecções comercializadas neste espaço vem do circuito produtivo no Agreste de Pernambuco: Caruaru/Toritama/Santa Cruz. Durante a pesquisa de campo, uma comerciante declarou:

> *A minha mercadoria vem toda de Pernambuco, das três cidades de lá. Mas eu não compro nos* shopping popular *de lá não. Compro tudo nas feiras de ruas, por causa do lucro que é maior. Sempre vai um grupo grande daqui e viajamos a madrugada toda, mas vale a pena.*

Quando perguntada pelo lucro, esta responde:

> *Eu tenho 40% do lucro. Recebo em meses que não é de festa, como Natal e São João uns dois mil reais. Ai eu pago cem reais do condomínio, no boleto da Caixa Econômica Federal (CEF) e em torno de 80 reais do aluguel do box ao Instituto de Previdência Municipal (IPSEM), também no boleto e a energia é a prefeitura que paga de todo o prédio.*

Já quando perguntada sobre o nível de satisfação com o espaço a entrevistada respondeu:

> *O espaço é muito bom, hoje em dia é ventilado e iluminado, foi depois de um início de incêndio no começo do ano e ai lembraram de nós aqui. Mas o lucro maior é na rua mesmo, mas a comodidade para o cliente aqui é melhor". "E acrescenta: na rua os donos das lojas não gostavam dos ambulantes, tinha muita confusão com eles e nós.*

Quanto às formas de pagamento em seu box, esta declarou:

> *A vista tem 5% de desconto. Recebo também cartão de débito e crédito e fiado só para os conhecidos.*

Quando perguntada se ela sabia a distinção do dinheiro pago da taxa de condomínio, respondeu:

> *Essa taxa serve para manutenção do prédio. Aqui tem vigias e as meninas dos serviços gerais. Aqui tudo é limpo e organizado. Isto é por causa da nossa Associação que toma conta, são 15 pessoas que foram eleitos por nós e ai elas tem zelo, porque também tem box aqui.*

Quando perguntada se contribuía para a previdência social, ela respondeu:

> *Eu contribuo através do Micro Empreendedor Individual (MEI). Boa parte dos lojistas daqui contribui assim. Mas eu tive dificuldade de fazer o meu cadastro, porque é pela internet, mas eu não sei muito mexer na internet, ai minha filha conseguiu fazer o meu cadastro esse ano.*

Importante registrar que os trabalhadores dos dois shoppings estudados se autodenominam “lojistas” ou “microempreendedores”. Eles não se percebem mais trabalhadores informais, ainda que não contribuam com a previdência, mas o fato deles estarem abrigados em um shopping popular conferem a todos a sensação legitimação e legalidade do trabalho, mesmo sem pagar pelos tributos das peças ali comercializadas.

De maneira geral o espaço é limpo, organizado e grande: são três andares com subsolo, um espaço intermediário e o último andar que concentra o comércio de eletroeletrônicos. O espaço intermediário concentra a comercialização das confecções de roupas, na sua maioria, similares das grandes marcas nacionais e internacionais.

BOXES DO SHOPPING EDSON DINIZ	

Fonte: CARNEIRO (2016) - Pesquisa de Campo/arquivo pessoal.

Na visita ao shopping observou-se a diversidade de cópias de marcas internacionais nos produtos comercializados: roupas, bonés, sapatos, tênis, brinquedos, óculos e relógios. Contudo foi visto também produtos originais de eletroeletrônicos: câmeras filmadoras, telefones celulares, dvd´s, máquinas fotográficas e computadores portáteis. Ou seja, mais uma vez foram detectadas as articulações que estão imbricadas entre si dois binômios legal/ilegal e regular/irregular.

Nestes espaços existe uma diversidade de produtos a preços mais baixos por causa da sonegação tributária de alguns produtos e contrabando de outros, portanto o shopping consegue atrair uma grande quantidade de consumidores, sejam eles

consumidores de baixo poder aquisitivo, como os de alto poder aquisitivo, todos eles incluídos. Assim sendo, esta estrutura não deixa de ser funcional à reprodução da acumulação capitalista.

Esta mesma lógica está presente no shopping popular de Caruaru, que apesar de ser de natureza privada e construído pela parceria do poder público/privado, possui algumas similaridades, como será visto no item seguinte.

6.3.3 A representação dos trabalhadores no Shopping Popular Edson Diniz

A gestão do Shopping Popular Edson Diniz é realizada por uma comissão de 15 pessoas eleitas pelos cerca de 1200 comerciantes abrigados nesse espaço. As comissões têm mandato de dois anos. No trabalho de campo, a percepção dos trabalhadores foi colhida através de entrevista realizada com Patrícia Gomes, que integra a comissão gestora do shopping. Importante registrar que esta comissão foi eleita no começo deste ano, depois que aconteceu um princípio de incêndio no 2º piso do prédio que destruiu seis boxes.

INCÊNDIO DO EDSON DINIZ FEVEREIRO 2016	

Fonte: Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br.>

Patrícia inicia o relato:

> *Todos os membros da comissão possuem um box aqui. A função da comissão é administrar o espaço que tem 360 boxes com a taxa de condomínio (cem reais). Ao todo esse* shopping *tem treze funcionários: secretárias, vigias e as moças dos serviços gerais e contador. E todos têm carteira assinada.*

Quando indagada pelo processo de transferência dos trabalhadores ambulantes para o shopping popular e seu nível de satisfação com a mudança esta respondeu:

> *Eu estou desde a fundação (2002). Todos que estão aqui vieram da rua e o nosso cadastro foi feito pela Prefeitura e pelo Sindicato dos Ambulantes que existia na época, atualmente nós temos a nossa própria Associação. Olha, eu sou satisfeita aqui, porque lá fora a gente era proibida até de sentar na calçada e tinha muita confusão com os donos das lojas.*

Quando questionada pelos diferentes tipos de produtos que são comercializados, de onde procedem estas mercadorias e sua renda, a entrevistada que vende confecção infantil e enxovais para bebê, respondeu:

> *O forte daqui são dois produtos: confecções e eletroeletrônico. As confecções vêm de Pernambuco (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru). O eletroeletrônico, boa parte vem de São Paulo. A minha margem de lucro é de cerca de 40%. Eu acho que eu tiro para meu sustento, aproximadamente uns mil e duzentos ou um pouco mais, dependendo do mês.*

Quando perguntada pela clientela que compra neste espaço e as formas de pagamento, esta foi enfática:

> *O pobre, o rico e a classe média. Todos compram aqui. Porque aqui tem muitas marcas estrangeiras de roupas, óculos e tênis. Sem falar dos telefones e as capinhas. Como aqui tem tudo aí vem gente que tem pouco dinheiro e quem tem muito dinheiro. Aqui vem professor, vem estudante, até advogado! Aqui todo mundo é igual. As formas de pagamento são: à vista, cartão de débito e cartão de crédito.*

Quando perguntada a quem pertence os boxes e se são pagas algum tributo, esta respondeu:

> *O prédio onde funciona o* shopping *é do IPSEM*[8]*: cada box paga ao IPSEM através de boleto da Caixa Econômica Federal o valor de oitenta reais, através também de boleto pagamos o valor do condomínio que é de cem reais. Assim, de forma direta não pagamos tributos.*

Quando perguntada pelas relações entre o shopping popular e o poder público e quais os principais conflitos e dificuldades encontradas pelos trabalhadores dentro deste espaço, a entrevistada respondeu:

---

[8] Instituto de Previdência do Município é dono do prédio e os trabalhadores pagam o aluguel de oitenta reais por cada box.

> *Não tem vínculo com a prefeitura. Acho até que a gente estava um pouco esquecido aqui. Lembraram de nós, depois do incêndio e também porque chegou a Promotora do Ministério Público logo depois do incêndio. Ai nós retiramos do cargo de presidente da Associação um cara que era muito desorganizado e criamos essa comissão de quinze membros em seguida. Atualmente o nosso principal conflito é a inadimplência da taxa de condomínio, que é de 25%, ai estamos entrando na justiça, outro problema agora é porque tem alguns boxes ocupados por chineses, três ou quatro boxes e pelo nosso Regimento Interno, não pode, porque a concessão dos boxes é de quem foi cadastrado desde o início, ou seja, quem veio da rua para cá.*

Quando perguntada sobre o percentual dos trabalhadores que contribuem para previdência social e se os trabalhadores receberam ou recebem algum tipo de capacitação prevista por alguma entidade, esta respondeu:

> *Eu acho que 60% dos trabalhadores daqui fizeram o MEI. Uns conseguiram fazer sozinhos. Outros aderiram ao MEI, mas foi atrás de um contador, porque não sabia fazer. Aquilo ali é muito complicado! Quanto a capacitação, nós fizemos dois cursos de atendimento pelo SEBRAE, quando viemos para cá e só.*

Quando questionada sobre a localização do shopping e o aumento da renda com a transferência dos trabalhadores da rua para o espaço, esta respondeu:

> *A localização do Edson Diniz é excelente, no centro da cidade. A minha renda aumentou quando eu vim para cá. Alguns dizem que na rua o lucro era maior, apesar das brigas com os donos das lojas. Eu acho que depende muito do tipo de comércio.*

Quando indagada se a criação do shopping popular contribuiu para o número de ambulantes na rua e se trouxe algum benefício para o comércio formal, esta respondeu:

> *Nós viemos para cá por uma determinação da Prefeitura, porque não podia mais ter camelôs no meio da rua. Camelô na rua não existe mais, ambulante tem alguns. A nossa vinda para cá foi boa para nós, para a Prefeitura e para os donos de lojas.*

Quando perguntada se existem pessoas que tem box no shopping popular e lojas no comércio formal, esta respondeu:

> *Não em que eu saiba, porque a principal condição de vim para cá, era ser ambulante ou ter sido um camelô.*

Por fim, quando perguntada se a criação do shopping reduziu os conflitos com a prefeitura e com os lojistas e quais as atuais reivindicações dos trabalhadores do shopping, a entrevistada respondeu:

> *Não existe mais conflito com a Prefeitura, nem com os lojistas, tudo isso existia quando a gente estava na rua. Na rua a gente era ambulante, aqui somos comerciantes. E a gente se dá bem com IPSEM e com a Prefeitura, que por sinal paga a energia do prédio. O momento de tensão foi na época do incêndio. Mas como o Ministério Público participou ativamente deu tudo certo. A Prefeitura refez a parte elétrica do prédio e a nossa associação fez a parte hidráulica.*

Finalmente, parece oportuno o registro de algumas considerações por parte da entrevistadora em relação aos relatos colhidos com a representante dos trabalhadores. A primeira impressão quanto ao espaço é de que este fisicamente é bem estruturado. Possui um andar térreo, dois pisos com uma quantidade grande de boxes e o último andar que foi informada à doutoranda que serve apenas para guardar mercadorias.

O espaço é limpo e possui banheiros que servem também como trocadores. Atualmente, existe um padrão de organização e a distância entre os boxes, além da visível iluminação e ventilação, que antes do incêndio não existia de acordo com a fala de outra trabalhadora, que sobre esta questão, registrou da relação com o poder público municipal.

> *Depois do incêndio veio o Secretário de Obras, Bombeiros, Promotora do Patrimônio Público e o pessoal do IPSEM. As obras de infraestrutura do prédio só foram feitas, porque foi feito pelo Ministério Público um Termo de Acordo de Conduta (TAC) e assinado pela Prefeitura, Defesa Civil, IPSEM e o pessoal da Associação. Hoje não vem mais ninguém aqui.*

No geral, os trabalhadores estão satisfeitos com o espaço do shopping, no entanto, alguns trabalhadores dizem que o lucro na rua era melhor, como registra Dona Lídia e Tamar, mãe e filha, que vendem confecções masculinas:

> *Nós estamos desde a fundação do prédio, que foi em 2001, ou seja, faz 15 anos. Quem fez o nosso cadastro foi o pessoal do Sindicato dos Ambulantes que não existe mais, junto com a Prefeitura. Eles cadastraram todos os trabalhadores de rua.*

Dona Lídia continua o seu registro:

> *Eu já vendia roupa no meio da rua, na Cardoso Vieira. A renda na rua é melhor, mas para o cliente aqui é melhor, por causa da comodidade. Na rua os donos das lojas não gostavam dos ambulantes em frente das lojas. Era muita confusão, porque prejudicava a exposição das mercadorias deles.*

Quando perguntada se contribui para a previdência, Dona Lídia responde:

> *Eu pago o meu INSS há muito tempo. Mas muita gente aqui não paga não. Agora tem o MEI, né? Mas acho que só uns 40% contribuem para previdência. O MEI é bom, mas muitos não sabem fazer o cadastro pela internet o meu é carnê mesmo.*

Quando perguntada de onde vem a confecção masculina que vende, esta respondeu:

> *Eu e minha filha viajamos com um grande grupo daqui em carro fretado ou às vezes em ônibus de linha e vamos para as Feiras da Sulanca, lá em Pernambuco. É feira de rua mesmo. Mas tem que ser assim, de madrugada, por causa do lucro, que é de 40% do total do que vendo. Eu sobrevivo daqui, a minha renda é de dois mil reais, no mês de festa (junho e dezembro) em ganho mais. Quem ganha mais dinheiro aqui é quem vende eletrônicos e celular. Eu soube que o lucro é muito bom. Deve ser, todos tem até carrão... .*

Dona Lídia conclui sua fala:

> *Quando eu vim para cá, recebi um curso do SEBRAE de atendimento ao público e me ofereceram uma linha de crédito pelo governo estadual. Eu não aceitei. Teve gente que aceitou de lá e de outros bancos e agora além de comerciante é também devedor. Aqui tem de tudo. Uma minoria possui vínculos por fora com estado e município, tem uns 10%. Existem três boxes que vendem óculos e bolsas e o dono tem lojas grandes lá fora. Tem até chinês agora.*

É importante ressaltar que os trabalhadores desses espaços não se percebem mais como trabalhadores informais, mesmo que estes não estejam legalmente formalizados, a transferência da rua para os shoppings populares lhes confere a aparência de legalidade – ainda que sejam vendidos produtos contrabandeados e confecções sem nota fiscal, mas visto além da aparência, o problema da informalidade permanece.

No entanto, as relações dos trabalhadores com o poder local estão envolvidas por grande disputa. Como mencionado antes, o edifício teria sido originalmente

destinado ao shopping, contudo, posteriormente, o mesmo imóvel foi cedido ao instituto de previdência da cidade. Ora, isso colocou o shopping numa espécie de "vácuo jurídico", pois essas entidades do poder local acabaram estabelecendo um relacionamento adverso com os trabalhadores do shopping. Tal situação ficou nítida quando a autora foi buscar informações na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Campina Grande.

6.3.4 A relação com o setor público – Campina Grande

A Secretaria de Planejamento Urbano

No dia dez de outubro de 2016, depois de dois agendamentos cancelados pelo secretário, aconteceu o encontro entre a autora e o Secretário de Planejamento Urbano de Campina Grande. Ao ser apresentada e ao mesmo tempo ser introduzida à tentativa de entrevista, revelando o objeto de estudo e o motivo da entrevista (sobre o Shopping Popular Edson Diniz), o secretário foi categórico:

> *O objeto da presente pesquisa era muito pobre, não havendo nenhuma relevância no estudo proposto.*

O entrevistado ao referir-se ao Shopping Popular Edson Diniz, este afirmou enfaticamente:

> *Eu tenho abuso daquilo ali.*

Em seguida tentou convencer a autora a substituir o objeto da pesquisa por outros empreendimentos da gestão pública municipal, que ainda estão em fase de construção, como exemplo, um grande conjunto habitacional, que o mesmo julgou ser um estudo mais relevante.

Ele demonstrou, ainda, desconforto em não ter sido procurado por ninguém do Dinter[9] da UEPB para parcerias do Programa de Pós Graduação, registra-se que o secretário, sem autorização da autora, tirou uma foto com o seu celular da

[9] O Dinter é uma parceria estabelecida entre a UEPB e o IPPUR/UFRJ para a realização do curso de doutorado que possibilitou a realização desta pesquisa.

declaração do Programa mostrada no início da tentativa de entrevista, no momento das devidas apresentações.

Ao receber o questionário impresso, ignorou-o completamente, não respondendo o que nele estava colocado. Esta atitude de desprezo em relação ao único shopping popular da cidade de Campina Grande, com quatro andares, com quase 400 lojas e um total de 1200 trabalhadores, exercendo cotidianamente suas atividades, demonstra a fragilidade da relação entre o poder público municipal e os trabalhadores que ocupam o espaço do shopping popular.

Ficou evidenciado com o seu discurso desdenhoso, que o agente, representante de um dos primeiros escalões municipal, atribui importância apenas aos grandes projetos urbanos da cidade. E termina sua participação com esta fala:

> *E a prefeitura ainda paga a luz daquilo ali.*

Por fim, o então secretário de planejamento sugeriu a doutoranda procurar a direção do Instituto de Previdência de Campina Grande (IPSEM), atual dono do prédio onde funciona o shopping popular de Campina Grande.

Coordenador do Instituto de Previdência de Campina Grande (IPSEM)

O coordenador administrativo do IPSEM, o senhor Mário Sérgio Lima de Oliveira, concedeu uma breve entrevista a doutoranda e registrou os seguintes fatos:

> *O IPSEM foi criado nos anos 90 como autarquia, portanto, tem autonomia financeira e administrativa. A Prefeitura Municipal devia uma quantia considerável ao IPSEM – hoje isto já não é permitido acontecer, pois apesar de ser órgão autônomo, o instituto faz parte da estrutura do poder público municipal, tanto que o Diretor da instituição é nomeado pelo Prefeito – esta dívida foi paga ao IPSEM pela Prefeitura com o Prédio que atualmente é o* shopping *popular Edson Diniz.*

Quando perguntado pelo valor do prédio à época da compra, o entrevistado respondeu:

> *A Prefeitura pagou pelo prédio entre 1,5 e 2 milhões de reais. Atualmente o prédio custa em torno de 28 milhões de reais.*

Quando perguntado o porquê dos trabalhadores estarem naquele espaço, o entrevistado respondeu:

> *A Prefeitura tinha que retirar os ambulantes das vias públicas, atendendo uma lei municipal e depois o Plano Diretor que veio em 2004. Os trabalhadores foram cadastrados pela Prefeitura e depois transferidos para lá.*

Quando foi perguntado se foi uma boa medida, este respondeu:

> *Sim, pois atendeu todas as partes envolvidas.*

Que partes envolvidas, perguntou a doutoranda ao entrevistado:

> *Prefeitura, ambulantes e lojistas.*

Quando perguntado se os trabalhadores pagavam algum valor pelo uso do prédio, este respondeu:

> *Sim, em torno de oitenta reais, todos os box pela concessão do uso do prédio. A inadimplência fica em torno de 15% a 20%.*

Quando perguntado pela relação entre o IPSEM e os trabalhadores do espaço, o entrevistado respondeu:

> *No geral nos damos bem. Antes era complicada a relação porque o presidente da associação deles só vinha aqui pedir muito. Agora é uma comissão, é mais organizado.*

Quando perguntado sobre o incêndio que aconteceu em janeiro de 2016, o entrevistado respondeu:

> *Este incêndio aconteceu porque um box ficou com o ventilador ligado. Foi destruído 8 boxes no piso superior – no 2º andar. Foi feito um Termo de Acordo de Conduta (ITAC) pelo Ministério Público e assinado pelo Corpo de Bombeiros, IPSEM, Defesa Civil, Associação dos Trabalhadores de lá e o próprio Ministério Público. Foi feito uma reforma no interior do prédio e foi trocada a instalação elétrica pelo IPSEM/Prefeitura e a parte hidráulica e recuperação dos boxes foi feita pela associação.*

Terminada a breve entrevista, o entrevistado acrescentou:

> *O local onde funciona o Edson Diniz é excelente. O capital imobiliário vive de olho. Mas não pretendemos vender, não agradaria aos campinenses.*

Importante registrar que no ano de 2014, alegando dívida do IPSEM, o prefeito suscitou a possibilidade de o Instituto vender o prédio e transferir os trabalhadores para outro local. No entanto, houve uma mobilização da sociedade, dos trabalhadores e de alguns representantes políticos contra a possível venda.

6.4 As feiras da Sulanca em Pernambuco

DIVISA DOS ESTADOS PARAÍBA E PERNAMBUCO	

Fonte: CARNEIRO (2017). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

As cidades que formam a famosa tríade pernambucana são próximas, o que permite a livre circulação de pessoas e mercadorias. De acordo com Lima (2011), no conjunto de cidades que formam o território da Sulanca são produzidas cerca de 57 milhões de peças por mês, gerando um faturamento bruto aproximado de R$ 144 milhões/mês. Parcela expressiva dessa produção abastece as feiras da Sulanca, por onde circulam diariamente mais de 45 mil pessoas.

MEIOS DE TRANSPORTES DOS SACOLEIROS E SULANQUEIROS	

Fonte: CARNEIRO (2017). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Alguns marcos históricos são importantes para compreensão da formação e funcionamento deste aglomerado produtivo. Segundo Lira (2011) a cultura do algodão no Agreste de Pernambuco, bem adaptada ao clima semiárido, foi um importante meio de sobrevivência nas décadas entre 1930 a 1950 (período do “ouro branco”). No entanto, essa atividade produtiva entrou em declínio tanto em Pernambuco quanto em outros estados do Nordeste como a Paraíba, que também era igualmente produtora de algodão. Neste sentido, registra Lira (2011, p. 83).

> Essa atividade produtiva entrou em declínio, como em todo o Nordeste, por conta da concorrência internacional frente ao algodão norte-americano, bem como da concorrência nacional frente ao algodão paulista, além do que, era produzido em outras áreas.

Ainda segundo Lira (2011), tanto os órgãos governamentais quanto as empresas privadas que industrializavam o algodão incentivavam a sua produção. As indústrias de beneficiamento da cultura estavam situadas em cidades estratégicas, como Caruaru em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba, tanto que nestas cidades se instalaram escritório de representação e unidade fabril da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A (SANBRA), garantindo emprego para muitas pessoas.

Quando o processo da cultura algodoeira entrou em crise afetando a região do Nordeste e em particular a sub-região do agreste pernambucano, instalou-se um problema socioeconômico, que na visão de Lira (2011) estimulou alternativas de sobrevivência, como a própria autora pontua:

> O conjunto desses problemas apontados levou à criação de uma série de alternativas a geração de trabalho e renda, sob moldes artesanais. Dentre essas alternativas, pode ser citada a intensificação do artesanato de couro em Caruaru e Toritama, através da produção de calçados e do artesanato com retalhos de tecidos em Santa Cruz do Capibaribe (LIRA, 2011, p. 84).

Lira (2011) registra que a produção calçadista decaiu na década de 1980, por dois fatores: elevação dos custos com a matéria-prima do couro e a concorrência com a produção no Sudeste. Quanto à produção de confecções com tecidos, esta foi gradativamente aumentada na região e veio a assumir dimensão industrial. Contudo, manteve o uso do trabalho informal em sua produção. A autora posiciona-se:

> A produção de confecções manteve algumas características do processo artesanal, ou seja, continuou realizando-se, majoritariamente, com base no trabalho familiar e destinando-se às populações de baixa renda. A referida atividade produtiva vem ocorrendo, desde então, de forma pulverizada em vários territórios, favorecida por um processo de produção flexível que continua até os dias atuais (LIRA, 2011, p. 84).

Ao longo do tempo, portanto, a produção de confecções no Agreste de Pernambuco se consolidou com base no trabalho flexibilizado e fragmentado, visto que reúne um conjunto de cidades que se articulam produtiva e comercialmente e utiliza mão de obra totalmente informal. Conforme Oliveira (2014) igualmente registra:

> Ao surgir da iniciativa de homens e mulheres pobres, a partir de uma atividade originalmente incorporada ao fazer doméstico (a costura de peças do vestuário e de cama e mesa), se utilizando de materiais muito simples e, inicialmente, sem valor comercial (conhecidos como “retalhos”), articulando-se por meio de relações de tipo familiares, de vizinhança e de amizade, destinando seus produtos para mercados estritamente populares (as “Feiras da Sulanca”), tendo, com a sua expansão e desenvolvimento, se inserido em um segmento industrial, o de confecções, com histórico de associação (no mundo e no Brasil) ao trabalho a domicílio, faccionado e precário, o Polo, e a dinâmica que veio a constituir ao longo de sua trajetória, incorporou essas como suas marcas distintivas, constituindo-se de atividades (trabalho e gestão) caracteristicamente de tipo familiar, domiciliar e informal (OLIVEIRA, 2014, p. 13).

Neste aglomerado produtivo, que enquadra as três cidades anteriormente citadas existem uma divisão sócio territorial e do trabalho, pois que é comum encontrar diferentes processos na produção de confecções espalhadas pelas residências ou em galpões improvisados. Oliveira (2014) registra as diferentes unidades produtivas, as quais o autor nomeia:

> “Fabricos”, conforme se denomina comumente entre os que fazem o Polo, são unidades produtivas familiares, com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas. Tomando-se o número de trabalhadores assalariados, pode não ter nenhum (realizando o trabalho apenas com a família) ou chegar a dezenas de contratados (em bases informais). Quanto às “fábricas”, daqueles se diferenciam por se constituírem formalmente, por serem dotadas de uma base operativa destacada do domicílio dos proprietários (embora o caráter familiar da propriedade quase sempre seja mantida), baseando-se na contratação de trabalho assalariado (em muitos casos, formalizados, ao mesmo tempo em que preservam como regra geral a contratação, em condições informais, de terceiros – as “facções”). Sobre as “facções”, são unidades produtivas em geral constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos “fabricos”, e que se caracterizam por atender, sob a condição de subcontratadas, as demandas pontuais das “fábricas” e “fabricos”, se especializando na realização de uma

> ou poucas tarefas do processo de produção, com destaque para a costura, o corte, o bordado, o travete (no caso do jeans), a implantação de casas e botões etc.

Atualmente, a produção de confecções é mais intensa nas cidades de Toritama (conhecida como capital do jeans) e Santa Cruz do Capibaribe (conhecida como capital das malhas) e os produtores de confecções por causa da forte concorrência, buscam diminuir os preços das mercadorias através do uso constante da força de trabalho familiar e domiciliar, usando o trabalho de mulheres e jovens. Neste sentido Lira (2011, p. 87) registra:

> Nesse último caso, a situação é muito mais preocupante, e isto porque este percentual tem crescido e representa quase um quarto da população que está sendo utilizada como força de trabalho para as indústrias de confecções. A produção industrial de confecções, no aglomerado de micro e pequenas indústrias do Agreste pernambucano, funcionam sob a lógica do capital, e por isso emprega a força de trabalho feminina e infantil, para ampliar o processo de mais-valia.

Para Oliveira (2014), as atividades realizadas em regime familiar e domiciliar se afirmam sob a égide da informalidade e da exploração da força de trabalho. Como o autor se posiciona:

> As condições de trabalho, sob tais circunstâncias, se mantêm como predominantemente precárias. Conforme observou Lira (2006, PP. 109-110), ‘as pessoas que trabalham por produtividade possuem jornadas intensas, chegando a 14 ou 15 horas, por dia. Como também, as mulheres que trabalham fora de casa, não possuem creches para deixar seus filhos, trazendo outros problemas sociais’. A mesma autora acrescenta (LIRA, 2006, p. 111): ‘Também vemos pouca ação do Estado na exigência do respeito à legislação trabalhista. O uso constante de mão-de-obra infantil, falta de cuidados com a saúde dos trabalhadores, por causa de produtos tóxicos e outros desrespeitos às condições de trabalho, não são fiscalizados’.

Nas três cidades em que acontecem semanalmente as “Feiras da Sulanca”, com o comércio de confecções na rua, atraindo milhares de pessoas, entre elas atacadistas, intermediários e confeccionistas, os popularmente “sulanqueiros”. Os feirantes não absorvidos pelos shoppings *populares* presentes nas três cidades, montam nas áreas externas desses espaços barracas de madeiras com as confecções dispostas nas ruas. Neste sentido, as barracas de madeira e lona são montadas apenas nos três dias de feira (domingos, segundas e terças-feiras).

Caruaru	Toritama	Santa Cruz do Capibaribe

Fonte: Feiras de Rua ou Feiras do Poeirão: Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

O caso particular da “Feira da Sulanca” de Toritama[10] é emblemático, pois se aglomeram nos dias de feiras, na área externa do shopping *popular* da cidade nomeado Parque das Feiras, cerca de duas mil barracas sob a gestão precária da prefeitura municipal.

FEIRA DA SULANCA DE TORITAMA	

Fonte: CARNEIRO (2017). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

A “Feira da Sulanca” da cidade de Santa Cruz do Capibaribe chegou a ocupar 28 ruas do centro da cidade, envolvendo aproximadamente doze mil pessoas por semana. Em Caruaru[11], os feirantes continuam montando suas barracas na “Feira

[10] Segundo dados da Associação dos Feirantes da Sulanca de Toritama – AFEST.

[11] Em entrevista a doutoranda, o atual secretário de Planejamento Urbano de Caruaru estima que no dia da feira sejam montadas aproximadamente três mil barracas e que os trabalhadores não comerciam no shopping *popular,* pois a “feira da sulanca” já faz parte da cultura da cidade e acrescenta que os trabalhadores não se percebem como trabalhadores informais, mas como comerciantes.

da Sulanca” localizada no centro da cidade no Parque 18 de Maio, igualmente com condições precárias. Neste sentido, acrescenta Oliveira (2014):

> As atividades comerciais ocorrem nas “Feiras da Sulanca” e, agora também, nos agigantados Centros Comerciais, para onde acorrem comerciantes (revendedores) e consumidores de diversos estados do país. Estimativas de Raposo e Gomes (2003) indicavam, no começo dos anos 2000, a existência de algo em torno de 12 mil unidades produtivas no Polo, dentre as quais apenas 8% eram formalizadas. Ao todo empregavam, direta e indiretamente, por volta de 76 mil pessoas e produziam 57 milhões de peças por mês. O faturamento, em conjunto, totalizava R$ 144 milhões (OLIVEIRA, 2014, p. 1-2)

Em entrevista com Sebastião Bezerra, gerente financeiro do Moda Center Santa Cruz, este registrou:

> *Para aqueles comerciantes de confecções que não tiveram condições de comprar um box no* shopping *popular Moda Center daqui de Santa Cruz de Capibaribe, a prefeitura criou um espaço no meio da rua chamado de calçadão de Feiras Miguel Arraes, popularmente conhecido como Feira do Poeirão.*

Em seguida, o entrevistado acrescentou:

> *Aquelas pessoas que compram nas feiras de rua são sulanqueiras e nos* shopping *populares são sacoleiras.*

Ressalta-se que a feira da “sulanca” é mais do que um shopping popular, pois há uma complexa cadeia produtiva que envolve agentes de diferentes partes do país, enquanto os shoppings populares típicos estão inseridos em redes de comercialização menos complexas (ou seja, envolvem menos gente e não tem produção de mercadorias, apenas a comercialização), além dos evidentes aspectos ligados ao contrabando, portanto, são experiências diferentes.

6.5 A experiência dos shoppings populares em Pernambuco

O aglomerado produtivo de confecções presentes no Agreste de Pernambuco[12], mais conhecido como “território da Sulanca”[13]. Gigantescos centros comerciais foram construídos, a partir de meados dos anos 2000, nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e nomeados, respectivamente: Parque das Feiras, Polo Comercial de Caruaru e Moda Center. Na fala de Oliveira (2014):

> As atividades comerciais ocorrem nas “Feiras da Sulanca” e, agora também, nos agigantados Centros Comerciais, para onde acorrem comerciantes (revendedores) e consumidores de diversos estados do país. Estimativas de Raposo e Gomes (2003) indicavam, no começo dos anos 2000, a existência de algo em torno de 12 mil unidades produtivas no Polo, dentre as quais apenas 8% eram formalizadas. Ao todo empregavam, direta e indiretamente, por volta de 76 mil pessoas e produziam 57 milhões de peças por mês. O faturamento, em conjunto, totalizava R$ 144 milhões (OLIVEIRA, 2014, p. 1-2).

Segue os exemplos dos shoppings populares do estado de Pernambuco.

6.5.1 Shopping Popular Moda Center (Santa Cruz do Capibaribe)

Em 2006, o Moda Center foi criada para escoar a produção de confecções de Santa Cruz do Capibaribe. Ele é um importante centro de compras de confecções do Agreste Pernambucano e um dos maiores do Brasil, pois conta com 9624 boxes, 707 lojas e foi construído numa área de 32 hectares, tendo 120.000 m^2 de área coberta e 6 mil vagas no estacionamento, além de praça de alimentação dotada de 58 lanchonetes e restaurantes.

O Moda Center é o maior polo de confecções no atacado do Brasil. Com um faturamento anual bruto de aproximadamente 1 bilhão de reais, segundo o Sebrae de Pernambuco. De acordo com o Portal da UOL (2014), famílias inteiras na cidade

---

[12] A Mesorregião do Agreste de Pernambuco é uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão Semiárido. Caruaru situa-se a 136km da capital do estado, Santa Cruz do Capibaribe a 180Km e Toritama a 167Km.

[13] Para Oliveira (2014): A denominação de “Sulanca”, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, se referindo às confecções produzidas com malhas vindas de São Paulo - do “Sul”. O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que originalmente denota: “sulanca” passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno.

de Santa Cruz do Capibaribe, para fugir da seca, estão envolvidas nos diferentes processos produtivos da confecção de roupas. No entanto, a maioria destas famílias atua na informalidade, sem acesso à qualificação e, portanto, distante da inovação.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE ("SHOPPING POPULAR MODA CENTER")

Fonte: <http://blogspot.com>

O apoio aos comerciantes que atuam neste gigantesco shopping popular se estende às parcerias com entidades como o Sebrae, Senai e a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (AGEFEPE). Neste sentido, foi criada a Sala do Empreendedor, em que são desenvolvidas ações de orientação e auxílio para a formalização dos trabalhadores através do programa federal para os empreendedores individuais. Importante registrar que os trabalhadores deste espaço não se percebem como trabalhadores informais, mas como microempreendedores individuais.

Em entrevista com Sebastião Bezerra, gerente financeiro do Moda Center, este fez um longo relato sobre o referido espaço:

> *O Moda Center foi inaugurado em outubro de 2006. A construção desse espaço foi uma parceria pública/privada. A prefeitura fez a concessão do terreno e os trabalhadores que vendiam confecções no meio da rua compraram os boxes ainda na planta pelo valor inicial entre três e cinco mil reais, atualmente um box aqui vale de 70 a 120 mil reais dependendo da localização do box dentre do Moda Center. Recentemente fizemos um leilão virtual de um box e ele foi vendido por 120 mil e nós ficamos admirados com a valorização.*

Quando perguntado pelo valor do empreendimento e o nome da empresa que construiu, este respondeu:

> *Eu não sei informar o valor gasto do empreendimento, sei que a construção foi bancada pela própria construtora que se responsabilizou pelas vendas de todo o empreendimento aos trabalhadores. A empresa que construiu o Moda Center foi a Camilo Brito Engenharia de Recife, que construiu ao todo 9624 boxes (com tamanho padronizado com 2 metros de comprimento com 1 metro de largura) e 707 lojas, mais praça de alimentação e outros espaços como banheiros e estacionamento que acomodam ao todo 6 mil vagas de veículos e 504 vagas para ônibus.*

Quando perguntado pelo objetivo da criação do empreendimento e quem são os beneficiados, este respondeu:

> *O objetivo desse empreendimento foi retirar os trabalhadores das vias públicas e potencializar a vocação que já existe na cidade da produção e comercialização do ramo de confecções, no que se refere à produção de roupas em malhas.*

Quanto às parcerias públicas e privadas, o entrevistado registrou:

> *O governo federal fez uma parte da duplicação da BR-104, para facilitar o acesso às cidades que compõem o aglomerado produtivo de confecções. A Prefeitura de Santa Cruz fez a duplicação do acesso ao Moda Center. Estas que citei são as parcerias públicas, quanto às privadas, nós temos dentro do Moda Center na área externa, seis pousadas e um hotel pequeno. Aqui também está presente um pequeno estúdio da TV Asa Branca (afiliada da Globo) e TV Jornal (afiliada do SBT).*

Quando perguntado se os comerciantes receberam ou recebem capacitação por alguma instituição, este respondeu:

> *Do Sebrae (na semana do empreendedor) e do Banco do Nordeste (na Feira de Crédito). Estes eventos acontecem todos os anos.*

Quando interpelado se o empreendimento atendeu às expectativas iniciais do projeto e se existe uma diversidade nas atividades comerciais, o entrevistando registrou:

> *Sim. O espaço é enorme e é considerado atualmente o maior centro atacadista de confecções do Brasil. Atualmente, além de confecções, ampliamos o serviço de alimentação. Aqui se vende artigos em couro, bolsas e calçados.*

Quanto ao perfil dos lojistas, este traçou uma divisão de tarefas até sofisticada para um shopping popular, o que se justifica por causa do tamanho do espaço do Moda Center:

> *80% dos lojistas são proprietários, 20% são locatários e todos pagam a taxa de condomínio de R$ 127,50, as lojas pagam em média um valor bem maior porque ocupam espaço maior, assim como os restaurantes também. A taxa de condomínio é gasto na manutenção da estrutura (luz, limpeza e segurança. O condomínio do Moda Center é composto por 25 membros e todos tem que ter um box ou loja no espaço. Existe uma eleição a cada dois anos e a direção é chamada de União dos Confeccionistas. Além dos membros que compõem a direção, existe um corpo técnico que compõe a administração, que são: gerente geral, gerente financeiro, gerente de segurança, gerente de logística, gerente de marketing e gerente de recursos humanos.*

Uma das falas mais significativas para a doutoranda foi quanto ao perfil dos lojistas do Moda Center, que registrou:

> *Os lojistas são ex-agricultores que migraram para o comércio de confecções fugindo da seca. Aqui se pratica a 'confecção de subsistência familiar'. A costureira dessas confecções é a dona de casa e o marido e os filhos vendem aqui. Atualmente, o Agreste de Pernambuco enfrenta 13 anos de seca, então o ex-agricultor se apoia na confecção, seja só na produção ou só na venda ou nos dois ramos, 99% do moradores de Santa Cruz sobrevivem da confecção e 1% são atividades que dão suporte ao comércio de roupa: posto de gasolina, restaurantes e bancos. A cidade atualmente possui 101 mil habitantes, a vinte anos atrás tinha apenas 20 mil habitantes e este crescimento populacional não foi acompanhado por obras de infraestrutura, pois 60% da cidade não tem calçamento e nem rede de esgoto, ou seja, falta aqui planejamento urbano, apesar do forte comércio de confecções.*

Quando indagado se a produção de confecções é apenas local, o entrevistado respondeu:

> *A produção de confecções é local e abarca também mão-de-obra de 58 munícipios dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Cada cidade fica responsável por uma parte da produção. Mas o forte da produção concentra-se nas cidades que compõem o Agreste de Pernambuco, ao todo 20 cidades.*

Quanto ao perfil dos consumidores, o entrevistado respondeu:

> *Comerciantes denominados 'sacoleiros' quer vem sobretudo do Norte e Nordeste. Existem agências de ônibus que são acompanhados por carreta ou caminhão para trazer as mercadorias dos passageiros. No caso do comprador do Sudeste, este vem aqui uma única vez e contrata a figura do 'Representante / Comprador' que faz as compras para o comerciante do Sudeste.*

Quando perguntado se atual crise no Brasil atingiu as vendas no Moda Center, este descreveu:

> *De janeiro a setembro de 2016 foi fraco, nos últimos três meses dos anos surpreendeu muito, estimamos que compareceram nas feiras de dezembro, antes do Natal, 150 mil pessoas. Aí tem de analisar se houve um crescimento de trabalhadores desempregados que migraram para o ramo de vendedores de confecções e vieram comprar aqui para revender em suas cidades. Tem que se estudar esse crescimento.*

Quando indagado qual o percentual de trabalhadores formalizados, este descreveu:

> *Quanto ao percentual de trabalhadores formalizados, aqui tem a Sala do Empreendedor, que a administração do Moda Center deixa um funcionário para o cadastro do trabalhador ao MEI. De um universo de mais ou menos 10.200 trabalhadores, até agora só aderiram aproximadamente 1500 trabalhadores é pouco.*

SHOPPING POPULAR MODA CENTER SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE	

Fonte: CARNEIRO (2017). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

6.5.2 Shopping Popular Parque das Feiras (Toritama)

Na década de 1980, a cidade de Toritama procurou uma nova alternativa econômica, ou seja, ingressou na produção de *jeans*, sob a influência da cidade vizinha – Santa Cruz do Capibaribe – que já trabalhava com confecções.

Atualmente, a produção de confecções atinge todo o território urbano do município de Toritama, além de áreas rurais do entorno da cidade. Nesses locais encontram-se pequenas fábricas e espaços domiciliares que se especializaram em

etapas da produção (LIRA, 2011). A cidade faz parte do “Território da Sulanca” juntamente com Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e as áreas rurais do entorno desses municípios formam o “espaço do aglomerado produtivo de confecções” que, no dizer de (LIRA, 2011, p. 104), é o seguinte: “a relação entre Toritama e as áreas rurais acontece não somente em seu entorno, como também com áreas rurais de outros municípios, fato associado à crescente demanda de trabalho”.

TORITAMA/PE (“SHOPPING PARQUE DAS FEIRAS”)

Fonte: <http://blogspot.com>

A produção de confecções em Toritama é caracterizada majoritariamente pela informalidade através da força de trabalho familiar. O escoamento dessa produção acontece através do shopping popular da cidade intitulada Parque das Feiras. O Parque das Feiras é um dos mais importantes polos comerciais de moda do agreste pernambucano. Ele é um complexo de nove hectares, com onze mil metros quadrados em área coberta e que comporta aproximadamente mil boxes e ainda possui uma grande praça de alimentação e estacionamento para mais de dois mil veículos.

O Parque das Feiras foi inaugurado no ano de 2001 e foi construído pelo Banco do Nordeste, em uma parceria pública/privada. A prefeitura fez a doação do terreno e os comerciantes compraram os boxes. Ao todo o espaço possui 115 lojas e 835 boxes. As lojas variam de tamanho e o condomínio pago pelos lojistas vai de R$ 400,00 reais mensais a dois mil, dependendo do tamanho do espaço destinado para a loja. O valor do condomínio dos boxes é de R$ 146,00 reais. Quem administra o espaço é a Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama.

A Feira de Jeans no meio da rua é administrada pela Prefeitura Municipal, sem esta oferecer a menor infraestrutura para os comerciantes que sobrevivem de comércio de rua (feira da sulanca). É importante registrar que de todas as cidades visitadas na Pesquisa de Campo, Toritama chama atenção pela falta quase que total

de infraestrutura urbana e pela poluição do Rio Capibaribe, principal rio do Agreste de Pernambuco, que é mal utilizado na produção de jeans, conforme fotos a seguir:

FOTO DO RIO CAPIBARIBE NA CIDADE DE TORITAMA/PE	

Fonte: CARNEIRO (2017). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Por fim, registre-se que ninguém da Associação foi encontrado para responder às indagações da doutoranda.

6.5.3 Polo Comercial de Caruaru

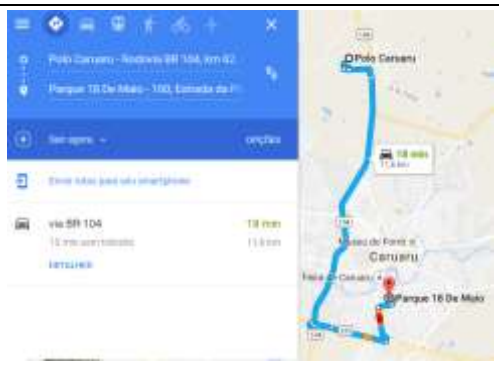
O polo comercial de Caruaru, inaugurado em 2004, conta com uma estrutura de 64 mil metros quadrados de área coberta e abriga uma diversidade de atividades, quais sejam: Universidade de Pernambuco (UPE), o curso de medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a empresa de *callcenter* Provider, que presta serviço para o INSS e emprega mais de duas mil pessoas. O restante do espaço se divide em praça de alimentação, algumas lojas de confecções, calçados e acessórios.

POLO DE CARUARU **LOJAS E PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO**	

Fonte: CARNEIRO (2016). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Como nos casos de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o projeto do polo comercial de Caruaru está inserido no contexto dos investimentos realizados em torno do crescimento da produção têxtil da região, embora rivalize com espaços de comercialização presentes antes da construção, como mencionado anteriormente. A feira de Caruaru já estava presente na cidade desde o início do século XX comercializando um amplo leque de produtos, inclusive têxteis (MIRANDA, 2013).

Com a ampliação das atividades têxteis na região, o produto passou a ser relevante dentre as mercadorias comercializadas nessa feira. Em 2006, pouco mais de 22.000 comerciantes realizavam cerca de R$ 22 milhões em negócios, semanalmente. Esse valor corresponde pouco menos de 50% da estimativa do total do faturamento semanal da feira (MIRANDA, 2013). O crescimento das atividades comerciais e, consequentemente, a expansão do espaço ocupado pela feira levou a prefeitura a transferi-la para a Parque 18 de Maio, há poucos quilômetros do Polo Comercial de Caruaru.

DISTÂNCIA ENTRE A FEIRA DE CARUARU E O POLO DE CARUARU	

Fonte: GOOGLE MAPAS (2016).

É interessante observar que a área em torno do Polo Comercial de Caruaru, na Rodovia BR 104, vem recebendo importantes empreendimentos imobiliários. Nas proximidades do complexo foram lançados dois empreendimentos voltados para famílias de alta renda: o condomínio horizontal da grife Alphaville e a casa de recepções Baco's.

Desta forma, ao contrário da visão usual que associa os shoppings populares a população de baixa renda, no caso de Caruaru, a elitização do espaço urbano, ironicamente puxado pela expansão dos negócios em torno da Sulanca, acaba por criar certa estratificação de empresários nesse mercado, posto que enquanto os pequenos negociantes continuam atuando nas feiras com pouca infraestrutura, os empresários melhor posicionados no mercado se movem para os shoppings, sem destacar sua atuação nos espaços tradicionais. Em outras palavras, enquanto os pequenos negociam suas mercadorias nas feiras, os grandes empresários circulam, tanto pelas feiras, como pelos shoppings. Nas palavras de Lima (2011):

> Com a criação dos espaços climatizados dos Shoppings populares (os quais cobram taxas de aluguel), as posições sociais são mobilizadas, reforçando taxas diferenciais de lucro entre empresários, o que aumenta suas vantagens seja na comercialização seja na produção. Para alguns, os espaços da feira, principalmente nas barracas montadas, representam a única forma de comercialização, mesmo que para a maioria a rotatividade junto às três feiras seja a regra. Outros, porém, detêm magazines, lojas noutros municípios, e boxes nos Shopping.

Atualmente o polo de Caruaru atravessa profundas transformações por causa do fechamento de muitas lojas, sobretudo de confecções. A administração do Polo– dois sócios da iniciativa privada – tenta diversificar ainda mais o ramo de atividades no sentido de manter o imenso complexo. Neste sentido, grandes marcas comerciais estão instaladas no espaço: Makro, Lojas Americanas e Esponsende.

POLO DE CARUARU REDES NACIONAIS	

Fonte: CARNEIRO (2016). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

O caso do Polo de Caruaru é emblemático, um espaço gestado pelo setor privado, com o objetivo de escoar a produção de confecções da cidade, tanto que o polo foi construído em um terreno de 84 hectáres, no Km 62 da BR 104, principal eixo de circulação do polo de confecções do Agreste pernambucano e que foi duplicada recentemente. O fato é que o espaço não obteve o êxito comercial esperado, tanto que teve que diversificar os ramos das atividades comercias para continuar se mantendo. Em conversa informal com uma funcionária do Polo, de forma discreta, esta falou:

> *Desde 2014 vem fechando lojas, caindo muito o movimento e eu acho que é por causa do valor do condomínio daqui de novecentos reais, é muito caro e a direção do espaço não baixa. Pra completar os sacoleiros não vem para cá não. Aqui só vem o turista rico e só no São João. Os sacoleiros ou sulanqueiros, que é tudo a mesma coisa, acha mais futuro ir para as feiras da rua, as feiras da sulanca. Quem ainda tem loja aqui são os donos das melhores confecções, por que tem fábrica aqui em Caruaru ou Toritama ou em Santa Cruz. Hoje em dia aqui tem de tudo: exposição de cachorro, shows, só não tem mais quase lojas de confecção, é uma pena.*

POLO DE CARUARU SERVIÇOS PÚBLICOS	

Fonte: CARNEIRO (2016). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Importante registrar algumas considerações com relação à pesquisa de campo no Polo de Caruaru. A doutoranda foi recebida pela supervisora de marketing, Ana Karla, que assim se apresentou. Esta fez o seguinte registro:

> *A fundação do Polo foi há doze anos, no ano de 2004. Inicialmente eram seis sócios que fizeram uma parceria, a construção foi de iniciativa pública/privada. Atualmente só tem dois sócios. O foco inicial era atacado e chegou a ter aqui 700 lojas de tamanhos variados e dividia-se entre lojas e boxes. Atualmente aqui tem 300 lojas que representa algumas fábricas locais. Destas lojas, algumas são próprias e outras alugadas.*

POLO DE CARUARU FECHAMENTO DE LOJAS DE CONFECÇÕES	

Fonte: CARNEIRO (2016). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Quando perguntada pelo valor do condomínio, a resposta não foi objetiva, a entrevistada respondeu:

> *O valor do condomínio não é alto. Quem gerencia esses valores é a superintendência do local que está dividida em quatro departamentos: contratos, recursos humanos, marketing e financeiro. Esse valor do condomínio é para cobrir as despesas com limpeza, segurança e folha de funcionários, que possui mais ou menos um local de 80 funcionários.*

Quando perguntada pelos motivos pelos quais tantas lojas terem sido fechadas, a entrevistada foi enfática na resposta:

> *Houve uma transformação no espaço que atualmente abriga novas operações comerciais, operações coorporativas, como por exemplo, o Porto Digital que é um ambiente de inovação e tecnologia com incubadoras e 'standaps'. Atualmente, existe uma rotatividade de eventos: concursos, exposições, shows e apresentação teatrais.*

POLO DE CARUARU
POLO DIGITAL, ARMAZÉM DA CRIATIVIDADE E ESPAÇOS PARA SHOWS

Fonte: CARNEIRO (2016). Pesquisa de campo/arquivo pessoal.

Quando perguntada se existia alguma associação que representava os trabalhadores ou mesmo os lojistas, esta respondeu:

> *Não tem associação de lojistas e não tem representante trabalhista. Não são mais trabalhadores, são lojistas.*

Aprofundando a pesquisa em Caruaru, a doutoranda entrevistou Marcos Sodré, que faz parte da direção do Polo de Caruaru. Segue o registro das perguntas que foram respondidas via e-mail:

> **HISTÓRICO DO POLO:**
> 1. **Data de Fundação.** *26 de novembro de 2004*
> 2. **Os responsáveis (donos) do empreendimento?** *Djalma Junior e Alfredo Alves*
> 3. **A construção foi uma parceria pública/privada? Quais os agentes financeiros envolvidos?** *A construção foi com recurso 100% privado, capital próprio dos 9 sócios da época.*
> 4. **Qual o valor gasto na construção do empreendimento?** *R$ 40 milhões.*
> 5. **Qual foi o objetivo da criação deste grande empreendimento? Quem são os beneficiados?** *O objetivo foi de oferecer um centro de compras com conforto e comodidade pra o comércio da confecção produzida na região.*
> 6. **Que empresa construiu o Polo?** *A Bezerra Engenharia foi a construtora responsável.*

PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS:

1. **Atualmente, existem parcerias com instituições públicas e privadas? Quais as instituições estão presentes no Polo?** *Hoje temos como locatários a UFPE, UPE, Provider (call center), Lojas Americanas e o Poto Digital com o Armazém da Criatividade, que é uma OS (Organização Social), além dos quase 300 lojistas.*
2. **Os lojistas do Polo receberam ou recebem alguma capacitação por alguma instituição?** *Já oferecemos capacitações através do SEBRAE e SENAC.*
3. **O empreendimento atendeu as expectativas iniciais do projeto?** *Com relação à obra atendeu sim, com relação ao mercado, pretendíamos atingir o atacadista, porém hoje o cliente varejista domina o público comprador nas lojas.*
4. **Existe uma diversidade nas atividades comerciais do Polo ou o espaço comercial atende apenas ao ramo de confecções?** *O Polo hoje é um complexo formado por Universidades (UPE e UFPE), Call Center (Provider), Armazém da Criatividade, temos um pavilhão de eventos com 5 mil m² além do centro de compras com 90% do mix de confecções e os outros 10% divididos entre calçados, acessórios, artigos em couro, perfumaria, alimentação, lotérica, bijuteria, presentes, artigos religiosos, etc.*

PERFIL DOS ATUAIS LOJISTAS:

1. ***Os lojistas são os donos das lojas (proprietários) ou pagam aluguel das lojas ao Polo?*** *Os lojistas são todos locatários, pagam aluguel.*
2. ***Os lojistas são os mesmos trabalhadores da "sulanca" (trabalhadores de rua) ou representam (donos) as marcas que eles próprios fabricam?*** *Existe uma grande heterogeneidade no perfil do nosso lojista, que vai desde o sulanqueiro, passando por profissionais de outros segmento que resolveram empreender, até grandes fabricantes de confecções da região, que montaram lojas no Polo.*
3. ***Qual o valor do condomínio pago pelos lojistas?*** *Algo em torno de R$ 23,00/m².*

PERFIL DOS CONSUMIDORES:

1. **De maneira geral, quem são os consumidores do Polo? São turistas ou comerciantes vindos de outros estados?** *Nosso cliente é predominantemente as famílias oriundas de cidades como Recife, Maceió, ou mesmo Caruaru e região, que procuram a confecção de qualidade com preço atrativo que encontramos na região, mas com a comodidade, acesso e conforto de um centro de compras organizado, estilo outlet.*
2. **A localização do Polo facilita ou dificulta o acesso dos consumidores?** *A localização é estratégica, pois fica há 7 minutos do centro de Caruaru e ao mesmo tempo numa rodovia de grande fluxo e fácil acesso para quem vem de outras cidades.*
3. ***A recente crise econômica diminuiu as vendas no Polo?*** *Sentimos a crise sim, mas ao analisarmos os números que temos acesso, nosso fluxo diminuiu bem menos que o encolhimento da economia. Ou seja, conseguimos cair menos do que a economia e a tendência a partir de 2017 é de crescimento, mesmo que comedido, porém contínuo.*

6.5.4 A relação com o setor público - Caruaru

O Secretário de Planejamento Urbano de Caruaru se mostrou bastante solícito desde os primeiros momentos da entrevista. Depois das devidas

apresentações, este fez questão de explicar sua atual função:

> *Secretaria de Planejamento Urbano, agora é Empresa de Urbanização, Planejamento e Meio Ambiente de Caruaru – URB, com funções mais amplas eu não sou qualificado de Secretário e sim de Presidente da URB.*

Ao compreender o objeto de estudo da doutoranda, o secretário manifestou:

> *A construção daquele espaço foi um equívoco. Ele é muito grande e fica fora da cidade. Inicialmente, a proposta de construção foi interessante, mas atualmente só não é um elefante branco, porque o espaço é ocupado com outras atividades, que não seja apenas o comércio de confecções.*

Quando perguntado da relação da Prefeitura com o Polo Comercial, este respondeu:

> *Não existe nenhum vínculo, pois o espaço é gerenciado por particulares. Na construção teve recursos públicos, no entanto, o espaço foi assumido por sócios. Eu não fazia a época parte da Prefeitura, mas acho que eram seis sócios.*

E acrescentou ainda:

> *Acho também que aquele espaço foi um equívoco, porque é cultural as feiras de confecções no meio da rua, tanto aqui em Caruaru, como em outras cidades no interior de Pernambuco. Nós temos um projeto de construção de um* shopping *popular no centro da cidade perto do local onde tem a Feira da Sulanca, para colocar e organizar esse tipo de comércio. E acho que vai ser difícil de convencer o pessoal ir para este* shopping*. Mas o novo plano diretor prevê esse espaço.*

Quando perguntado pela doutoranda quem são os trabalhadores que comercializam no Polo Comercial de Caruaru, este respondeu:

> *Ah não são trabalhadores de rua não. São funcionários dos lojistas que tem fábricas de confecções em Caruaru mesmo ou em Toritama ou em Santa Cruz do Capibaribe e lá é para mostrar o seu produto para outros comerciantes de fora ou turistas que não querem ir para a Feira da Sulanca. Os dois* Shopping *populares de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe tem muito mais movimento do que o daqui e este fato acontece por causa da localização mesmo, pois o daqui é distante, fora da cidade, voltado para rodovia, é para o turista mesmo e aquele que tem carro.*

Quando interpelado sobre a pujança do comércio de confecções de Caruaru e o porquê de não ter sido construído esse espaço dentro da cidade, este responde:

> *Falta de planejamento de outras gestões mesmo. Mas caso permaneçamos na Prefeitura, acho que a questão vai ser resolvida.*

Importante ressaltar que esta entrevista aconteceu no início do mês de agosto e este agente público estava na expectativa com o resultado das eleições e finalizou:

> *O Plano Diretor de Caruaru é de 2004. Estamos na fase de fazer uma licitação para abrir um edital*[14] *para elaboração do novo Plano Diretor, aí sim, todas estas questões serão, enfim, contempladas.*

É importante aqui registrar que o Plano Diretor de Caruaru de 2004 recebeu restrições por parte do Ministério Público da cidade, por causa da questão do zoneamento. Ademais, no processo de elaboração do novo instrumento legal são necessárias plenárias junto à população local, no entanto, a fala do gestor municipal não contempla as demandas da população que teria de ser ouvida através das conferências municipais, pois este deixou claro que contratará, através de edital, um escritório, que será responsável pelo novo documento.

Os relatos colhidos indicam que o Polo Comercial de Caruaru não atende os interesses dos pequenos negociantes da indústria da Sulanca, embora, ainda que parcialmente, tenha sido beneficiado pelo setor público. A instalação de empreendimentos de luxo nos arredores do empreendimento sugere que o projeto, bem como do espaço em torno dele teria sido originalmente planejado para os extratos de média e alta renda da população.

Embora não tenha sido o objetivo dessa pesquisa, é interessante observar que os problemas enfrentados pelo Polo Comercial de Caruaru parecem estar relacionados ao super-dimensionamento do empreendimento, bem como pelo fato do próprio planejamento do projeto não ter considerado o público alvo que justificou o aporte de tão alto recurso (cerca de 40 milhões), ou seja, os sulanqueiros. Ao contrário, o empreendimento parece ter sido planejado para atender o público de renda média e alta da região que, ironicamente, obtém parcela expressiva de seus rendimentos exatamente nas atividades ligadas à Sulanca.

---

[14] Em conversa informal com um advogado que atua na esfera do Direito Municipal, este afirmou que o seu escritório de consultoria com sede em Brasília produziu cerca de cem planos diretores e não se referiu às plenárias municipais.

6.5.5 Campina Grande/PB e Caruaru/PE: prazer em conhecê-las!

Dada a importância regional das cidades de Campina Grande na Paraíba e de Caruaru em Pernambuco, a autora da presente tese, sentiu a necessidade de registrar dados históricos e quantitativos das respectivas cidades que compõem a lista das dez cidades mais importantes do interior do Nordeste.

As cidades de Campina Grande e Caruaru ocupam posição importante na rede urbana de seus respectivos estados. Tal primazia reflete condicionantes econômicos, políticos e sociais que foram construídos ao longo da história do Nordeste. Assim, de forma a contextualizar esses territórios na discussão levada a cabo nessa tese, optou-se pela construção de um breve diagnóstico sobre as cidades em foco.

Campina Grande

Fonte: http:// cartoriomais.com.br

Caruaru

Fonte: http://blogs.diariodepernambuco.com.br

As cidades de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), cenários de referência geo-espacial para localização do presente objeto de estudo, reúnem mais similitudes do que diferenças. Embora não se pretenda negar que toda cidade é um coletivo de particularidades com circunscrição multifacetada do real, configurando especificidades próprias, no caso em tela, há uma dinâmica compondo uma esteira de elementos convergentes seja na gênese das duas cidades, seja no processo de evolução do desenvolvimento alcançado ao longo dos anos.

Nos traços de origem de uma e outra cidade, registram-se aldeamentos de povoamentos indígenas constituídos coincidentemente por pequenos grupamentos aborígenas ligados aos povos cariry e ariú, fixados no mesmo e extenso território da Serra da Borborema. Termo, aliás, de origem Tupi, significando: *terra de pouca gente*.

Ao longo do tempo, este território estendido, de clima ameno e atrativo em boa parte do ano, tornar-se-ia marcado por pontos de apoio com modestas estalagens que passaram a servir de hospedarias e albergues para repouso mais demorado ou mesmo para descanso rápido de viajantes.

Fundada em 1697, Campina Grande seria elevada à categoria de Vila (Vila Nova da Rainha) em 1790 e de município, em 1864. Caruaru, por sua vez, fundada em 1781, passaria a Vila em 1848, e a cidade em 1857.

Ambas localizadas no agreste (região entre a Zona da Mata e o Sertão) de seus respectivos estados constituiu um processo natural a fixação de recantos habitados e de fazendas agropastoris, com a crescente atração de famílias e respectivas criadagens. O próprio nome *Caru'aru*, termo do dialeto dos índios Cariry, encerra a noção de expectativa de melhoria de vida, uma vez que significa terra de fartura. Curiosamente, as duas cidades têm altitude próxima com marcação em torno de 600 metros acima do nível do mar.

Nesta imensa paisagem de silêncio e de "viventes passando de passagem", marcam presença aventureiros de pequenos negócios, comerciantes autônomos isolados, representantes mercantis solitários, viajando em dupla e, bem mais tarde, transformada em caixeiros viajantes. Ainda, clãs de grupos familiares em permanente processo de deslocamento à busca de trocas mercantis, envolvendo animais, víveres e gêneros alimentícios básicos, constituíram os mesmos grupos em trânsito e, muitas vezes, de presença e fixação nos territórios correspondentes às regiões onde se situam e se recriam Campina Grande e Caruaru na linha do tempo.

Surgidas sob o influxo do existencial e da mobilidade contingencial, aproximam-se pela necessidade de produzir a estocagem de formas operosas de vida. Por estes registros, percebe-se que, na origem das duas cidades, identifica-se não apenas uma forte motivação de negócios, como esta característica serve de energia indutora desde sempre não só para impulsionar o espírito empreendedor de suas populações, como também para selar uma marca registrada que lhes é própria: um elevado sentimento de auto-estima fortemente entranhado no inconsciente coletivo de suas populações. Não por acaso, ambas as cidades se fazem reconhecer por autoelogios e superiores atributos, como se pode ver:

Campina Grande	Caruaru
1. Capital do Trabalho 2. Cidade Rainha 3. Rainha da Borborema 4. *Liverpool*[15] Brasileira 5. *Tech City*[16]	1. Capital do Agreste 2. Princesinha do Agreste 3. Capital da Arte Popular 4. Capital do Forró[17] 5. Terra dos Artesãos/Reino dos Artesãos

Estas expressões socialmente qualificadoras denotam o enraizamento de um agudo sentimento de *upgrade* coletivo tão marcante que funciona como fator de indução incomparável e de favorecimento e motivações socioeconômicas da riqueza da vida comunitária. Esta alta capacidade de impulsão, de germinação de iniciativas propulsoras, levou, em certa oportunidade, Ariano Suassuna a referir-se a Campina Grande e Caruaru como *cidades para cima*.

Pelo exposto, é razoável concluir que Campina Grande (Pb) e Caruaru (Pe) receberam, ao longo do seu desenvolvimento, impactos positivos dos viajantes mercadores e do comércio de trocas em versão incipiente naqueles tempos. Estes fatores serviram para expandir, organizar e dar dinamicidade a seus territórios, daí originou-se a função regional de ambas as cidades (BARROS, 2007). No caso de Campina Grande, esta desde cedo exerceu forte influência no Nordeste e no Estado da Paraíba por causa da pujança do seu comércio. Incialmente porque se desenvolveu sob a fase do "*ouro branco*"[18] entre as décadas de 1930 a 1950.

Com o crescimento da produção de algodão e a chegada da linha férrea para o escoamento de toda a produção algodoeira para todo o Brasil e para o exterior, a cidade passa a receber trabalhadores do interior do estado e de toda a região Nordeste, que vinham em busca de trabalho e de acender economicamente no mesmo ritmo da cidade (ARAÚJO, 2013).

Registra-se que o comércio da cidade se destacou nas mais diversas áreas e produtos, mesmo antes de Campina se tornar cidade. Para alguns estudiosos sobre

---

[15] No início do século XX, o algodão foi a principal atividade em Campina Grande. Até a década de 1940, a cidade era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, atrás apenas de Liverpool na Inglaterra. Deste feito, Campina recebeu o título de "*Liverpool* brasileira".

[16] Campina Grande é referência no desenvolvimento de *software*e indústrias de informática e eletrônica, com incentivos da Fundação Parque Tecnológico e do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A Revista *Newsweek* de abril de 2001 a nomeou de cidade "*high tech".* Em 2003 a mesma revista, qualifica a cidade como *"Vale do Silício Brasileiro"* por causa das pesquisas da Embrapa envolvendo algodão colorido ecologicamente correto.

[17] As duas cidades concorrem anualmente aos títulos de "Maior São João do Mundo".

[18] Campina Grande foi a maior exportadora de algodão do Brasil na década de 1940, herdou deste tempo a vocação da produção de redes, roupas e mantas de algodão colorido, técnica desenvolvida na Embrapa da cidade.

a cidade, esta vocação inicial para o comércio justifica-se por causa da sua posição geográfica privilegiada, pois ela torna-se ponto de encontro entre produtores e comerciantes vindos do Sertão, Cariri, Brejo e Zona da Mata (ARAÚJO, 2013).

Campina Grande, pelas razões já expostas acima se torna uma das cidades mais importantes do interior do Nordeste e entre as décadas de 1960 e 1970, através da Sudene, órgão responsável pelo gerenciamento do Plano de Metas, para o desenvolvimento do Nordeste deu grande ênfase ao processo de industrialização na região, contempla Campina com um Distrito Industrial, atraindo, desta forma mais trabalhadores, vindos sobretudo da zona rural (CARNEIRO, 2012).

No caso de Caruaru, está também se desenvolveu na fase do algodão, advindo deste período a vocação da cidade para o comércio de confecção. Neste sentido, as duas cidades passaram a operar a função de localidades centrais (BARROS, 2007, p. 10) com infraestrutura socioeconômica crescentemente consolidada para a disponibilização de bens e serviços em torno de localidades contíguas e até de regiões próximas em expansão populacional.

Esta constatação revela que ambos os municípios apresentam, comparativamente ao que ocorreu com o interior do Nordeste ao longo de todo o século passado, um desempenho econômico superior com base em variáveis que constituem um estuário de visíveis indicadores de dinâmica socioeconômica e cultural expandida.

Campina Grande e Caruaru guardam uma marca genética de operosidade e de iniciativas empreendedoras e vivem continuamente em processo de efervescência de suas populações que lhes asseguram uma postura permanente de construção de utopias coletivas, criando e gerando mecanismos alternativos de sobrevivência para suas coletividades.

A cidade é o *lócus* de múltiplas forças e poderes. Alberga variadas dimensões, dentre as quais ressaltam as dimensões econômicas e políticas. Até por isso, a cidade ganha o *status* de lugar especial das lutas sociais e, em decorrência, de qualificação crescente da cidadania. Possui, cada cidade, uma dupla face: de organização social específica e de estuário de necessidades igualmente específicas. Marx (1993, p. 78) formula esta questão de forma clara:

> Com a cidade aparece, simultaneamente, a necessidade de administração, de polícia, de impostos, etc., em uma palavra, a necessidade de organização comunal e, portanto, da política em geral. Aqui, manifesta-se

> pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação.

À luz desta dimensão multifacetada da cidade, como se posicionam Campina Grande e Caruaru na atualidade, considerando os respectivos contextos de desenvolvimento em que se acham? Sabe-se que o fator organizativo da cidade amalgama-se com todos os outros fatores. Isto considerado apresenta-se um roteiro sinóptico das realidades, conquistas e apropriações das duas cidades. Trata-se de uma quase radiografia de suas condições e disposições urbanas, ressaltando a função que desempenham como pontos de polarização regional. Mesmo porque não há como desconsiderar que:

> Uma cidade é um sistema no qual toda a vida e, também, o cotidiano, mostra a tendência para se polarizar, para se desenvolver, nos termos do agregado social público ou privado (BARROS, 2012, p. 69).

A sinopse a seguir apresentada, contendo informações pontuais das duas cidades referenciadas no estudo em tela, compactam uma base de visão socioeconômica aproximativa de suas realidades e espelham uma espécie de cenografia do processo de desenvolvimento, na moldura das respectivas metamorfoses urbanas e das transformações econômico-sociais e culturais.

Este esforço de demonstrar através de dados quantitativos as duas “metrópoles regionais” tem limitações inerentes ao processo de registro de delineamentos da memória social urbana. Segue os indicadores econômicos e sociais de Campina Grande e Caruaru, para a compreensão do universo pesquisado.

COMPARATIVO DOS INDICADORES DE CAMPINA GRANDE E CARUARU

DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO	
	CAMPINA GRANDE	**CARUARU**
Localização	Paraíba	Pernambuco
Fundação	1697	1781
Emancipação	1864	1893
Mesorregião	Agreste Paraibano	Agreste Pernambucano
Microrregião	Compartimento da Borborema	Vale do Ipojuca
População	407.754 mil (IBGE 2016)	314.912 mil (IBGE 2016)
Área	594.182 Km²	920.611 Km²
Altitude	551 m	554 m
Clima	Tropical	Semiárido
IDH-M	0,720	0,677
PIB	R$ 6.538,929 mil	R$ 5.239.833 mil
PIB per capita	R$ 16.347,24 (IBGE, 2013)	R$ 15.529,30 (IBGE, 2013)
Coeficiente de GINI	0456	0542
Posição dos setores econômicos	1° lugar: Setor Terciário 2° lugar: Setor Secundário 3° lugar: Setor Primário	1° lugar: Setor Terciário 2° lugar: Setor Secundário 3° lugar: Setor Primário
Educação Superior	17 instituições	06 instituições
Shopping convencionais Shoppingpopulares	06 01	02 01
Museus	12	04
Bibliotecas	07	04
Economia	Desenvolvimento de software Extração Mineral Comércio atacadista e varejista Setor de serviços Setor de construção civil Setor industrial: Indústria Têxtil; Indústria Calçadista; Indústria de Transformação	Confecção Agricultura Pecuária Produção de leite Setor industrial extrativo Setor de serviços Setor de construção Produção de arte popular Indústria de Transformação
Educação/cultura e tecnologia	Importante centro universitário, sendo proporcionalmente a cidade como o maior número de doutores do país: 1 para cada 590 habitantes, seis vezes a média nacional. Em 1967, instalou o primeiro computador da Região Nordeste, no Centro de Processamento de Dados da atual UFCG. Está é a razão de ser hoje referência na área de desenvolvimento de software e de indústria de informática e eletrônica. Tem 76 empresas produtoras de software. Sedia o Centro Nacional de Tecnologia do Algodão. Responsável pelo desenvolvimento do algodão colorido, e, ainda, é sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.	Possui um dos mais importantes focos de cultura popular do Nordeste; A Unesco considera a cidade o maior *centro de arte figurativa das Américas*, com destaque para A Casa-Museu Mestre Vitalino, o Museu do Barro e o Museu do Forró. Sedia a maior **feira livre** do Nordeste, tendo sido transformada em *Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro*. Em seu calendário de eventos culturais, realiza “O Maior São João do Mundo”, recebendo anualmente mais de 1.5 milhão de visitantes. O evento está registrado no Guinness World Records, como a maior Festa Country regional ao ar livre do mundo.
Singularidades	Possui, hoje, o *status* de área metropolitana por mecanismo legal estadual.	Possui, hoje, o *status* de área metropolitana por mecanismo legal estadual.

Fonte: IBGE/CIDADES, 2016

Campina Grande e Caruaru, inspiradas em um espirito empreendedor congênito, tem-se caracterizado ao longo de suas lutas cotidianas, por práticas participativas de ampliação conquistada do espaço público. De acordo com Telles (1994):

> A participação citadina se caracteriza como práticas exercidas por movimentos organizados, entidades civis ou simplesmente cidadãos mobilizados em fóruns e espaços públicos múltiplos e diferenciados, onde direitos e demandas coletivas são apresentados como questões a serem incluídas na agenda pública. Ao se organizarem e demandarem direitos, os movimentos sociais, apesar dos argumentos em torno de sua fragmentação, dispersão e fragilidade, incluiu na agenda da democratização, segundo Avritzer e Azevedo (1994), a necessidade de compatibilização entre modernização econômico-administrativo e cidadania. Isso porque o seu impacto na constituição de uma arena societária em expansão lhes permite perceber que a multiplicação de práticas democratizantes pode gerar mudanças na vida cotidiana (JACOBI, 2002, p. 33).

A criação de shoppings populares nas duas cidades decorre desta busca incessante de viabilização criativa de mecanismos de sobrevivência e, em decorrência, da contensão de processos erosivos da qualidade da cidadania.

Neste caso, as práticas sociais inerentes a este processo estão alicerçadas em necessidades de sobrevivência, no exercício da solidariedade e na confluência cívica de direitos e deveres em contexto de múltiplas resiliências populares, novas questões surgem com o crescimento das cidades.

De acordo com os dados do IBGE obtidos com o Censo de 2010, as cidades de porte médio[19] - com população entre 100 mil e 500 mil habitantes - São as que mais crescem no Brasil. Segundo dados do Instituto, esse percentual de crescimento demonstra a influência da migração no processo de crescimento demográfico de tais cidades.

As cidades de Caruaru e Campina Grande enquadram-se na classificação do IBGE identificadas como cidades *medianas*[20]. Ainda segundo o IBGE, esta categoria de cidade tem influência sobre o seu estado ou sobre uma determinada região, pois abrigam empresas, serviços, universidades, meios de comunicação, lazer e cultura.

---

[19] DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz (UERN); CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (UFRN). *O papel das cidades (inter)médias para o desenvolvimento regional – um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros – RN) e (Cajazeiras e Souza – PB),* 2013.

[20] As 10 maiores cidades do interior do Nordeste de acordo com o IBGE / cidades (2015) são: Feira de Santana/BA; Campina Grande/PB; Caruaru/PE; Petrolina/PE; Mossoró/RN; Juazeiro do Norte/CE; Imperatriz/MA; Arapiraca/AL; Itabuna/BA e Juazeiro/BA.

Importante registrar que no Brasil os estudos sobre as cidades de porte médio, ganhou relevância na década de 1970 a partir da elaboração de políticas de planejamento urbano e regional. O processo de concentração da produção de bens na região Sudeste, gerou um forte movimento de migração da força de trabalho no eixo Nordeste – Sudeste.

Neste sentido, nascem políticas de descontração urbano-regional, que objetivavam o fortalecimento de cidades de porte médio, no sentido de conter os fluxos migratórios e amenizar os problemas tipicamente urbanos, como por exemplo, a questão da moradia e da violência (DANTAS; CLEMENTINO, 2013).

Na década de 1980, essa política de desconcentração foi interrompida. As mudanças ocorridas nas duas últimas décadas, tanto na economia nacional, quanto na economia mundial – destaca-se o aumento do processo de internacionalização do capital e mercadorias – que impactou, sobremaneira, a organização da produção e por via de consequência, às cidades (DANTAS; CLEMENTINO, 2013).

Essa nova reconfiguração incentiva às cidades consideradas polos de produção e impulsiona interesses pelas cidades de tamanho medianas, como Caruaru e Campina Grande, que são cidades polos, respectivamente, uma na produção de confecções e outra, na de tecnologia.

Assim, a partir de visitas de campo e entrevistas orientadas, buscou-se desvendar os elementos que unem e separam as experiências da construção de shoppings populares nas áreas selecionadas. Embora aspectos ligados a organização urbana tenham sido analisados, a pesquisa concentrou as atenções no relacionamento dos atores ligados aos shoppings populares com o setor público.

7 CONCLUSÃO

A proposta dessa tese foi investigar os diferentes significados que a ideia de shopping popular adquiriu no período recente da história econômica e das políticas territoriais no Brasil. A importância da investigação desses significados está no uso que deles vêm sendo feitos para justificar a configuração de políticas públicas que não apenas afetam o desenho do espaço urbano, bem como o uso de recursos públicos. Além disso, a pesquisa buscou demonstrar que o apelo em torno dos shopping populares combina elementos ao mesmo tempo de complementaridade e de conflito que variam de acordo com as circunstâncias nas quais esses empreendimentos são construídos.

Muitos shoppings populares foram justificados (e financiados com recursos públicos) no bojo de medidas governamentais destinadas ao atendimento do público em geral (pois cumpririam o papel de ordenamento do espaço urbano), como uma espécie de política de geração de emprego e renda. Nesse último sentido, os shoppings populares seriam um passo na direção da melhoria das condições de trabalho dos comerciantes ambulantes, além de instrumento de redução da informalidade e ilegalidade.

No entanto, os depoimentos colhidos nessa pesquisa apontam para o caráter higienista desses empreendimentos, ou seja, trata-se de “livrar” as ruas dos camelôs. Naturalmente, a remoção dos camelôs satisfaz interesses diversos, tanto os dos lojistas formalmente estabelecidos, como os de parcela da população, especialmente das famílias com renda média e alta. Para os primeiros, a remoção dos camelôs elimina a concorrência, enquanto para os últimos a remoção dos camelôs pode vir acompanhada pela realização de investimentos de revitalização urbana.

Cumpre destacar, entretanto, a contradição presente no modelo baseado na construção dos shoppings populares no que tange à questão de criação de postos de trabalho. Como foi demonstrado nesta pesquisa, conquanto a produção de excedentes de força de trabalho seja inerente à dinâmica capitalista, a rigidez das oligarquias urbano-industriais e agrárias, e mesmo a legislação trabalhista (que deveria proteger os trabalhadores) atuaram no sentido de intensificar o excedente de braços.

Outra questão relevante é que os próprios trabalhadores financiam ou compram à vista seus boxes, juntos aos bancos públicos no caso da Paraíba ou juntos a iniciativa privada, como em Pernambuco. Para aqueles trabalhadores que não possuem recursos financeiros para compra do seu instrumento de trabalho, resta-lhe a rua, as chamadas Feiras da Sulanca ou Feiras do Poeirão, feiras gestadas e administradas pelo poder público municipal, sem oferecer a menor infraestrutura urbana ao trabalhador que sobrevive dessa modalidade de trabalho.

Neste sentido, se o trabalho já é precarizado dentro desses espaços (shopping popular), a prática fora deles é degradante, desumana e demonstra a ineficaz ação das prefeituras que se utilizam do falso discurso de que se trata de uma questão cultural, pois quem compra no shopping popular é sacoleiro e no meio da rua é sulanqueiro. Quando pouco difere o tipo de mercadoria, a qualidade e as formas de produção da confecção oferecida, com base no trabalho informal e com baixo percentual de lucro para o vendedor, de fato, trata-se de 'confecção de subsistência familiar'. No caso do Nordeste, na sua maioria, estes 'comerciantes' são ex-agricultores que migraram para o comércio urbano de confecções, fugindo da insistente seca que assola há anos a região.

Ademais, a incapacidade do capitalismo retardatário brasileiro de oferecer postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver amplas parcelas da população nas atividades dinâmicas, como demonstrado por Chico de Oliveira, Celso Furtado e Milton Santos, referências que foram acionadas para guiar essa pesquisa, implicou num quadro de desocupação que forçou milhares de famílias a buscar a sobrevivência nos interstícios da economia. Portanto, o acionamento dos shoppings populares como estratégia de geração de empregos, além de ineficaz e incoerente com a política econômica, pode ter aberto o caminho para novas estratégias de reprodução do capital, especialmente do capital mercantil.

Enquanto as experiências de Campina de Grande e de João Pessoa mostram situações de conflito entre os trabalhadores dos shoppings populares e a administração municipal, evidenciando o caráter incompleto e contraditório dessas iniciativas. De outro lado, a completa falta de conexão entre os empreendimentos realizados e as atividades desempenhadas pelos trabalhadores de baixo poder aquisitivo envolvidos na produção e comercialização da sulanca mostra como o uso conveniente dos significados dos shoppings populares pode ser útil para o capital mercantil.

Embora as feiras da Sulanca há muito estejam presentes no contexto do econômico do interior de Pernambuco, é interessante notar que a valorização das políticas de desenvolvimento local por meio de farta distribuição de incentivos fiscais contribuiu para a expansão dessa atividade. Como mencionado, tal valorização resulta, dentre outros motivos, da disseminação do pensamento liberal na condução da política de desenvolvimento regional, bem como dos efeitos causados pela reestruturação produtiva dos anos 1990. Além disso, igualmente importante foi aumento da renda disponível para consumo, nos anos 2000, especialmente entre as famílias de baixo rendimento, cujos efeitos sobre o mercado interno foram indiscutíveis, sobretudo no Nordeste. Ou seja, embora as feiras da Sulanca estejam há muito no Nordeste, a combinação da política de desenvolvimento local, dos incentivos fiscais e, mais tarde, do aumento do consumo das famílias de baixo poder aquisitivo, contribuiu para o crescimento expressivo desse negócio nas áreas estudadas.

O sucesso regional da Sulanca engordou os lucros dos capitais industrial e mercantil. Assim, a combinação da expectativa de lucros, da disponibilidade de recursos públicos e de incentivos fiscais generosos parece ter contribuído para “tirar da gaveta” grandes projetos comerciais que hoje integram a paisagem de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. É interessante observar, no entanto, que esses megaempreendimentos comerciais foram construídos em meio a um “mar de barracas” que, por sua vez, abriga trabalhadores de baixo rendimento que integram os escalões subalternos da indústria da sulanca.

O caso de Caruaru é emblemático. Embora o projeto tenha contado com recursos privados (através de empréstimos obtidos junto a bancos públicos), a partir de justificativas ligadas à indústria da Sulanca, sua concepção parece ter sido planejada para atender a demanda das famílias de média e alto poder aquisitivo da região. Além disso, nas três grandes cidades do polo de confecções de Pernambuco (Caruaru, Santa Cruz de Capibaribe e Toritama), a construção dos shoppings, no bojo de parcerias público-privadas, contou com a doação de terrenos pela prefeitura e, em pelo menos um dos casos, com a execução de obras viárias para atender o empreendimento.

Considerando que nos empreendimentos imobiliários realizados totalmente com capital privado os gastos com aquisição de terrenos fazem parte dos custos do negócio, a doação de terrenos públicos para a construção dos shopping populares

deveriam, pelo menos em tese, reduzir o custo final para os adquirentes finais dos boxes. Além disso, considerando o caráter social da justificativa do empreendimento, o benefício da aquisição de boxes comerciais com subsídio público deveria atender, prioritariamente, os micro e pequenos comerciantes do polo de confecções.

Infelizmente, não foi possível obter informações para essa tese sobre ambas as questões levantadas, ou seja: a) se o repasse do subsídio indireto (derivado da doação do terreno) foi repassado para o preço final dos boxes no momento da sua comercialização e b) se os compradores finais dos boxes foram, majoritariamente, micro e pequenos empresários. De qualquer forma, tal discussão parece merecer dedicação, seja pela autora em trabalhos futuros, seja por outros pesquisadores.

Outro aspecto interessante relacionado à construção dos shopping populares nas principais cidades do polo de confecções pernambucano está relacionado ao tamanho do projeto. Relatos colhidos, tanto entre os agentes do Estado quanto entre representantes do setor privado, sugerem que houve certo superdimensionamento do empreendimento.

Mais interessante é o caso de Caruaru. Embora a construção do Polo Comercial de Caruaru tenha sido justificada para abrigar os sulanqueiros, a maioria dos micro e pequenos empresários da Sulanca continuam realizando seus negócios em área aberta fora do referido shopping. Tal situação levou o governo municipal a considerar a construção de um novo espaço para abrigar os sulanqueiros, conforme atesta o plano diretor da cidade.

As investigações realizadas nas cidades selecionadas da Paraíba e de Pernambuco sugerem que os shoppings populares podem contribuir como instrumentos para atender às necessidades da acumulação do capital. Nesse sentido, a materialidade dos shoppings populares responde a legados, movimentos e circunstâncias, muitas vezes contraditórias, que combinam convenientemente duas dimensões:

(i) De um lado, o excedente de força de trabalho, agravado pelas particularidades do caso brasileiro, gera pressões sobre o espaço urbano e sobre os trabalhadores ambulantes, que acionam o setor público.

(ii) De outro lado, os shoppings populares surgem como respostas para as pressões criadas pelo excedente de força de trabalho e, nessa condição, passam a contar com benefícios do setor público.

Assim, embora as circunstâncias, os usos e os conflitos presentes nos shoppings populares possam variar nas diferentes experiências, a construção desses empreendimentos comerciais parece resultar da acomodação de interesses dispersos.

De um lado, os trabalhadores ambulantes ganham o “direito de trabalhar” sobre o abrigo físico e legal dos shoppings populares, embora existam casos nos quais a localização inadequada desse shopping inviabiliza os negócios, forçando os comerciantes ambulantes a retornar aos seus locais de origem.

De outro lado, os shopping populares podem representar novas possibilidades de ganhos para o capital, por meio da valorização fundiária de áreas renovadas, do mercado financeiro (que financia os novos equipamentos) ou mesmo nas próprias atividades de construção civil.

É importante registrar que o significado dos shoppings populares pode ser capturado por interesses políticos e econômicos de forma a atender o processo de acumulação capitalista, sem criar benefícios sociais para os trabalhadores.

No entanto, estes espaços podem ser considerados estratégias importantes como políticas públicas de geração de emprego e renda, desde que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Ademais, os trabalhadores que foram entrevistados na pesquisa de campo, no geral estão satisfeitos com a transferência deles da rua para os shoppings populares, mesmo continuando em sua maioria, na informalidade, conforme os resultados abaixo:

QUADRO 21 - RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO

RESUMO DO ESTUDO DE CASO DO "TERCEIRÃO" EM JOÃO PESSOA/PB	RESUMO DO ESTUDO DE CASO DO EDSON DINIZ EM CAMPINA GRANDE/PB
• Financiamento público (Banco do Nordeste); • 260 boxes; • Terreno no centro da cidade doado pela Prefeitura Municipal com 1.600m²; • Pagamento individual por trabalhador de aproximadamente R$3.500,00; • Não se percebem mais camelôs, mas comerciantes; • O estigma de consumir produtos no Terceirão.	• **Perfil dos trabalhadores** – ambulantes e camelôs • **Tipos de produtos vendidos** – confecções e eletroeletrônicos • **Perfil dos consumidores** – Classes A, B e C • **Nível de satisfação** – atende as expectativas dos trabalhadores • **Grau de informalidade** – 60% são informais • **Quantidades de boxes** – 360 boxes • **Valor atual do empreendimento** – 28 milhões de reais
RESUMO DO ESTUDO DE CASO DO MODA CENTER EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE	**RESUMO DO ESTUDO DE CASO DO POLO COMERCIAL DE CARUARU/PE**
• **Perfil dos trabalhadores** – ex-agricultores que migraram para o comércio de confecções fugindo da seca, aqui se pratica a "confecção o de subsistência familiar" • **Tipos de produtos vendidos** - confecções • **Perfil dos consumidores** – Classes A, B e C e grandes lojistas do Norte, Nordeste e Sudeste. • **Nível de satisfação** – atende as expectativas dos trabalhadores e consumidores • **Grau de informalidade** – 80% são informais • **Quantidades de boxes** – 9.624 boxes • **Valor atual do empreendimento** – não revelado • **Lucro anual estimado** – R$1 bilhão	• **Perfil dos trabalhadores** – lojistas (donos das lojas) • **Tipos de produtos vendidos** – confecções e artesanato • **Perfil dos consumidores** – Famílias oriundas de Recife, Maceió e Caruaru • **Nível de satisfação** – não atende as expectativas • **Grau de informalidade** – não foi possível ser avaliado • **Quantidades de lojas** – 300 lojas • **Valor atual do empreendimento** – R$ 40 milhões • **Parcerias público-privada –** UFPE, UPE, PROVIDER (*Call centre* da Previdência), Lojas Americanas, Esposende, Porto Digital e Armazém da Criatividade

Estes são os dados finais captados pela autora na pesquisa de campo. No entanto, a temática sobre shopping popular não se esgota nessa tese, merece por parte da autora um olhar apurado em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Brunu; CORSEUIL, Carlos Henrique L. Análise da dinâmica do emprego setorial de 2014 a 2015. **Nota técnica.** n.º 23, Brasília, janeiro de 2016.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo (Org.) **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício de (Coord). **Trabalho precário no meio urbano**: semáforos do Recife (Fundação Joaquim Nabuco). Recife: Massangana, 2007.

ARAÚJO, Antônio Emanuel Albuquerque. **O comércio popular e a presença dos circuitos da economia urbana no shopping centro Edson Diniz.** TCC/UEPB, Campina Grande/PB, 2013.

BACELAR, Tânia. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do mercado de trabalho no Brasil**: **da escravidão ao assalariamento**. (Tese de Mestrado). Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Economia), 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. **Para entender as economias do terceiro mundo.** 2.ed., Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **A Evolução do Pensamento da CEPAL**: 1948 – 2008.

BIENENSTEIN, Glauco. Shopping center: o fenômeno e sua essência capitalista. **Geographia**, v. 3, n. 6, p. 53-70, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSCO, Carlos Alberto, **Trabalho informal**: realidade ou relação de empregos fraudulenta? Curitiba: Juruá, 2004.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 27 fev. 1967.

_____. Lei n. 8.949, de 9 de dezembro de 1994. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 12 dez. 1994.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

_____. **O Brasil e o mundo em dados comparativos**. Brasília, DF, 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas 14 de junho de 2000, pp. 153 – 174.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**, Trad. de Diego Mainardi, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CAMARGO, José Márcio. (Org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARDOSO, Adalberto Moreira. ANTUNES, Ricardo (Coord.). **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** Coleção Mundo do Trabalho.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo; **Dependência e desenvolvimento na América Latina**, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARNEIRO, Cristianne Maria Barbosa. **Verso e reverso do trabalho informal**: uma análise do aparato legal que (des)ampara os trabalhadores do Shopping Terceirão em João Pessoa – PB. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

CARTA DE CONJUNTURA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Grupo de Análise e previsões. (dez. 2007) -, Rio de Janeiro: Ipea, **Dimac,** 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; HAGUETE, Teresa Maria Frota; (Org.). **Trabalho e condições de vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo – Brasília: Hucitec, 1984.

CASTELLS, M., e BORJA, J. E. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. In: **Cadernos Ippur**: Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. ano XI, ns. 1 e 2. Campinas: jan-dez/1997.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHICO Chão. **Versos soltos**. Campina Grande, s/d.

CIDADES DO BRASIL. **O caos das provisórias:** parlamentares reclamam que o governo está usurpando a função legislativa, e o governo, da morosidade do Congresso nas votações das medidas.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê violações ao direito ao trabalho e ao direito à cidade dos camelôs no Rio de Janeiro.** Setembro de 2014.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Mapa do trabalho informal do município de São Paulo. CUT, 2000.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz (UERN); CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (UFRN). **O papel das cidades (inter)médias para o desenvolvimento regional:** um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros – RN) e (Cajazeiras e Souza – PB), 2013.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo. (Tese de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1990 (Instituto de Economia).

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 10ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

EBRAHIM, Raíssa. Polo de confecções do Agreste: da sulanca a industrialização. **Jornal do Commercio.** Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br. Acesso: 30.09.2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.**4ed rev. São Paulo: Global, 2009.

FOLHA DE PERNAMBUCO, Recife, 05 mar. 2011.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREDERICO, C. Nas trilhas da emancipação. In: MARX, Karl. **Introdução à critica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. Centro Internacional Celso Furtado.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1959.

_____. **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil:** edição comemorativa dos 50 anos de publicação (1959-2009). COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (org.). São Paulo: Atlas, 2009.

G1. **Economia informal já supera R$ 650 bilhões em 2010, diz FGV**: negócios não informados ao governo crescem na velocidade do PIB. No ano, mais de R$ 656 bi devem ficar à margem da economia formal. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/fgv-economia-informal-ja-supera-r-650-bi-em-2010.html> Acesso em: 22 jul. 2011.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos à feira da sulanca:** uma inserção de migrantes em São Paulo. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2002.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana, Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. **Espaço e Debates,** São Paulo, v. 28, p. 67-79, 1989.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 20, nov. 2007.

GUIMARÃES, B. C.. **Simbolismo dos mega shopping**: uma leitura de Hopkins e Goss. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória-ES, Agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1402964519_ARQUIVO_trabalhofinal.pdf>.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **A cidade ilegal:** Espaço de anulação da cidadania, in: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.), As Cidades da Cidade, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologia qualitativa na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teórica e ético-políticas. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

_____. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

_____. _____. **Censo demográfico 2009**. Brasília: IBGE, 2009.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IDESF. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. BARROS, Luciano Stremel. **O custo do contrabando.** Março de 2015.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual. **Anuário estatístico da Paraíba 2008**. João Pessoa: IDEME, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Análise do mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_ trabalho/ mt 39/01_analise.pdf>. Acesso em 22 jul. 2011.

_____. _____. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, 2010.

_____._____. DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Perspectiva para la integración de América Latina.** Brasília: IPEA: CAF, 2012.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

JORNAL INFORMATIVO DO SEBRAE, v. 2, n. 3, fev. 2009.

KON, Anita. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil.** São Paulo: ABET, 1998.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, A.S. **Empreendendo a sulanca**: o Sebrae e o polo de confecções do agreste de Pernambuco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, 2011. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/ ~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o.. ALEXANDRE.pdf>

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Segregação sócio-espacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José em João Pessoa PB**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/ 356> Acesso em 10 nov. 2011.

LIMA, Beatriz Melo Flôres de. **Criptoeconomia ou Economia Subterrânea:** uma investigação preliminar no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia), 1985.

LIRA, Sônia Maria de. **Muito além das feiras da sulanca:** a produção de **confecções** no Agreste/PE. Recife: Editora Universitária, 2011.

_____. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE:** um espaço construído na luta pela sobrevivência. UFPE, 2004.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Estratégias alternativas ao seguro social utilizadas pelos trabalhadores por conta própria de Cuiabá- MT** (Tese de Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1972.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal**: **a inutilidade do salariado**. São Paulo: Boitempo. Vitória: Edufes, 2001.

MANDEL, Ernest **A crise do capital.** São Paulo: Unicamp, 1990.

_____. **Tratado de economia marxista.** Mexico: Ediciones Era, 1977. (Tomo I)
MARX, Karl. **O capital.** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 404 p. (Os Pensadores).

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. Unesp, 2009.

MÉSZÁROS, Istán. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, Gustavo. A cidade e a feira no tempo: A relação feira-cidade e os diferentes modos de ocupação do território pela feira de Caruaru. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 13, 2013.

MOTA, Ana Elizabete Simões da. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOURA, R., SÁNCHEZ, F. **Cidades-modelo**: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? In: Cadernos Ippur: Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Rio de Janeiro: ano XIII, n. 2, ago-dez/1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 38 ed. São Paulo: Ltr, 2013.

NETO, Leonardo Guimarães. **Mercado de trabalho do Nordeste:** avanços e desafios. Desenvolvimento regional **–** Seminário comemorativo dos 60 anos do BNDES. Recife, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução critica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NUM, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. São Paulo. **Revista Latinoamericana de Sociologia**, nº 5 julho de 1969, pp. 178 – 236.

NUNES FILHO, Pedro. **Cariris velhos:** passando de passagem. Recife: Jabre Edições, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. **O polo de confecções do Agreste de Pernambuco:** ensaiando uma pesquisa de abordagem. ANPOCS, 2014.

OLIVEIRA, Alberto. **Território e mercado de trabalho: discursos & teorias**. Unesp, 2006.

_____. Planejamento urbano e geração de empregos: a cidade de São Paulo (Brasil) nos anos 90. **EURE (Santiago)** [online]. 2005, vol.31, n.92, pp.47-64. ISSN 0250-7161. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612005009200003>

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PADILHA, V. Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center. **Artcultura**, v. 10, n. 17, 2009.

PINTO, Aníbal. **Heteregoneidade estrutural e modelo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Economia).

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Ritmo das cooperativas na concessão de crédito é mais forte que o dos bancos**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.com.br/news/category/cooperativas-de-credito-no-brasil/resultados-divulgados/>. Acesso em: 26/07/2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUIJANO, A. **Notas sobre o conceito de marginalidade social**. São Paulo – in Populações "Marginais".

RIVERO, Patrícia Silveira. **Trabalho**: opção ou necessidade? Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte/MG: Argumentum, 2009. Coleção Trabalho e Desigualdade.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica:** o método em questão. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da.; PASSOS, Luciana Andrade dos. **O negócio é participar:** a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília/DF: CNM, SEBRAE, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SINDINOTÍCIAS. **Você sabe o que é plano de demissão voluntária?** Disponível em: <http://www.sindinoticias.com/materias,9629,voce_sabe_o_que_e_plano_ de_ demissao_voluntaria.html>. Acesso em: 26 jul. 2011.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

SOUZA, P. R. C. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos, 3.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Moema Amélia Serpa Lopes de. Trabalho em saúde: as (re)configurações do processo de desregulamentação do trabalho. In: DAVI, Jordeana; MARTINIANO, Claudia; PATRIOTA, Lucia Maria (Org). **Seguridade social e saúde:** tendências e desafios. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

SOUZA, Paulo Renato. **O que são empregos e salários?** 7. ed., São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. s/d.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 25-39, jan./mar. 2010.

_____. **Emprego, salários e pobreza.** São Paulo: Hucitec Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1980. (Economia e Planejamento: séries teses e pesquisas).

SUASSUNA, Ariano. **Aula espetáculo**. Auditório Dois Candangos, Brasília, UNB, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; SOARES, Marco Antonio Tavares. O trabalho em pauta. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 20, nov. 2007.

TEIXEIRA, Francisco J. S. Direitos e garantias fundamentais do indivíduo na carta de 1988: uma leitura a luz da critica de Marx dos Direitos Humanos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 113, p. 10-81, 2010.

_____; OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Org). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFCG, **Retratos de Campina Grande**: um século de imagens urbanas, Campina Grande: UFCG, 2012.

VAINER, C.B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. *et al*. (Orgs.*)* **A cidade do pensamento único***:* desmanchando consensos. São Paulo: Vozes, 2000.

VEJA. **O drama silencioso dos sem-carteira**: trabalhadores informais já são 41 milhões e se transformaram num problema maior que o desemprego. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/181000/p_130.html> Acesso em: 22 jul. 2011.

ANEXOS

PREFEITURA DE CARUARU

URB CARUARU | EMPRESA DE URBANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBINETE DE CARUARU.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes e autorizamos a realização do projeto intitulado "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre shoppings populares no Nordeste", da aluna Cristianne Maria Barbosa Carneiro do Curso de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/ UEPB, sob a orientação do Professor Dr. Alberto de Oliveira.

Caruaru, 19 de agosto de 2016.

José Aldo Arruda
Presidente URB Caruaru

Rua Visconde de Inhaúma, S/N – Mauricio de Nassau – Caruaru / PE – CEP 55012-010 – (81) 3721-3640

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes e autorizamos a realização do projeto intitulado "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste", da aluna Cristianne Maria Barbosa Cameiro do Curso de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/ UEPB, sob a orientação da Professor Dr. Alberto de Oliveira.

Campina Grande-PB, 07 / 10 / 2016

Assinatura e carimbo do responsável institucional

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste

2. Número de Participantes da Pesquisa: 100

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Planejamento Urbano e Regional

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
Cristianne Maria Barbosa Carneiro

6. CPF:	7. Endereço (Rua, n.º):		
964.024.404-00	FERNANDO LUIZ HENRIQUES DOS SANTOS 1/1416 JARDIM OCEANIA JOAO PESSOA PARAIBA 58037050		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 8398831765	10. Outro Telefone:	11. Email: cristiannecarneiro2008@hotmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 12 / 08 / 2016

Cristianne Maria Barbosa Car
Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão:
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB		UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
15. Telefone: (83) 3315-6058	16. Outro Telefone:	

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: José Lucian[illegible] Alves Barbosa CPF: 2[illegible]

Cargo/Função: Coordenador DINTER UEPB/UFRJ

Data: 12 / 08 / 2016

Assinatura
COORDENADOR DO DINTER

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.

TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS DE ARQUIVO

Título do projeto:	OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste.
Pesquisadora responsável:	Cristianne Maria Barbosa Carneiro
Banco de dados da:	Secretaria de Planejamento (Seplan) – PMCG Empresa de Urbanização e Planejamento URB – Caruaru/PE Shopping Popular Edson Diniz – Campina Grande/PB Pólo Comercial de Caruaru-PE

Os pesquisadores do projeto acima identificado(s) assume(m) o compromisso de:

I - Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
II - Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

De modo que, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande / PB, 05 de 08 de 2016.

Assinar o nome legível de todos os pesquisadores:	**Assinatura**
Cristianne Maria Barbosa Carneiro	Cristianne Maria Barbosa Carneiro

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste.

Eu, **Alberto de Oliveira**, professor do IPPUR/ UFRJ, portador do RG: 16.303.079-o e do CPF: 083.770.948-27 declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em acompanhar seu desenvolvimento no sentido de que se possam cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande, 07 de agosto de 2016

Alberto de Oliveira
PROFESSOR ORIENTADOR

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR EM CUMPRIR OS TERMOS DA RESOLUÇÃO 466/12 DO CNS/MS

Pesquisa: OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste.

Eu, **Cristianne Maria Barbosa Carneiro**, acadêmica do Curso de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, DINTER - UFRJ/UEPB, portadora do RG: 1485328 SSP/PB e CPF: 964.024.404-00 comprometo-me em cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Campina Grande – PB 05 / 08 / 2016

Cristianne Maria Barbosa Carneiro

Assinatura da Pesquisadora

Orientanda

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, TAMAR MAMEDE FERNANDES, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste". Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste". Terá como objetivo principal descrever como as conexões entre a exploração do trabalho e a disputa pelo espaço urbano podem estar sintetizadas nos *shoppings* populares, por meio da ação do Estado.
- Ao voluntário só caberá a autorização para participar de **uma entrevista semi – estruturada** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; em cumprimento às exigências da Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
-Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 98831-7650, falar com Cristianne Maria Barbosa Carneiro, RESPONSÁVEL JUNTO A CONEP-PLATAFORMA BRASIL.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Cristianne Maria Barbosa Carneiro — Tamar Mamede Fernandes

Assinatura da pesquisadora — Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, PATRÍCIA GOMES DA SILVA, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste". Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- O trabalho "OS FIOS (IN)VISÍVEIS DO COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre os *shoppings* populares no Nordeste". Terá como objetivo principal descrever como as conexões entre a exploração do trabalho e a disputa pelo espaço urbano podem estar sintetizadas nos *shoppings* populares, por meio da ação do Estado.
- Ao voluntário só caberá a autorização para participar de **uma entrevista semi – estruturada** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; em cumprimento às exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
-Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 98831-7650, falar com Cristianne Maria Barbosa Carneiro, RESPONSÁVEL JUNTO A CONEP-PLATAFORMA BRASIL.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador; vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Cristianne Maria Barbosa Carneiro — Assinatura da pesquisadora

Patrícia Gomes da Silva — Assinatura do Participante
Como Representante da Associação dos Trabalhadores do Edson Queiroz

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa — C. Brande